

Adiante!

Carlos Carvalho nas iniciativas do PCP no passado fim-de-semana

«Má-fé» do Governo

Carlos Carvalho acusou o Governo de «má-fé» ao negociar aumentos salariais de 2,5% sabendo que ia proceder depois a um aumento dos combustíveis.



O Secretário-geral do PCP interveio no sábado na Assembleia da Cidade de Lisboa e no mega-almoço, domingo, em Azeitão, em que participaram 2500 pessoas.

Págs. 5 e 6

Bombeiros
profissionais portugueses

Uma luta com visão de serviço público



Centrais

José Saramago

A absolvição de José Rainha

«A absolvição de José Rainha, depois da condenação absurda de que fora vítima, mostra-nos que não é permitido desanimar na batalha pela dignidade do ser humano. Perderíamos tudo, se a perdéssemos.»

Pág. 21

Encontro Nacional de Quadros

Com os trabalhadores

«Lutar, intervir, Com os trabalhadores e os seus direitos, Reforçar o PCP» é o lema do Encontro Nacional de Quadros do PCP que vai realizar-se sábado, no Forum Picoas, em Lisboa. Carlos Carvalho intervém no final.

Pág. 29

Assembleia da República

PCP interpelou Governo

O grupo parlamentar do PCP, em interpelação ao Governo agendada para ontem, desafiou o executivo a mudar de política, sublinhando que Portugal tem a mais baixa média salarial europeia e a mais injusta repartição de riqueza.

Pág. 15

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Moraes

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Encontro Nacional do PCP sobre
Educação

Resumo

5 Quarta-feira

Durante o debate na Assembleia da República sobre o aumento dos combustíveis, ao qual o primeiro-ministro não compareceu, Carlos Carvalhas volta a exigir a revisão dos salários da Função Pública salientando que «o Governo tem o dever ético» de o fazer. 1500 estudantes do ensino superior e do secundário manifestam-se em frente ao Ministério da Educação. No Zimbabwe, a oposição acusa o governo de fomentar o racismo contra a minoria branca do país como forma de «arranjar bodes expiatórios» para explicar a crise económica e conseguir manter-se no poder. José Rainha Júnior, líder do Movimento dos Sem Terra, é absolvido da acusação de envolvimento em duplo homicídio.

6 Quinta-feira

O PCP apresenta, na Assembleia da República, um projecto de lei que prevê a criação de cinco institutos regionais: do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e do Algarve. É aprovado o projecto de lei do PS sobre liberdade religiosa. A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa suspende o direito de voto da Rússia como «castigo» pelas alegadas violações dos direitos humanos cometidas pelo exército russo na Chechénia. A ONU confirma o massacre de mais de 200 pessoas na igreja de Liquiçá, ocorrido há um ano, em Timor. O Parlamento do Zimbabwe aprova uma lei que permite a expropriação das terras de fazendeiros brancos sem qualquer tipo de indemnização.

7 Sexta-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República dois projectos de lei que visam reduzir a carga horária dos agentes da GNR, assim como o direito destes constituírem associações do tipo do modelo vigente na PSP. Vladimir Putin, durante um encontro em Moscovo com Jaime Gama e Javier Solana, afirma-se disposto a encontrar uma solução política para o conflito na Chechénia. O dirigente sérvio bósnião Momcilo Krajisnik declara-se inocente de todos os crimes pelos quais é acusado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). Londres afirma que não pagará quaisquer indemnizações aos fazendeiros expropriados no Zimbabwe. Cinco mil muçulmanos indonésios manifestam-se em Jacarta contra a intenção do presidente Wahid de «legalizar o comunismo» no país.

8 Sábado

Realiza-se um encontro nacional do PCP sobre educação, na Faculdade de Belas-Artes, em Lisboa. Jaime Gama, após o encontro com Vladimir Putin em Moscovo, defende que a Europa não deve condenar mais a Rússia, promovendo uma maior aproxima-

ção entre este país e a União. As autoridades norte-americanas admitem o uso da força caso os familiares de Elián recusem entregá-lo ao pai. Gerry Adams, líder do Sinn Féin, adverte contra o perigo do regresso do conflito à Irlanda do Norte e defende o restabelecimento do governo autónomo antes do desarmamento do IRA.

9 Domingo

No mega-almoço comemorativo do 79.º aniversário do PCP em Azeitão, Carlos Carvalhas critica o Governo e promete novas acções de luta dos trabalhadores. Realizam-se eleições legislativas na Grécia. A CIA anuncia o castigo de sete agentes seus, considerados responsáveis pelo bombardeamento «por engano» da embaixada chinesa em Belgrado, durante a agressão da Nato à Jugoslávia. Tem início, em Viena, a X Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime, que decorrerá até dia 17 e que visa a adopção de medidas internacionais para o combate ao crime internacional. Realizam-se eleições no Peru, às quais concorre, pela terceira vez, o actual presidente Fujimori.

10 Segunda-feira

O Governo mostra-se «desagrado» com a atitude de Luanda e decide aplicar aos angolanos que chegam a Lisboa o mesmo tratamento que é dado aos portugueses, alegando «o princípio da reciprocidade de tratamento dos cidadãos». Os sindicatos dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (Sitava) e dos Técnicos de Handling e dos Aeroportos (STHA) anunciam uma greve na TAP para dia 20 deste mês. Durão Barroso pede um debate na AR sobre as relações entre Portugal e Angola. Joaquim Chissano defende o cancelamento da dívida dos países em vias de desenvolvimento em vez do seu perdão. O partido socialista grego PASOK vence as eleições legislativas com mais um por cento que o partido da oposição.

11 Terça-feira

O grupo parlamentar do PSD/Madeira apresenta na Assembleia Legislativa Regional um voto de protesto contra Almeida Santos. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras impede 12 cidadãos angolanos de entrar no nosso país como forma de retaliação pelo sucedido em Luanda. A Internacional Socialista apresenta uma proposta, dirigida à UE, aos EUA e aos oito países mais industrializados do mundo, que visa a anulação da dívida externa dos países mais pobres do mundo a partir de 2001. Mugabe, presidente do Zimbabwe, anuncia a dissolução do parlamento, não tendo ainda marcado eleições legislativas; ao mesmo tempo o líder da oposição pede à África do Sul para reagir e defender a democracia no Zimbabwe.

Aconteceu

Morreu José Labaredas

Com 54 anos e vítima de doença prolongada, morreu José Labaredas. Militante do PCP há cerca de 30 anos, passou a integrar o núcleo de colaboradores do Avante! desde a recente remodelação do nosso jornal onde, já minado pela doença que o vitimaria, publicou crónicas sobre Gastronomia, tema que há largos anos o apaixonava e que nos serviu com grande criatividade, talento literário e fina ironia, explicando-nos o mundo dos homens por aquilo que levam e consomem à mesa, num roteiro onde as ementas vão muito para além de um resultado culinário na vida da humanidade e nos surgem, fulgurantes de sentidos e entendimentos, a cozinhar as grandezas e misérias com que se entretete a vida humana. Chave de ouro dessa brilhante e fabulosa de José Labaredas na visitação da vida através do paladar é o seu magnífico livro *Coruche à Mesa e Outros Manjares*, recentemente publicado com o patrocínio da Câmara Municipal de Coruche - município a que pertence o Couço, sua freguesia de nascimento -, onde deixou o seu nome ligado a significativas acções culturais no trabalho que, durante anos, realizou no respectivo Pelouro da Cultura. Sairia dali para a Câmara Municipal de Lisboa, onde ultimamente exercia actividade nas Bibliotecas Municipais.



Mas os interesses de José Labaredas não se esgotavam na Gastronomia. Como assinalou José Quitério - seu grande amigo desde os tempos da Universidade de Coimbra -, nas breves palavras proferidas no cemitério do Couço, José Labaredas «era um homem de cultura e da cultura, possuidor de uma inteligência viva, apaixonado por muitas paixões, por muita gente amado e muita gente amando, cultor entusiástico do Tango e do Fado, natural criador de amizades, homem sempre solidário e fraterno e que sempre esteve do lado certo da barricada na luta por um mundo melhor», palavras que expressaram fielmente o sentir das muitas centenas de pessoas que acompanharam o funeral de José Labaredas: concenses, que em grande número quiseram prestar uma última homenagem ao seu conterrâneo, e muitos outros amigos idos de vários pontos do país que testemunharam, com a sua presença, a admiração, a amizade e o enorme pesar pelo desaparecimento desse homem bom que foi José Labaredas.

Exigido em Washington «perdão» ao Terceiro Mundo

Milhares de manifestantes concentraram-se no passado domingo no centro de Washington, capital

dos EUA, exigindo à administração norte-americana e às entidades financeiras internacionais a anulação de

todas as dívidas do Terceiro Mundo. Esta manifestação ocorreu na véspera das reuniões da Primavera do Fun-

do Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e foram convocadas por um colectivo interna-

cional reunindo várias dezenas de movimentos de defesa do chamado Terceiro Mundo, grupos ecologistas, caritativos ou religiosos. A manifestação foi animada pela actuação de diversos grupos musicais e, entre os oradores, a imprensa internacional destacou o principal conselheiro económico do presidente Bill Clinton, Gene Sperling, e o arcebispo das Honduras, Oscar Rodriguez.



Punições na CIA para agradar à China

A CIA decidiu punir sete dos seus quadros, considerando-os responsáveis pelo «engano» que, há cerca de um ano (mais concretamente, a 7 de Maio), teria alegadamente levado a aviação norte-americana a bombardear a embaixada da China em Belgrado, na chamada «guerra humanitária» contra a Jugoslávia. Ainda não é conhecida a identidade dos funcionários da CIA punidos, sabendo-se apenas que foi despedido um responsável de nível médio e punidos com sanções administrativas não especificadas mais seis funcionários, nomeadamente um «director de escalão mais elevado», quatro supervisores e um analista. Estes sete elementos agora punidos foram responsabilizados pela CIA de terem «induzido em erro» a pontaria norte-americana no bombardeamento à embaixada chinesa em Belgrado, ao utilizarem «mapas desactualizados» de Belgrado na selecção dos alvos. A punição agora oficializada pela CIA procura dar satisfação à exigência expressa do Governo chinês em ver castigados os alegados responsáveis pelo erro.



Ciências inaugura cantina «virtual»

A Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa organizou, na passada quinta-feira, a «inauguração virtual» da cantina daquela instituição. Apesar de já estar concluída há um ano, a cantina continua fechada e ainda não foi marcada data para a sua abertura. Para «inauguração» da sua «cantina virtual» os alunos da Faculdade de Ciências de Lisboa levaram o almoço de casa e reuniram-se

junto das instalações da cantina propriamente dita, há muito concluída mas sem inauguração à vista. Com esta «inauguração virtual» totalmente «financiada» pelos próprios alunos fica a expectativa de que os responsáveis governamentais se sintam estimulados a fazer o mesmo, até porque o financiamento da cantina e da sua inauguração nem sequer sai dos bolsos dos governantes, mas dos bolsos dos governados.

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Abolição das armas nucleares

Este Maio próximo, passarão cinquenta e cinco anos sobre o fim da segunda guerra mundial, que destruiu a Europa e levou a morte a mais de cinquenta milhões de seres humanos. Os responsáveis por semelhante barbárie foram os regimes nazi-fascistas, sobretudo os regimes hitleriano e mussoliniano. É bom tê-lo presente neste momento em que na Europa os neofascistas na Áustria, Suíça, Bélgica e na própria Alemanha levantam a cabeça e ganham posições tirando partido da política neoliberal levada cabo pela direita e os socialistas.

O ano passado a Europa voltou a ser palco de guerra nos Balcãs, devido à agressão dos EUA e da NATO à Jugoslávia, a pretexto da limpeza étnica dos albaneses pelos sérvios, hoje desmentida universalmente.

Assistimos a uma política intervencionista por parte dos EUA e da própria União Europeia, que para concorrer com os EUA, se vai transformando num novo bloco político-militar.

No limiar de um novo milénio, a Humanidade continua a viver num mundo repleto de perigos bélicos. Mostrando bem o quanto era hipócrita a chamada ameaça soviética, os EUA e a NATO e as principais potências capitalistas em vez de pararem a corrida aos armamentos antes a têm acelerado, buscando a todo o custo o domínio mundial.

Os EUA têm aumentado como nunca o orçamento da defesa. Para os próximos cinco anos Clinton pediu dezasseis bilhões de escudos. Os círculos dirigentes norte-americanos consideram ser possível a partir do Espaço lançarem um ataque nuclear fulminante e defenderem-se de ataques nucleares.

Prosseguem a corrida à miniaturização das armas nucleares e as experiências nucleares em laboratórios. Por todo o lado se ouve os governos das grandes potências capitalistas pedirem mais dinheiro para comprar mais armas. A segurança significa para estes governos acelerar a corrida aos armamentos, pretendendo ocultar que a verdadeira segurança reside nas condições socioeconómicas que os povos disfrutam.

Nestas circunstâncias, todos querem ser os melhor armados (EUA e UE) para impor ao mundo a sua lei, ou seja, a sua hegemonia. Enquanto for necessário e útil asseguram a cooperação que mantêm na NATO; quando as rivalidades se acentuarem e os interesses se opuserem de modo grave, é natural que o perigo de guerra possa crescer, como tem sido ao longo da História, salvo no período de coexistência entre capitalismo e socialismo. O desequilíbrio é sempre perigoso, há sempre a tendência para o

usar em proveito próprio. A corrida ao domínio dos recursos energéticos como o petróleo é bem evidente na guerra do Golfo, dos Balcãs e na tentativa de desintegração da Rússia na Tchénia.

É, pois, de enorme importância que as diversas organizações sociais, os trabalhadores, os povos e os homens e mulheres se mobilizem contra os tempos de guerra, contra a corrida aos armamentos, e sobretudo contra as armas nucleares.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação lançou em Portugal uma campanha pela «Abolição 2000», no quadro do movimento internacional para a eliminação das armas nucleares, subscrito por mais de 1000 organizações dos cinco continentes. No fundo, trata-se de uma campanha pela abolição das armas nucleares e pelo fim dos ensaios nucleares.

Os comunistas têm o dever de contribuir para que esta campanha atinja o movimento operário, sindical, os eleitos, os intelectuais, os meios religiosos, os jovens, as mulheres e toda a população. É bom lembrar que Portugal, atrelado à carro de guerra dos EUA, foi dos últimos países a ratificar o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares. Portugal só tem a ganhar, aliás, como todos os povos e países do mundo, em ver-se livre das armas nucleares.

Elas são a todos os níveis condenáveis. Mais condenável é quem as tem e não se compromete a não as utilizar em primeiro lugar como é o caso dos EUA e da NATO. É preciso desmascarar a política da NATO e mostrar que ela constitui um verdadeiro perigo para a Humanidade. A campanha «Abolição 2000» permitirá mostrar uma questão nevrálgica: a política imperialista dos EUA e da UE vai contra os interesses da própria Humanidade.

Editorial

DEMOCRACIAS PARTIDÁRIAS

Quando dizemos que um dos traços distintivos do PCP em relação a qualquer outro partido nacional reside no conteúdo democrático do seu funcionamento interno, não estamos a proceder a um exercício de propaganda mas a fazer uma afirmação que a realidade incontestavelmente confirma. Atente-se no vasto conjunto de assembleias das organizações do PCP que têm vindo a ser realizadas, aos vários níveis, nos últimos meses. Por todo o País – do distrito ao concelho, do concelho à freguesia, da freguesia ao sector profissional ou à empresa – centenas de organizações, seguindo uma prática normal no Partido, realizam as suas assembleias numa demonstração de singular vivência democrática, em que milhares de militantes, com as suas reflexões e opiniões individuais, dão um contributo decisivo para a definição democrática do pensamento colectivo do Partido. A análise crítica ao trabalho desenvolvido por cada organização, a definição de orientações e linhas de intervenção para o futuro e a elei-

niões, com as suas propostas – uma das suas vertentes essenciais. Só assim é possível construir um pensamento colectivo e democrático gerador da unidade interna, da fraterna conjugação de esforços nas batalhas de todos os dias, da permanente e generalizada acção solidária.

É óbvio que em nenhum outro partido se observa semelhante situação. Pelo contrário: aquilo a que se assiste nesses partidos é a um forte e cerrado centralismo desprovido de conteúdo democrático e traduzido, por isso mesmo, numa concentração de poderes e de mandos nas mãos de um reduzidíssimo grupo de «chefes» que pensam, decidem e agem sem qualquer consideração pela opinião dos militantes de base – opinião que, aliás, não conhecem nem fazem questão de conhecer.

Seria interessante proceder a um estudo comparado quer do número e do âmbito dos organismos eleitos em cada um dos partidos nacionais, quer da percentagem de militantes que, em cada partido, participa e contribui com a sua opinião para as decisões tomadas; quer dos métodos utilizados para a eleição das suas direcções. A realização de tal estudo e a ampla divulgação dos seus resultados constituiria um precioso contributo para a saúde democrática desmistificação de todo um conjunto de patranhas sobre o PCP que, porque muitas vezes repetidas, são tomadas como verdades por muitos incautos ou distraídos cidadãos. Quer isto dizer que nós, comunistas, consideramos ter atingido o nível máximo no que respeita ao bom funcionamento do Partido? De forma nenhuma. Aliás, como a experiência nos mostra todos os dias, é sempre possível e necessário fazer melhor, aperfeiçoar e aprofundar esta rica experiência com 79 anos de idade.

“É sempre possível e necessário aperfeiçoar e aprofundar esta rica experiência com 79 anos de idade”

ção dos respectivos organismos de direcção – objectivos essenciais da generalidade dessas assembleias – resultam, assim, de um debate colectivo sem paralelo no quadro partidário nacional.

Assim é, igualmente, no que respeita à preparação e realização dos congressos. Os espectáculos mediáticos que o PS, o PSD e o PP nos proporcionam, e que as televisões nos trazem a casa em directos quase integrais, são, inequivocamente, divertidas comédias. São, também, na maior parte dos casos, autênticas farsas, nas quais uma cuidada encenação muitas vezes logra esconder a quase total ausência de democraticidade. As bases desses partidos são, no essencial, excluídas da participação nas decisões importantes e apenas se lhes pede que votem nos «chefes» e nas suas respectivas moções de estratégia – sem que lhes tenha sido dada a possibilidade de opinar sobre os candidatos a «chefes» e sobre o conteúdo das ditas moções.

Quem acompanhe os relatos, embora resumidos, que o «Avante!» tem vindo a publicar sobre os vários congressos do PCP, facilmente se aperceberá que em todos eles, mesmo quando realizados nas mais difíceis condições de clandestinidade, esteve presente a preocupação de atrair ao debate o maior número possível de militantes, preocupação decorrente de um conceito de democracia e de funcionamento democrático que tem na participação dos militantes – com as suas críticas, com as suas opi-

Foi falado, recentemente, o caso de um deputado do PS – Jorge Lacão – que, pretendendo fazer uma pergunta, previsivelmente incómoda, a um ministro, foi disso impedido, em nome da «solidariedade», pelo chefe do seu grupo parlamentar – Francisco Assis. Este caso, um entre muitos que ocorrem no partido do Governo, merece destaque não só como acto violador de regras democráticas mas também porque é bem denunciador da mentira – sempre divulgada como se de verdade incontestável se tratasse – sobre uma pretensa total democraticidade existente no PS. É sabido que todos os ex-militantes do PCP que venderam a alma ao PS, têm procurado disfarçar esse acto mercantil escudando-se nessa mentira e justapondo-lhe a falsidade sobre o «funcionamento antidemocrático do PCP». E apesar de alguns deles, como era inevitável, já terem tido ocasião de sentir o peso pesado da «democracia rosa», a verdade é que, contra toda a evidência mas por motivos óbvios, não-de continuar a abusar do mesmo falso argumento – pelo que, desse lado, pode o engenheiro Guterres estar tranquilo que terá sempre «solidariedades» garantidas (enquanto estiver no Poder, naturalmente...). Mas manda a verdade que se diga que um partido que não só não envolve como exclui os seus militantes do processo de construção das suas orientações e decisões, não merece a solidariedade desses militantes nem mesmo nos momentos de maiores dificuldades.

Actual

A sombra

• Jorge Coelho

Ainda se faziam ouvir os protestos de milhares de trabalhadores pelas recentes decisões do Governo quando o PSD retirou das prateleiras da sua sede à Lapa uma nova versão de «governo sombra».

Ainda que na dúvida sobre se a iniciativa se deve a algum acto de exorcização a fantasmas internos ou de resposta a apelos vindos dos quatro cantos, incluindo do PS, para que o PSD dê aquele toque de oposição cordata e bem falante que ao ambiente falta, a verdade é que a supracitada iniciativa é o que é: um exercício de retórica que, independentemente da intenção que terá e do foguetório que proporcionará, não bule com a questão central do conteúdo e natureza da política que vai fazendo, agora pela mão do PS, o seu caminho.

Pelo que se célebre ficou o desabafo «*Desta vez safamo-nos*» que Jorge Coelho terá deixado escapar, em acto diligente de prestação de contas a seu chefe algures no Cairo, no rescaldo do expressivo protesto contra a decisão do aumento dos combustíveis,

não menos célebre teria ficado o registo, se a alguém tivesse sido possível sondar a inconfidência que em pensamento Coelho terá feito a Guterres a propósito da iniciativa do PSD, que em bom português se traduziria na frase «*Com estes, safamo-nos bem*»...

Não será tarefa difícil desvendar as razões do contraste entre a fundada inquietação do primeiro desabafo e a tranquilidade com que previsivelmente o PS e o Governo se permitirá encarar esta iniciativa do PSD. É que a razão primeira para o contraste reside na constatação que o Governo faz de que é na mobilização popular e na luta em defesa de direitos que se pode desenvolver a consciência social e política capaz de se vir a opor ao prosseguimento da política de direita.

Mesmo reconhecendo que a notícia do «governo sombra» venha a fazer a delícia daqueles que na nossa praça haviam decretado a inexistência de oposição pela ausência daquele usual esbracejar e dos cícli-

cos duelos verbais que alternadamente PS e PSD representam para preservar o essencial da política de



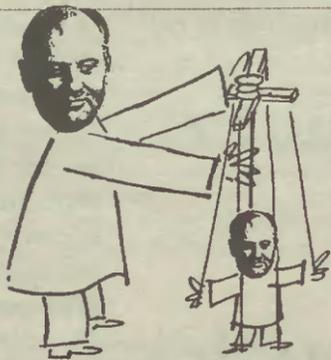
direita e ajudar à sua perpetuação, a verdade é que ela não altera duas realidades. Que a identificação das propostas e projectos entre PS e PSD é tal que à sua sombra bem podem repousar os interesses instalados dos senhores do capital. E que no País há de facto oposição à política de direita, uma oposição que centrada no desenvolvimento da luta e no reforço do apoio ao PCP, pode de facto abrir caminho à construção de uma nova política e de uma alternativa de esquerda.

Prosseguir a análise

• Edgar Correia

A deslocação que Mikhail Gorbachov fez a Lisboa na semana passada, dez anos decorridos sobre o desfecho dos acontecimentos que conduziram à implosão do socialismo na URSS e noutros países do Leste, foi a oportunidade escolhida para desenrolar no nosso país um pouco inovador programa revivalista.

Compreende-se bem o interesse e a alegria evocativa de quantos ajuízam esses acontecimentos como a derrota definitiva do ideal comunista e vivem na refastelada tranquilidade de que o capitalismo representa o final da história. E Mikhail Gorbachov, a quem coube protagonizar de 1985 até 1991 e com indiscutível quota-parte de responsabilidade individual, o desnorte dos últimos anos e a derrocada do modelo estalinista de sociedade e de partido que conduziu à degenerescência do processo iniciado com a revolução socialista de Outubro de 1917, presta-se sem dificuldade a ser apresentado como «herói» ou como «bandido» — consoante os lados — a que



alguns espíritos, de forma simplista, pretendem reduzir o problema.

Pretender apresentar uma personalidade como «causa», mesmo quando se admite que não foi a única, de acontecimentos históricos que envolveram centenas de milhões de trabalhadores e dezenas de povos e tiveram a dimensão do afundamento de um sistema político e social que se estendia de Berlim a Vladivostoque, no Pacífico, constitui uma postura tipicamente idealista.

Quando o que é necessário é prosseguir a análise desses acontecimentos mas com base no materialismo histórico, cujos fundamentos foram desenvolvidos por Marx, Engels e Lênine, na linha da apreciação iniciada no XIII Congresso do PCP, em 1990, em que atribuímos o «terramoto» que então vivemos ao facto de ter havido partidos comunistas que se tinham afastado dos ideais comunistas, cometido erros gravíssimos, isolado dos respectivos povos e por isso sido afastados do poder.

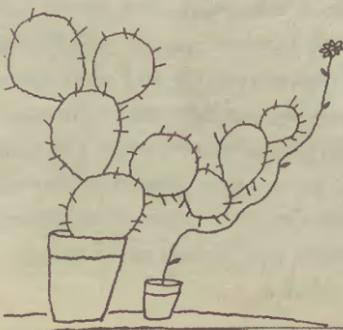
O genoma privado

• Leandro Martins

Genoma é palavra gorda e porventura indestrinçável para o cidadão menos informado. Entretanto, sendo o conjunto dos genes humanos — aí uns cem mil — chamado assim, já dá mais para entender. Muito se fala de genes, é só ver a televisão e não há animalzinho que os não projecte, a ver se arranja uma descendência forte e feliz.

A preocupação pelos genes é antiga, entre os humanos. Mesmo entre os menos científicos é comum procurar, e achar — às vezes não... — um ar de família entre os familiares, e até os traços de carácter parecem reproduzir-se de pai para filho, de avó para neta.

A coisa, porém, permanece misteriosa. Há casos em que se pergunta a quem é que ele foi sair assim. E, na área da genética ideológica, não há quem garanta, por exemplo, que um fero comunista não venha a tornar-se em mi-



nistro das finanças de um governo do capital.

Não é por acaso que, ao falar de genoma, a palavra nos sugeriu política, mais propriamente situada na área da economia e das finanças. E não devia ser assim. A identificação dos três mil milhões de pares de bases que constituem os cem mil genes dos humanos é um grande passo para a humanidade, a conquista de um verdadeiro e muito complexo alfabeto em que poderá em breve ler-se o código genético do corpo humano. Para este passo contribuíram cientistas de todo o mundo, ganha embora a «corrida» por uma empresa americana, a Celera Genomics, e não teria sido possível sem as pesquisas anteriores e sem a aplicação, ao processo, das novas tecnologias informáticas. No horizonte, perfila-se a solução de muitos problemas do foro da saúde, e a cura de numerosos e terríveis males.

Esta «descoberta» fica a marcar a história

do saber humano, vai mais adiante do que outras descobertas que, há décadas, se fizeram no domínio dos antibióticos.

A «retumbância» deste passo, porém, ficou muito longe do que se poderia esperar ao avaliar a importância que se lhe pode atribuir. Nesta última semana, quando nos jornais se fala de genoma humano, a questão é saber se este saber será do domínio público, se de âmbito privado. O debate centra-se sobre... os milhões de dólares que certas empresas se preparam para ganhar com um saber que deveria servir, e o mais depressa possível, para aliviar ou curar os males da humanidade.

Dizem alguns que, embora o genoma seja do âmbito universal e público, algumas «partes», em que os americanos trabalham afanosamente no rumo da descoberta de novos medicamentos, devem ser «patenteáveis», isto é, sujeitas a segredo comercial. De público, ficará apenas a notícia, com gosto a propaganda, de um avanço científico notável. Privados ficarão os lucros. Mas os ricos deste mundo, feitos sempre à custa de muitos pobres, podem ficar descansados. Eles têm dinheiro para pagar a saúde.

Frases

“O livrinho de instruções de Guterres recomenda-o, sim, para algo maior e mais tardio: primeiro-ministro eleito da Europa.”

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 09.04.00)

“Ainda hoje falei com Prodi. Ele está muito bem no lugar de Presidente da Comissão e eu estou empenhadíssimo no Governo de Portugal.”

(António Guterres, citado em «Expresso», 08.04.00)

“Guterres retoma em Julho relação normal com o país”

(Jorge Coelho - «Expresso», 08.04.00)

“Estou convencido de que os impostos vão aumentar, se não for neste Orçamento do Estado será no próximo.”

(Silva Lopes - «Expresso», 08.04.00)

“O aumento de impostos não vai tardar e ficaria muito surpreendido que acontecesse depois de 2001.”

(Miguel Beleza - «Expresso», 08.04.00)

“Basta-me que os argumentos que inventei sejam entendidos pelos portugueses.”

(lapsus linguæ de Pina Moura, na AR, citado por Henrique Monteiro - «Expresso», 08.04.00)

“A Portugal Telecom compra, compra, compra. O Governo PS adia, adia, adia. (...) Na Nova Economia digital, fazem-se e desfazem-se negócios a um ritmo vertiginoso. Na Nova Maioria rosa, só se decide em último recurso e quando as circunstâncias exteriores a isso obrigam.”

(José António Lima - «Expresso», 08.04.00)

“Os membros do Governo continuam a resolver as questões de acordo com o seu interesse próprio e não com o das populações que se comprometeram a servir.”

(Francisco Ferreira da Silva - «Expresso-Economia», 08.04.00)

“Jorge Coelho e Pina Moura deram mais um exemplo desse tipo de actuação ao negociarem com os camionistas maiores benefícios fiscais ao nível do IVA e o alargamento do período de horas em que os camiões não pagam portagens nas auto-estradas. (...) Quem vai pagar esta «saída airosa»? Os contribuintes.”

(idem, ibidem)

“A conduta do Governo cria a ideia de que a distribuição de benesses pelos vários grupos da sociedade depende principalmente da sua capacidade para pressionar o poder.”

(Fernando S. Machado - «Diário de Notícias», 10.04.00)

“Mas infelizmente para todos, tal como se esfumou o sonho da gasolina barata, também a fábula do Portugal cor-de-rosa acabará um dia. E então os portugueses acordarão estremunhados para um país adiado. Um país onde o essencial está por fazer.”

(Pedro Norton - «Diário Económico», 06.04.00)

“Ser campeão não é fundamental.”

(José Roquette - «A Bola», 09.04.00)

3.ª Assembleia define por unanimidade
linhas para o reforço do PCP

Lisboa confirma

Os comunistas de Lisboa decidiram aprofundar a ligação aos trabalhadores e às populações, estimular a participação popular e as lutas de massas, reforçar o Partido e alargar a unidade.

Sob a palavra de ordem «O PCP mais forte, activo e influente na cidade de Lisboa», três centenas de delegados e várias dezenas de convidados reuniram-se no passado sábado, no Forum Picoas. Nas 43 intervenções feitas durante a 3.ª Assembleia da organização concelhia do Partido, culminando um mês de discussão preparatória e eleição de delegados, analisaram o actual momento político, as alterações verificadas no tecido económico e social, o trabalho autárquico e o papel do PCP nas transformações feitas e por fazer.

A Resolução Política, proposta ao debate pela Direcção da Organização da Cidade, mereceu o voto unânime da Assembleia, depois de introduzidas várias propostas de alteração (nenhuma com questões de fundo, como informou Fernanda Barroso, em nome da Comissão de Redacção).

Também por unanimidade, foi eleita a Direcção, com 75 camaradas, um quinto dos quais não fazia parte do organismo cessante.

Mais do melhor

As votações e a discussão, durante a manhã e a tarde de sábado, não podem ser interpretadas como um simples pedido de «mais do mesmo». Foram especialmente aplaudidas as referências à actualidade do marxismo-leninismo e do projecto de sociedade

Os comunistas colocam-se na primeira linha das lutas por melhor qualidade de vida

de do PCP, do seu carácter de classe e revolucionário. O imenso trabalho realizado pelos comunistas na cidade – na organização e nas lutas dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados, das populações; na Câmara Municipal e nas juntas de freguesia; nas colectividades, associações e comissões

– foi exposto e valorizado, salientando os frutos obtidos e as perspectivas futuras. «Esta Assembleia realiza-se num bom momento da luta e do Partido», disse Luís Fernandes, membro do Comité Central e responsável, na direcção regional do Partido, pelo concelho de Lisboa.

Mas, logo de seguida, salientou que «há que aproveitar este bom clima para, como diz o lema do aniversário do Partido, lutar, construir, crescer».

A intervenção de abertura deu o tom para o debate. Das células e sectores profissionais, das freguesias e zonas,

das áreas e frentes de trabalho, dos discursos na primeira pessoa, a mensagem inequívoca que chegou à Assembleia foi de valorização da actividade do PCP e dos comunistas, salientando os princípios que nos são próprios e criticando, com a frontalidade de que são

capazes os verdadeiros camaradas, os erros, as deficiências e os desvios dos fundamentos que distinguem a nossa intervenção.

Os comunistas de Lisboa não querem só «mais do mesmo» – mantêm-se empenhados, activos e vigilantes e querem «mais do melhor».



O actual bom momento é uma base para fortalecer a organização

Coligação e eleições

O PCP reafirmou a disponibilidade para renovar o acordo de coligação que, a partir de 1989, retirou a direita da Câmara de Lisboa e inverteu o rumo para onde a cidade fora empurrada, durante uma década, pela gestão CDS-PSD. Na Assembleia, Luís Fernandes recordou que a Coligação «Por Lisboa» se concretizou porque «tínhamos objectivos políticos e programáticos claros e bem definidos, havia equilíbrio nas listas entre os dois principais partidos, e nos princípios do acordo era expressa a autonomia e capacidade de iniciativa própria de cada partido». Em 1993 e 1997, foram feitos novos acordos, pois «a experiência tinha sido positiva e havia obra realizada», o que foi reconhecido pela população e pelos eleitores.

«Não me parece que, da análise exclusiva dos números, possamos retirar ilações que nos sejam desfavoráveis», disse o dirigente comunista, comentando os resultados eleitorais na cidade. «Fazemos muito e a influência do Partido é grande, não só pelo nosso trabalho em geral, mas muito também pela influência dos nossos camaradas eleitos, particularmente os que estão nas juntas de freguesia e que intervêm permanentemente junto das estruturas e das populações», salientou.

Quanto a afirmações da Concelhia do PS acerca da renegociação do acordo no que respeita às freguesias, Luís Fernandes sublinhou que «um novo acordo terá de ter sempre como base os princípios de 1989, 93 e 97».

Na Resolução Política da Assembleia são avançados alguns objectivos estratégicos para o próximo mandato, desenvolvendo o projecto político do PCP para a cidade. Para aprofundar estas questões, os comunistas vão realizar, no primeiro trimestre de 2001, a quarta edição das Jornadas de Reflexão e Debate sobre Lisboa.

Carvalhas condena aumentos dos combustíveis Indignação e protesto contra a má fé do Governo

O «buziño» de dia 10 «foi um protesto simbólico, com força, mostrando a grande indignação e protesto em relação a uma política eleitoralista e de má fé com graves consequências para a economia e os orçamentos de muitos trabalhadores e suas famílias», disse o secretário-geral do PCP, ao intervir no encerramento da Assembleia.

Carlos Carvalhas referiu ainda, como outro acontecimento de destaque no contexto em que se realizou a reunião magna dos comunistas da capital, a «grandiosa e combativa manifestação que marcou definitivamente a Cimeira de Lisboa» da União Europeia, a 23 de Março.

O «inaceitável aumento dos preços dos combustíveis», foi um acto de má fé porque o Governo tomou essa decisão «depois de ter indicado uma taxa de inflação, para as negociações salariais, que não vai cumprir e depois de ter fechado unilateralmente a tabela de vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública e de ter fixado os aumentos das pensões e reformas».

O dirigente comunista acusou o Governo e «alguns comentadores que lhe são próximos» de porem a correr a ideia de que o buzniño visava paralisar o País, «para depois concluírem que, como este não paralisou, os portugueses tinham aceite estes aumentos e se tinham conformado». «O forte buzniño que se ouviu é bem revelador de como os portugueses «aceitaram» estes aumentos», ironizou Carlos Carvalhas, apontando o facto de o Governo pensar que desta vez se safou como «revelador

também do peso que têm na consciência, pelas consequências da política que pôs e põe os interesses do Partido Socialista à frente das pessoas e à frente da economia e do interesse nacional».

Lutas justas

O PCP «entende que o Governo não pode continuar com a sua postura arrogante e intransigente, nomeadamente, em relação às reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública e dos transportes», realçou o secretário-geral, acusando o Governo de, «com a sua postura de arrogância e de inflexibilidade» assumir «a responsabilidade de empurrar os trabalhadores dos transportes para a greve».

«O Governo é, assim, o principal responsável pelas greves que se venham a verificar, com os consequentes prejuízos para os trabalhadores, que têm que recorrer a esta forma de luta, e para tantos cidadãos que todos os dias são utentes dos transportes públicos», acusou Carlos Carvalhas, considerando que esta é «uma posição de total insensibilidade social, tanto mais que este Governo, no

Orçamento há pouco aprovado, mantém os privilégios à banca e os benefícios fiscais às actividades especulativas». «Para estes não há restrições; para os trabalhadores, é o aperto do cinto», comentou.



Verdadeira oposição de esquerda O PCP mais forte activo e influente



No actual «quadro de grande desencanto e maior descontentamento face à política do Governo e à crescente arrogância partidária da actual maioria, o PCP aparece cada vez mais aos olhos de muitos portugueses, mesmo daqueles que deram o seu voto ao PS, como o grande Partido da

oposição de esquerda, como o Partido de projecto e de luta, como o Partido que, nas mais diversas esferas da vida nacional, confronta o Governo com propostas e medidas alternativas, como o Partido que empenhadamente procura superar os problemas e que luta por mais justiça social» – disse Carlos Carvalho na Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa.

O secretário-geral citou o lema da Assembleia, sublinhando que «como tornamos “o PCP mais forte, activo e interveniente na cidade de Lisboa”, isto é, como reforçamos a nossa grande influência social e a aproximamos da influência política e eleitoral», é «uma questão que exige de nós respostas concretas, no plano teórico, na acção, na mobilização e na militância».

Carlos Carvalho reafirmou que a identidade do Partido «não constitui um conjunto de referências e de características fundamentais, elaboradas ou concebidas em abstracto, de forma intemporal ou imobilista, independentemente da nossa história, da nossa luta, das lições positivas e negativas das experiências próprias e alheias, da nossa reflexão colectiva, do aprofundamento pelo próprio Partido de princípios, conceitos e práticas», salientando de seguida que «os seus traços fundamentais – natureza de classe; construção de uma sociedade nova; teoria materialista dialéctica revolucionária; princípios de funcionamento; ligação à classe operária, aos trabalhadores e ao povo; estilo próprio de intervenção, distinto da política espectáculo e do marketing comercial; patriotismo e internacionalismo – têm sido confirmados e afirmados pelo colectivo partidário e pela prática quotidiana».

Reflexão no concreto

Carlos Carvalho realçou que, «uma questão central que se coloca a todos nós neste XVI Congresso, conjuntamente com a definição da nossa linha política, é a reflexão, ver no concreto como é que, partindo da nossa identidade, reforçamos o nosso Partido e nomeadamente, a sua influência, a sua iniciativa política, a dinamização dos organismos de base, o envolvimento de mais camadas da população, a implantação e organização onde quer que as massas se encontrem, o estreitamento e alargamento da ligação à classe operária, aos trabalhadores e também à intelectualidade, às camadas médias, o reforço do trabalho ideológico e a sua ligação à iniciativa e às tarefas e campanhas em curso, abrindo e procurando abrir mais espaços de comunicação e projecção das propostas e do pensamento do Partido», «firmes nas nossas convicções e no nosso ideário, mas por isso mesmo atentos às novas questões, à reflexão e ao estudo dos novos problemas e soluções e abertos para a reflexão crítica e para o estímulo que podemos encontrar no diálogo e no debate com concepções e pontos de vista diferentes».

«Assim, solidamente empenhados em manter e reforçar a unidade e os laços de fraternidade e de solidariedade do nosso colectivo partidário e em combater politicamente tudo o que a contrarie, em reforçar o empenho comum na definição e na concretização da orientação e das tarefas do Partido mas, por isso mesmo, sempre valorizando a contribuição de cada militante, dentro das regras do nosso funcionamento, sempre fortalecendo e procurando o aprofundamento da democracia interna, sempre defendendo como uma insubstituível riqueza a diversidade de percursos, de origens sociais, de experiências e de opiniões e sempre as vendo como uma seiva indispensável à nossa acção colectiva», «somos e seremos, como se afirma na Resolução Política desta Assembleia, um Partido para o nosso tempo, isto é, um Partido firme, coerente, revolucionário e comunista, um Partido em quem o povo e particularmente a população da cidade de Lisboa pode continuar a confiar, porque este Partido, sempre empenhado em rasgar novos horizontes de esperança e de mudança, não vira as costas às dificuldades e continua a lutar por melhores condições de vida, por uma viragem à esquerda na política nacional, pela transformação da sociedade tendo por horizonte o socialismo» - concluiu Carlos Carvalho.

Entusiasmo e confiança marcam comemorações
do aniversário do PCP em Azeitão

Transformar o presente com os olhos no futuro

Culminado um vasto conjunto de iniciativas comemorativas do 79.º aniversário do PCP, a DORS promoveu, no passado domingo, em Azeitão, um almoço-convívio que juntou cerca de 2300 pessoas e contou com a presença de Carlos Carvalho.

A participação da juventude e de muitos democratas não filiados no PCP foi a nota dominante desta grande iniciativa que contou ainda com a actuação da Orquestra Ligeira da Banda Municipal do Barreiro.

Carlos Carvalho, ladeado de vários dirigentes nacionais e regionais, interveio a seguir a Jorge Pires, da Comissão Política, e a Ana Rita, da JCP, começando por considerar que «muito mais que uma efeméride», se estava a celebrar um

«do lugar e das causas que deram sentido a estes 79 anos», que os comunistas continuam a combater, procurando agregar vontades e energias para contar mais e pesar mais e prosseguir a «luta pelo aprofundamento da democracia, pelo socialismo, por Portugal».

Aos que querem apagar a intervenção do PCP, Carlos Carvalho responde com a «obra ímpar» do PCP na

recente venda do Banco Pinto Sotto Mayor pela Caixa Geral de Depósitos ao BCP».

É um «fartar vilanagem», diz o secretário-geral do PCP, interrogando-se sobre se os casos do Totta, do Crédito Predial Português e da Petrogal não serão já «exemplos suficientemente claros dos erros cometidos com a privatização de alavancas fundamentais da economia portuguesa».

Reflexão e resposta

Cresce o domínio do capital estrangeiro sobre a economia portuguesa e do poder econó-

sobre isto o Primeiro-Ministro ou o Ministro das Finanças ambos dirão, em coro e candidamente, que tudo é feito “com muita consciência social”...»

Mas «os recursos não são elásticos» e a política de concentração de riqueza tem depois a outra face da medalha, no subfinanciamento do ensino superior público, no não enfrentamento dos

lobbies e na crise da saúde ou na não construção de habitação social.

Assim, ao celebrar os 79 anos de vida e de luta do Partido Comunista Português, os comunistas afirmam-se «profundamente vinculados» à sua identidade e ao seu património político e ideológico e, por isso mesmo, «não paralisados em discussões estereis», «focalizadas em obsessões sobre “perigos” ou “condicionados pelos truques e fantasias de alguma comunicação social». Pelo contrário, eles estão voltados «para a reflexão e resposta aos novos problemas, para o reforço da organização, para a dinamização da iniciativa política, para a acção que a vida e a realidade constantemente exigem», como mostram as campanhas recentemente desenvolvidas por menos impostos, mais justiça social e junto dos trabalhadores; a participação na manifestação da CGTP-IN; o apoio activo ao recente buzínio e às várias lutas dos trabalhadores, dos estudantes, dos agricultores, dos pescadores; ou a «rica e qualificada intervenção» do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.



O PCP juntou milhares de pessoas, mais uma vez, em Azeitão

«difícil» e «apaixonante» combate pela liberdade e pela democracia, «pelo socialismo e os seus nobres ideais e valores humanistas», onde a intervenção do PCP se insere «como grande marca da nossa história».

autarquias e a circunstância de ser «o grande Partido de oposição de esquerda» na Assembleia da República «face a uma política neoliberal, de concentração de riqueza e ao serviço do capital financeiro», como mostra «a

mico sobre o poder político, prossegue Carlos Carvalho, enquanto, em consequência disso, a produção estrangeira substitui a nacional e aumentam a precarização, os baixos salários e o desemprego. No entanto, se «se questionar

Educação

Defender a qualidade do ensino

O Encontro Nacional do PCP sobre Educação reuniu, no sábado passado, professores, educadores, pais e autarcas comunistas que discutiram exaustivamente os principais problemas que afectam o ensino.

O subfinanciamento do ensino superior, o excesso de alunos por turma, as más condições em que funcionam muitos jardins de infância, a política de exclusão prosseguida pelo Governo foram algumas das questões descritas neste encontro que, através de um dos intervenientes, lamentou que não exista uma maior mobilização e envolvimento dos pais na busca de soluções para os problemas.

A situação dos trabalhadores-estudantes, dificultada pelo incumprimento da lei por parte das empresas e das

escolas, foi outra questão vista com preocupação, ainda que a discussão recaísse demoradamente sobre o estado em que se encontra o pré-escolar. Desde educadores que têm de prescindir da sua hora de almoço para alimentar as crianças, até aos horários de funcionamento dos jardins de infância, as queixas foram muitas.

Carlos Carvalho, que juntamente com Edgar Correia, da Comissão Política, participou no debate e iniciou o debate, começou por referir alguns dados oficiais - a existência de 230 mil alunos repetentes no sistema básico e secundário, sem contar com aqueles que desistem e cerca de 22 mil licenciados desempregados - que, na sua opinião, são reveladores da situação do ensino e do descontentamento que existe.

Descontentamento na rua

Assim, os estudantes do ensino secundário, descontentes com a falta de condições educativas em muitas escolas, com a acrescida selectividade da avaliação e as dificuldades de acesso ao ensino superior e, ainda, com o que se anuncia quanto aos novos currículos e moldes de reorganização do ensino secundário «regressaram às ruas» enquanto os professores decidem prosseguir a luta e realizar uma greve no final de Maio exigindo, entre outras reivindicações, melhores condições para o exercício da profissão e o cumprimento pela tutela do acordado em relação ao estatuto da carreira docente.

Ao nível do ensino superior, são «as continuadas crí-

ticas e protesto» de estudantes, professores, reitores e outros responsáveis académicos, nomeadamente em relação à política de subfinanciamento, de cortes no orçamento de investimento e subtração do valor das propinas à transferência que o Estado deveria fazer, ou, ainda, em relação ao conceito do estudante-elegível e ao problema das saídas profissionais e do desemprego de licenciados.

Mas, a par do crescente descontentamento em relação à política do Governo, na opinião de Carlos Carvalho, verifica-se uma «crescente intervenção do movimento associativo de pais e encarregados de educação na procura de respostas» para os problemas e pela defesa da qualidade do ensino e contra o insucesso escolar.

LOURES

Governo e Petrogal unidos

A Comissão Concelhia de Loures do PCP reuniu na semana passada e marcou para o dia 20 de Maio a 9.ª Assembleia de Organização, que definirá as linhas de trabalho para o próximo biénio e elegerá a nova Direcção Concelhia. Em tomada de posição pública, a Concelhia do PCP denuncia ainda a estratégia definida entre os Ministérios do Ambiente e da Economia e a administração da Petrogal, com vista à manutenção dos depósitos de combustível na Bobadela e à inviabilização da requalificação de toda a frente ribeirinha do concelho. Assim, alimentam posições contraditórias sobre o assunto, quando o objectivo é salvaguardar os interesses políticos e eleitorais do PS e a pretensão da Petrogal, diz o PCP, apelando à luta da população contra mais esta penalização do concelho.

OEIRAS

Postos de trabalho em perigo

A venda da LUSALITE, anunciada pela administração às estruturas sindicais da empresa, está em vias de causar um onda de contestação na Cruz Quebrada/Dafundo.

Esta empresa, que desde 1933 se dedica à produção e comercialização de produtos de fibrocimento, está fortemente enraizada na estrutura social da freguesia e do concelho, pelo que a sua venda, estimada em 1 milhão e 800 mil contos, não vai ser pacificamente aceite quer pelos trabalhadores quer pela população e os comerciantes locais.

Denunciando o carácter especulativo da operação, a célula da LUSALITE e a Comissão Concelhia de Oeiras do PCP prometem tudo fazer pela salvaguarda dos interesses dos 200 trabalhadores da empresa e pelo cumprimento da lei.

VIANA DO CASTELO

Coincidências... de voto

Através do deputado Honório Novo, a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP apresentou 14 propostas para o PIDDAC regional, abrangendo as áreas da saúde, vias rodoviárias, ambiente, formação, protecção de idosos, cultura, património, infância, educação, desporto e agricultura, correspondentes a necessidades e reivindicações da população. Estas propostas foram, porém, rejeitadas pelos deputados do PS, incluindo os eleitos por Viana, que apenas apresentaram três propostas, duas das quais coincidentes com o PP que, por sua vez, apresentou outras duas «coincidentes» com o PS, razão por que foram aprovadas. Assim, diz a DORVIC, fica-se sem saber se a posição do PS é devida ao desacordo com as propostas do PCP ou apenas ao facto de o PS «não tolerar que outros partidos tomem a iniciativa».

NISA

PS defrauda expectativas

A Comissão Concelhia de Nisa do PCP lamenta igualmente que os deputados do PS tenham rejeitado as propostas apresentadas pelo PCP para o distrito de Portalegre, apesar da concordância que tiveram por parte dos restantes partidos. Estas propostas, correspondentes a investimentos de valor superior a 1 milhão e 500 mil contos, ajudariam a resolver problemas com que há muito distrito de debate em áreas como as redes viária e ferroviária, a educação, a saúde, a justiça, o emprego e o desporto. Com o seu voto contra, os deputados socialistas, incluindo os que foram eleitos pelo distrito de Portalegre, não só adiaram a resolução desses problemas como «defraudaram as expectativas» da população.



Carlos Luís Figueira
Membro da Comissão Política

Trabalho e direitos

Numa verdadeira antecipação ao conteúdo da Cimeira de Lisboa Sobre o Emprego, e após longos meses de hibernação, o renascido Cabrita Neto Presidente da AHISA (Associação dos Hoteleiros e Similares do Algarve), lançou um vibrante apelo ao Governo para que este tomasse medidas para liberalizar a entrada de trabalhadores do Leste Europeu, da América Central e mesmo de África.

Fê-lo na simultânea qualidade de Presidente da Federação Nacional dos Similares de Hotelaria, em final de Congresso desta última estrutura, como medida urgente e indispensável para suprir a dramática falta de mão-de-obra existente no sector praga que, a manter-se, colocaria em risco de abertura muitas das unidades existentes.

Dias depois a congénere algarvia AEHTA (Associação de Empreendimentos Hoteleiros e Turísticos do Algarve) estrutura que entre outros aspectos se tem distinguido por ao longo de anos firmar à socapa contratações colectivas com uma Central sindical praticamente inexistente no sector, secundava no mesmo sentido tal lancinante apelo.

A ousadia, o descaramento e a provocação aos trabalhadores portugueses

que este apelo encerra é bem um sinal dos tempos que correm, reflectindo o campo de manobra que está sendo dado por este Governo PS ao patronato defendendo políticas sociais que no plano laboral se orientam para a criação de postos de trabalho onde estejam ausentes quaisquer direitos.

Porque se pode questionar porquê então o recrutamento de trabalhadores de tais origens se é suposto poder empregar, com maior facilidade e menores canseiras para este Governo, trabalhadores provenientes da União Europeia já que é suposto em tal espaço a livre circulação de capitais, mercadorias e pessoas? Porque, como é óbvio, no mínimo, se lhe teriam de pagar mais!

Não se ignora que a formação profissional na área do turismo desde há

muito necessita de uma profunda reforma. Porque extremamente burocratizada e dependente de três estruturas governamentais sem nenhuma coordenação entre si; porque excessivamente cara e desajustada às realidades do sector, porque mal direccionada e com pouca relação com as reais necessidades do mercado de trabalho neste área.

Mas o que este apelo desvenda não são preocupações visando a resolução de problemas existentes na formação de activos mas antes a hipocrisia que se revestem os frequentes discursos acerca da necessidade da qualificação, em todos os segmentos, da nossa oferta turística acompanhados sempre de circunstanciadas referências à urgência de melhorar a formação profissional dos trabalhadores do sector. Ao invés, o que tal reivindicação traduz é a procura de soluções através do recrutamento de uma mão-de-obra barata, sem direitos, regressando à velha tese que tudo serve desde que não metam o dedo na sopa nem entornem o caldo para o colo do cliente.

Precarização e baixos salários

Num recente inventário sobre a situação laboral no distrito de Faro da responsabilidade da União dos Sindicatos do Algarve é revelada a crescente precarização em que se encontram milhares de trabalhadores do sector, com unidades hoteleiras a manterem 60, 80 e mesmo 100% dos trabalhadores com vínculo precário. No sector da restauração para além da precarização somam-se horários de trabalho muito para além do que a Lei e a contratação do sector permite, sem acréscimo de remuneração. As propostas que o patronato apresenta em sede de negociação da contratação colectiva são em regra para eliminar direitos arduamente conquistados ao longo de anos em contraste com a crescente ocupação das unidades hoteleiras e um aumento real na receita turística.

Ou seja, apesar dos bons resultados que a actividade turística tem proporcionado, a estratégia do patronato continua assente nos baixos salários, na eliminação de direitos sociais, na precarização, a fim de fragilizar a resistência, desarticular a organização dos trabalhadores, criar maiores obstáculos ao desenvolvimento da luta, com o objectivo de ampliar um volume de mão-de-obra disponível, frágil, dependente, que lhe permita obter através da diminuição do volume da massa salarial, engrossar de forma suplementar as suas mais-valias.

Trata-se de uma situação insustentável que não tendo ainda uma expressão equivalente no plano do protesto e da luta dos trabalhadores, constitui todavia o fermento para o seu justo desenvolvimento. Os protestos que se seguiram ao aumento dos combustíveis a par da grande manifestação de Março somados aos recentes movimentos grevistas designadamente no sector dos transportes podem ser o pronúncio do início de um novo ciclo. A pronúncia-lo podemos constatar a visível inquietação que atravessa o Governo e o nervosismo que dá mostras o aparelho do PS.

“A formação profissional na área do turismo desde há muito necessita de uma profunda reforma”



Falta de recursos humanos na área da saúde preocupa algárvios

Um hospital novo com problemas velhos

Os deputados comunistas Lino de Carvalho e Natália Filipe, acompanhados de dirigentes regionais do PCP, visitaram no dia 31 de Março o Hospital de Faro e o Hospital do Barlavento Algarvio.

Durante a sua deslocação, realizada com o objectivo de aprofundar o seu conhecimento sobre a realidade dos serviços de saúde no Algarve, os deputados do PCP tiveram ainda encontros com dirigentes do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato dos Médicos do Sul e Sindicato da Função Pública do Sul.

Entre os problemas que mais preocupam os algárvios, destaca-se a falta de recursos humanos - médicos, enfermeiros e técnicos - que apenas é parcialmente minorada pelo recurso a profissionais espanhóis. Mas a delegação comunista pôde, ainda, constatar a existência de Unidades de Saúde com serviços em risco de ruptura, devido à ausência de condições míni-

mas de funcionamento, assim como de enormes listas de espera para consultas. Um outro problema detectado e que importa corrigir diz respeito à elevada percentagem de pessoal auxiliar, administrativo e outros em regime de trabalho precário.

Algumas inquietações

A delegação do PCP ficou especialmente surpreendida com a situação que encontrou no novo Hospital do Barlavento, onde já se verifica a existência de listas de espera, se vêm macas nos corredores do Serviço de Urgência. De sublinhar, é a necessidade urgente de obras estruturantes com vista a tornar funcional este Hospital, onde

ainda se encontram serviços encerrados e equipamentos encaxotados.

Incompreensível para Lino de Carvalho e Natália Filipe foi o facto de, ao longo dos dois anos que durou a construção deste Hospital, não terem sido tomadas medidas no sentido de assegurar o número de profissionais necessário ao seu regular funcionamento.

Face à situação encontrada - e que só não é mais grave «devido ao empenho e esforço dos profissionais de saúde», os deputados do PCP mostraram-se preocupados com a possibilidade de o Governo ter em perspectiva uma «qualquer forma de privatização» da gestão do Hospital do Barlavento Algarvio - construído com dinheiros públicos - e comprometeram-se a insistir na presença urgente da ministra da Saúde na Comissão de Saúde da Assembleia da República, para responder às inquietações resultantes desta visita.



Primeiro congresso do Partido em liberdade após 48 anos de fascismo, o VII Congresso foi extraordinário em todos os sentidos

José Vitoriano

VII Congresso (Extraordinário)

O 25 de Abril pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, a 48 anos de repressão, de prisões e torturas. Para o PCP que ao longo de 48 anos fora forçado à clandestinidade e pagara um alto preço pela sua luta pela liberdade e pela acção desenvolvida em apoio das lutas dos trabalhadores pelo pão e por melhores condições de vida e de trabalho, abriram-se-lhe as portas da legalidade.

A conquista da liberdade, graças à intervenção do Movimento das Forças Armadas e à luta do povo português, ao longo de muitos anos, contra o fascismo, foi sem dúvida um dos acontecimentos de maior relevância na vida política nacional em todo o Século XX.

As profundas transformações económicas e sociais que se lhe seguiram pela acção das massas populares e das forças democráticas e a que, com o acto revolucionário que derrubou o fascismo, se chamou revolução de Abril, proporcionaram melhorias consideráveis nas condições de vida dos trabalhadores e, em particular, das camadas mais desfavorecidas da população. Ao nível da acção política e de massas, a conquista da liberdade proporcionou ao nosso Partido um grande desenvolvimento da sua intervenção a seguir ao 25 de Abril. O Partido cresceu e reforçou-se muito, seja quanto ao número dos seus membros e da militância, seja quanto ao número de organismos e à sua estruturação à escala nacional.

Mas as forças reaccionárias estavam longe de se sentirem

conformadas com a nova situação e não estavam paralisadas. Para além da tentativa de golpe de Estado constitucional do general Spínola através do então Primeiro-Ministro Palma Carlos no mês de Julho, ocorreu outra mais séria em 28 de Setembro, a da chamada maioria silenciosa, que as forças populares, tendo como principal força dinamizadora o PCP, desmontaram, infligindo uma pesada derrota à reacção nos seus esforços para inverter o curso dos acontecimentos.

Foi neste quadro que o PCP decidiu realizar o seu VII Congresso (extraordinário), o primeiro congresso realizado em liberdade depois de 48 anos de fascismo. O último, clandestino, realizara-se em 1965.

O VII Congresso (extraordinário), que foi preparado em apenas duas semanas, realizou-se num só dia, 20 de Outubro de 1974, no então Pavilhão dos Desportos (hoje Pavilhão Carlos Lopes) e foi aberto pelo nosso saudoso camarada Pires Jorge nele tendo participado mais de cinco mil membros do Partido (1003 delegados e 4209 convidados). O Congresso teve como objectivos aprovar algumas alterações ao Programa e aos Estatutos do Partido, alterações determinadas por força da nova situação criada com a Revolução de Abril e para corresponder às novas tarefas que se punham ao Partido e em função das profundas alterações por que o País estava a passar.

Além de que, independentemente do grande cresci-

mento e reforço do Partido no período que se seguiu ao 25 de Abril, só o facto de a ditadura fascista ter sido derrubada e o Partido ter deixado de ser um partido clandestino, isso impunha algumas modificações nos Estatutos e no Programa, adaptando ambos os documentos à nova situação de legalidade.

Por exemplo, nas condições de clandestinidade as eleições dos organismos dirigentes, assembleias, prestações de contas e outros actos normais na vida democrática do Partido estavam fortemente restringidos ou condicionados por motivos de defesa do Partido e dos seus militantes. Na nova situação de legalidade de todas estas limitações tinham desaparecido.

Noutros casos, formulações anteriores têm que dar lugar a formulações novas como é o caso do Art.º 4.º dos Estatutos em que se dizia: «no actual momento histórico a grande tarefa que se coloca ao proletariado português e ao seu Partido é a revolução democrática e nacional cujos objectivos são...», seguia-se o enunciado dos oito pontos.

Na versão aprovada pelo VII Congresso, no mesmo artigo diz-se: «No actual momento histórico o processo revolucionário em curso insere-se na revolução democrática e nacional cujos objectivos...», segue-se igualmente o enunciado dos oito pontos mas em que o primeiro sofre alterações, pois agora trata-se de «destruir completamente o Estado fascis-

ta» enquanto que na versão anterior era «destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático».

Estas alterações são naturalmente extensivas ao Programa, que contém outras como o caso



do capítulo II que é totalmente substituído, pois as tarefas imediatas de agora são completamente diferentes das tarefas imediatas do tempo da ditadura fascista. É ainda o caso da modificação de algumas expressões e supressão de outras que então e após o derrocamiento da ditadura fascista podiam não ser bem entendidas, como era o caso da expressão «ditadura do proletariado» contida no capítulo III do Programa e que foi suprimida.

O VII Congresso também aprovou uma proclamação em que se salientam as importantes vitórias do povo português em todo este período, que começou com o 25 de Abril em que foi derrubada a ditadura fascista e conquistada a liberdade, com a existência dos

Os Congressos do Partido

Um extraordinário Congresso

«Houve tempo em que esta sala teria sido demasiado grande para abrigar todos os membros do Partido. Hoje, não há em Portugal sala ou pavilhão, por maiores que sejam, onde caibam todos os comunistas.»

Com estas palavras, na sua intervenção sobre a situação política e as tarefas do Partido, Álvaro Cunhal, que intervinha logo após a abertura dos trabalhos feita por Pires Jorge, dava uma ideia do extraordinário vigor do PCP, seis meses apenas após o 25 de Abril. Mais de cinco mil pessoas apinhadas no então Pavilhão dos Desportos. Um milhar eram delegados ao VII Congresso (extraordinário), convocado em curto espaço de tempo para debater e aprovar as alterações ao Programa e aos Estatutos e uma Plataforma de Emergência, medidas tornadas necessárias na decorrência da democracia conquistada e das tarefas que aos comunistas se colocavam no processo revolucionário então em curso.

Os depoimentos que hoje publicamos, dos camaradas José Vitoriano e Domingos Abrantes, dão ao leitor uma ideia mais precisa do momento político, dos trabalhos do Congresso, das tarefas do Partido e das alterações então aprovadas. Mas, mesmo antes de as alterações terem sido introduzidas nos Estatutos, já a democracia, derrubado o fascismo, se aprofundava e vivia nas numerosas organizações do Partido e entre os milhares de mili-

tantes. Os delegados haviam sido eleitos em todos os cantos do País. Operários, empregados, intelectuais, mulheres e jovens comunistas eleitos pelos seus camaradas mostravam ali a extraordinária vitalidade de um Partido empenhado nas transformações sociais, políticas, económicas e culturais profundas que as massas chamaram a si nesse tempo glorioso.

Vivendo ardorosamente a liberdade recentemente conquistada e sem descanso defendida dos ataques da reacção que já então escolhera os seus aliados entre alguns dos que acompanhavam o curso da revolução para não ficarem de fora, os comunistas ali reu-

nidos, ouvindo e intervindo em nome de órgãos de direcção ou de células recém-construídas mas já com história de lutas valiosas, apreciando e votando os documentos do Congresso, transformam-no, apesar da responsabilidade e da seriedade do debate, numa verdadeira festa.

Este VII Congresso (extraordinário) pela missão específica para que fora convocado, mas também extraordinário pelo momento político que então se vivia e pela festa que foi - primeiro congresso em liberdade após 48

anos de fascismo) deixou marcas nos outros todos que se lhe seguiram, reuniões magnas onde a fraternidade reina, lugar de encontro e de reencontro. Ali, no pavilhão que tantas iniciativas do Partido iria abrigar nos anos seguintes até hoje, foi também lugar de encontro para milhares de militantes que nunca se haviam encontrado. E de reencontro para muitos ainda que os caminhos da clandestinidade haviam separado, mas que o Partido e os seus ideais juntavam na luta, onde quer que ela fosse.

Já a democracia, derrubado o fascismo, se aprofundava e vivia nas numerosas organizações do Partido

A apresentação do Comité Central

308 anos de prisão!

No VII Congresso foi apresentada o Comité Central do Partido. Com 36 membros, entre efectivos e suplentes, a grande maioria já fazendo parte do CC antes do 25 de Abril, a direcção do PCP era composta por quadros comunistas que haviam dado as suas provas nas duras condições da clandestinidade. Octávio Pato, que apresentou o CC ao Congresso, leu perante os delegados cada nome, indicando a seguir o número de anos de membro do Partido, o tempo de funcionário e de dirigente. Mas um número foi o mais importante de todos os que ali se anunciaram - o de anos passados por cada homem e cada mulher nas prisões do fascismo. Ao todo, o Comité Central somava 308 anos de prisão!

Muitos desses camaradas de uma geração histórica que dirigiu o PCP nas batalhas contra o fascismo e nas suas derradeiras horas e que, depois, conduziu a luta revolucionária e a defesa de Abril, já não fazem parte do número dos vivos.



Que importa, chegarão ao nosso brado, diz o poema. Porque nenhum de nós anda sozinho. Até os mortos vão ao nosso lado...

Eram membros efectivos: Álvaro Cunhal; Sérgio Vilariques; Octávio Pato; Joaquim Gomes; Dias Lourenço; Jaime Serra; José Vitoriano; Blanqui Teixeira; Carlos Brito; Carlos Costa; Pires Jorge; Américo Leal;

António Gervásio; Dinis Miranda; José Magro; Ângelo Veloso; Rogério Carvalho; Francisco Miguel; Georgette Ferreira; Domingos Abrantes; Pedro Soares; Carlos Aboim Inglez; Sofia Ferreira.

Os suplentes eram:

Albano Nunes; Alda Nogueira; António Santo; Aurélio Santos; Carlos Luis; Horácio José; Ildio Esteves; José Bernardino; José Carlos Almeida; José Pedro Soares; Manuel Pedro; Margarida Tengarrinha; Raimundo Narciso.

Domingos Abrantes

Um marco importante

O VII Congresso (Extraordinário) realizado na cidade de Lisboa a 20 de Outubro de 1974, apesar de ter durado apenas um dia, de ter sido preparado no curto espaço de duas semanas e de o Partido ter de responder diariamente a um verdadeiro caudal de tarefas e de novas situações, foi um sucesso e representou a vários títulos um importante marco na vida do Partido e do País.

Desde logo, por ser o primeiro congresso realizado «à luz do dia», em liberdade após quase meio século de ditadura fascista que sujeitou o nosso Partido à dura clandestinidade, e pelo número de delegados (mais de 1000) e de convidadas (mais de 4000), constituiu a maior realização partidária efectuada até então na história do PCP.

Embora tivessem decorrido apenas seis meses desde o derrubamento da ditadura fascista, a realidade nacional e do Partido havia sofrido profundas alterações. Estavam em curso importantes transformações sócio-económicas. As massas populares tornavam-se pela primeira vez sujeitos activos da construção de uma nova vida e de um novo país.

Nas condições de legalidade, os efectivos do Partido tinham-se alargado significativamente, reforçado a base organi-

zada e criado estruturas de direcção em todo o território. Com uma base social de 60% de operários e 18% de empregados, o PCP confirmava a sua natureza de classe inequívoca, a do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, realidade que se revelou determinante para o aprofundamento do processo revolucionário e a defesa das suas conquistas.

O VII Congresso assumiu também grande importância pelo facto de se ter realizado poucos dias depois do primeiro grande confronto com as forças reaccionárias (23 de Setembro) tendo o Partido e os trabalhadores desempenhado papel determinante na derrota das forças contra-revolucionárias.

O derrubamento do fascismo e a evolução do processo revolucionário, confirmando a justeza das orientações do VI Congresso, exigiam uma avaliação apro-



fundada do caminho já percorrido pela revolução e como apetrechar o Partido para estar à altura das suas responsabilidades nas novas condições de luta.

Apesar dos objectivos limitados fixados ao VII Congresso - necessidade de pôr em conformidade aspectos estatutários e de programa que se adequassem às condições de legalidade e da nova etapa da vida nacional - as orientações saídas do VII Congresso foram de grande importância para a evolução do processo revolucionário ao apetrechar o Partido com uma linha política precisa para as complexas tarefas com que nos confrontávamos na altura.

Finalmente, a realização do VII Congresso revelou-se de grande importância ao contribuir decisivamente para a coesão ideológica e o reforço da democracia interna do Partido, bases essenciais para a unidade do Partido.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Ester de Jesus Cardoso Santos

Na última edição do nosso jornal informámos o falecimento recentemente ocorrido da camarada Ester de Jesus Cardoso Afonso, quando o seu último nome é correctamente Ester de Jesus Cardoso Santos.

Pelo lapso, apresentamos as nossas desculpas aos familiares da camarada e aos leitores do «Avante!».

Artur Pires Martins

Faleceu, no passado dia 3 de Abril, com 85 anos de idade, o camarada Artur Pires Martins, arquitecto. Foi um destacado elemento da geração que, a partir dos anos 50, promoveu a difusão em Portugal das propostas da Carta de Atenas e procurou projectar a arquitectura e o urbanismo segundo as concepções do Movimento Moderno. É autor de diversos edifícios e equipamentos particularmente marcantes em Lisboa e no Algarve. Foi ao longo da sua vida, e no exercício da sua actividade, um invulgar exemplo de generosidade e solidariedade profissional e humana. Defensor de um compromisso progressista entre a arquitectura e a sociedade, participou activamente no «Inquérito à arquitectura popular em Portugal» e nas Exposições Gerais de Artes Plásticas da década de 50, que desempenharam um importante papel na resistência cultural ao fascismo. Foi membro eleito de órgãos do Sindicato Nacional de Arquitectos, tendo desempenhado um papel activo no processo de transformação do Sindicato em associação de direito público. Membro do Partido

desde 1975, deu destacada colaboração ao gabinete central da Festa do «Avante!» em todas as suas edições.

Avelino Duarte Lopes Vicente

Vítima de doença prolongada, faleceu recentemente, com 54 anos de idade, o camarada Avelino Duarte Lopes Vicente. Trabalhou na Rodoviária Nacional e estava organizado na freguesia de Palmela.

Carlos Gomes Bento

Com 74 anos de idade, faleceu no dia 7 de Abril, vítima de doença súbita, o camarada Carlos Gomes Bento. Era reformado da Rodoviária do Tejo, onde desenvolveu intensa actividade como dirigente sindical e membro da Comissão de Trabalhadores. Após o 25 de Abril, foi autarca e membro da comissão de moradores da freguesia de S. Pedro, em Torres Novas, de onde era natural e onde residia.

José Carreira Agostinho

Faleceu com 60 anos, vítima de doença prolongada, o camarada José Carreira Agostinho. Ocupou vários cargos autárquicos a nível da freguesia do Píhal Novo, tendo sido presidente da Junta no mandato de 1994-1997. Trabalhou na Quimigal, granjeando grande prestígio entre trabalhadores e população.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Centenas de militantes e amigos do PCP firmes no prosseguimento da luta

Confiança inabalável

Mais de um mês após decorrido sobre a data em que o PCP completou 79 anos, prosseguem nas organizações as iniciativas comemorativas do evento.

Aljustrel

No Centro de Trabalho de Aljustrel, cerca de duas centenas de camaradas e amigos comemoraram, em ambiente de grande alegria e camaradagem, o 79.º aniversário do PCP.

A iniciativa, que se prolongou por toda a tarde de domingo e teve a activa participação da JCP foi animada por cantares alentejanos, tendo a parte política ficado a cargo dos camaradas José Godinho, presidente da Câmara Municipal, e do camarada José Casanova, director do «Avante!» e membro da Comissão Política.

Amesterdão

No domingo passado, foi a vez de os comunistas residentes na Holanda comemorarem o aniversário do Partido com um almoço realizado na Associação de Portugueses de Amesterdão,

onde, entre camaradas e amigos do PCP, estiveram presentes cerca de cinquenta pessoas.

Durante o almoço, que decorreu num ambiente de grande animação e amizade, foram proferidas algumas intervenções que focaram a coragem e o heroísmo dos comunistas nestes 79 anos de luta e a confiança no trabalho futuro, nomeadamente da Organização do Partido junto da comunidade portuguesa na Holanda.

Garvão

Em Garvão, concelho de Ourique, cerca de oitenta camaradas participaram numa iniciativa comemorativa do 79.º aniversário do Partido, promovida pela respectiva Comissão de Freguesia.

Depois do almoço de confraternização, intervieram os camaradas José Alberto, secretário da Junta de Freguesia local, e o

camarada José Casanova, membro da Comissão Política.

O convívio terminou com uma animação musical, a cargo da jovem Rita Santos.

Vila Franca de Xira

Também em Vila Franca de Xira, a organização comemorou o aniversário do Partido com um almoço, realizado no sábado passado, na Sociedade Euterpe Alhandrense, que juntou cerca de 450 camaradas e amigos.

Na ocasião intervieram Octávio Teixeira, membro da Comissão Política, que falou sobre a situação política nacional e as tarefas do Partido, e Octávio Augusto, do Comité Central, que sublinhou a importância das várias gerações de comunistas na luta pela democracia.

Octávio Augusto, que referiu ainda o grande dinamismo da vida actual do Partido e criticou a actual gestão PS/PSD na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, terminou apelando à participação dos militantes da preparação da próxima Assembleia de Organização Concelhia.

Portalegre

Seca requer medidas urgentes

A situação de seca que tem assolado o Alentejo, na opinião da Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP, vem «colocar a nu a falta de cumprimento por parte do Governo do Plano de Rega do Alentejo» e, em especial, da construção dos projectos hidro-agrícolas que há muito são reivindicados para o distrito.

Assim, o PCP, sublinhando designadamente os problemas acrescidos que a seca acarreta para os pequenos e médios agricultores, seareiros e ren-

deiros, propõe que seja feito um levantamento completo dos prejuízos, assim como o controlo rigoroso dos fundos destinados a minorá-los, e o estabelecimento de apoios a fundo perdido, accionando o fundo de calamidades e compensando os prejuízos decorrentes dos investimentos feitos ou impedidos de concretizar por falta de água.

Entre outras medidas que o PCP defende para enfrentar o problema, destaca-se a criação de linhas de crédito bonificadas a juros baixos e com prazos

dilatados, a antecipação dos pagamentos das ajudas desta campanha, sem encargos para os agricultores, a suspensão dos pagamentos à Segurança Social, sem perda de direitos, pelo período que seja considerado necessário.

Tendo ainda em conta que na agricultura um ano de seca tem consequências negativas que se projectam muito para além desse mesmo espaço temporal, o PCP defende que as medidas a tomar sejam prolongadas e acompanhadas por um determinado período de tempo.

Assembleias reúnem

Com a presença de mais de setenta camaradas, reuniu a Assembleia de Organização de Vila Verde de Ficalho que fez o balanço do trabalho realizado, traçou perspectivas de intervenção futura e elegeu a nova Comissão de Freguesia.

A camarada Palmira, coordenadora da Comissão de Freguesia, interveio na abertura da Assembleia, valorizando a entrada para o Partido de novos militantes – 8 nos últimos dias – e, também, os passos em frente dados pela JCP local.

Intervieram ainda os camaradas Jorge Martins, responsável pelo concelho de Serpa, e o camarada João Rocha, presidente da Câmara.

Reforçar a organização do Partido, tornando-a mais interventiva, e reconquistar a maioria CDU nas próximas eleições autárquicas na freguesia, foram

objectivos apontados pela Assembleia de Organização, cujos trabalhos foram encerrados pelo camarada José Casanova, membro da Comissão Política.

Samora Correia

Cerca de 50 militantes e simpatizantes participaram, no sábado passado, na Assembleia de Organização da Freguesia de Samora Correia do PCP. Um encontro que terminaria noite dentro, com sabor a festa, mas que a força de sempre lembrava outros tempos no olhar de determinação dos que apelaram à intervenção e acção do Partido.

Após a apresentação do Relatório e Contas de 99, aprovado por unanimidade, e do Plano de Trabalho para este ano, que os presentes conside-

raram passível de concretização, foi a vez da apresentação da proposta para a nova Comissão de Freguesia, eleita também por unanimidade.

José Casanova, da Comissão Política, deu início ao debate sobre a actual situação política. E certo é que as críticas ao Governo do PS, responsável pela política de direita em curso, foram a tônica dominante do debate, com camaradas a lembrarem a necessidade de maior ligação ao movimento sindical e do reforço da JCP.

José Casanova traçou o historial do Partido, um partido da classe operária e de todos os trabalhadores, cuja identidade os comunistas querem manter, na defesa de uma sociedade sem exploradores nem explorados, e que continuará a afirmar-se como obstáculo à nova ordem imperialista.

Pública precariedade

● Francisco Braz

O emprego público não pode significar precariedade

Sendo o trabalho um facto social e sinónimo de emprego, terá de ser forçosamente entendido como tal e impreterivelmente valorizado. Ao contrário, as políticas economicistas, aliadas aos interesses do grande capital mais explorador e desenfreado, vêm fazendo regredir a importância social do trabalho e dos direitos sociais.

Também a Administração Pública – que deveria ser sinónimo de emprego com qualidade e direitos, de mais liberdade sindical, e enquanto tal, servir de exemplo e motor para a incorporação de direitos por toda a sociedade e pelos mais diversos sectores – tem sido nos últimos anos o alvo preferencial de uma estratégia política, económica e social no sentido da sua degradação e desregulamentação e utilizada pelo Governo para as políticas de contenção e ou mesmo redução salarial, como a imposição salarial para 2000, de 2,5 por cento, ilustra claramente.

O próprio modelo de construção europeia, assente numa perspectiva económica que privilegia a componente financeira e a globalização de mercados por via da sua liberalização e privatização, em detrimento da gestão pública moderna e democrática, é um dos factores objectivamente responsáveis pela destruição dos serviços públicos, pelo desemprego estrutural, pela instabilidade laboral existente, e pelas tentativas de privatização das relações jurídicas de emprego.

É neste quadro que a administração pública e os seus trabalhadores, em vez de beneficiarem de políticas conducentes à sua modernização, dignificação e valorização, para enfrentarem as crescentes exigências e necessidades dos cidadãos e da sociedade, são apresentados como resistentes à mudança e um «problema» que é preciso resolver.

Estabilidade como anátema

A estabilidade, característica indissociável do emprego público, decorrente da necessária independência dos funcionários e agentes face a todo o tipo de pressões, tem sido claramente desvirtuada e é hoje apresentada publicamente como um anátema, injustificável dizem-nos, numa sociedade que se quer mais flexível e produtiva.

Se a luta dos trabalhadores tornou possível impor em sede negocial a regularização de milhares de trabalhadores em situação precária, não menos verdade é o facto de que a ausência de medidas concretas subsequentes é hoje responsável pela existência, novamente, de mais algumas dezenas de milhar de trabalhadores em situação precária, logo sem direitos, e sujeitos a todas as consequências dessa realidade.

A verdade é que, após quatro anos de Governo PS, já no seu segundo mandato, se acentuaram os problemas dos trabalhadores da Administração Pública (e das autarquias, em particular), se aprofundou a política de desvalorização dos Serviços Públicos e de privatização dos mesmos, para além das tentativas de esvaziamento de importantes direitos dos trabalhadores. Nesta medida, pretende-se que o direito ao emprego passe a ser progressiva e preferencialmente encarado como responsabilidade do trabalhador em demonstrar a sua empregabilidade. Para a Administração Pública, e tal como consta no programa do Governo, tal ideia significa a continuação e generalização de formas atípicas e precárias de contratação, os estágios profissionais como forma de exploração de jovens qualificados, a flexibilização dos horários de trabalho, a generalização da semana de quatro dias do trabalho a tempo parcial, o recurso ao trabalho temporário.

Uma Administração Pública moderna e eficaz, não passa certamente pela sua degradação, mas sim pela criação de emprego com qualidade e com direitos, valorizando e dignificando quem trabalha com o objectivo de servir os cidadãos.



Litoral alentejano

Agrava-se a situação social e desenvolvem-se as lutas dos trabalhadores nos concelhos, alertou segunda-feira a Direcção da Organização Regional do Litoral Alentejano do PCP. Em conferência de imprensa, foi referida a luta dos trabalhadores da refinaria de Sines da Petrolgal, que mantém desde 3 de Abril pré-avisos de greve em defesa de aumentos salariais, pela redução do horário e contagens de 1.4 para efeitos de reforma.

A Borealis, depois de ter rescindido, no ano passado, com 150 trabalhadores, prepara-se agora para despedir da mesma forma mais 75. O processo de encerramento da Júdice Fialho desenvolve-se desde 1996, estando actualmente 70 trabalhadores com salários em atraso. A administração da Metalsines quer vender a empresa sem assegurar os seus 75 postos de trabalho. A Torralta, desde que o controlo passou para a Sonae, já despediu 220 pessoas (180 no complexo de Tróia).

Lisnave e Gestnave

Uma greve de 24 horas, a realizar ontem, foi uma das respostas dos trabalhadores do maior e melhor estaleiro naval da Europa (terceiro a nível mundial) face à falta de resposta das administrações ao caderno reivindicativo entregue no início deste ano. Em assembleia geral de trabalhadores, na passada sexta-feira, foi aprovada uma resolução onde se recorda que, desde 1994, o Estado investiu vários milhões de contos no quadro de sucessivos processos de reestruturação da Lisnave, mas «a empresa, depois de ter sido sucessivamente liberta do seu passivo, volta, em 1999, a apresentar resultados negativos, sem qualquer justificação credível». Os trabalhadores rejeitam qualquer responsabilidade no actual quadro, acusam as administrações de levarem a cabo uma política que não se ajusta aos interesses do pessoal, das empresas e do País, exigem que o Governo assumira as suas responsabilidades, e consideram haver condições para uma resposta positiva às reivindicações para 2000. Comentando a anunciada intenção do Grupo José de Mello de abandonar a actividade, os órgãos representativos dos trabalhadores recordam que, em 1997, a Lisnave «foi financeiramente saneada pelo Governo, o qual investiu uma verba que ultrapassou uma centena de milhões de contos e criou uma empresa que dá pelo nome de Gestnave, a qual suporta os encargos sociais com todos os trabalhadores, a partir dos 55 anos de idade» e «financia a produção da Lisnave». O contrato firmado entre o Estado e o Grupo José de Mello assegura ainda a concessão dos estaleiros, a custo zero, por 30 anos.

Encontro Nacional no sábado PCP encerra campanha

Durante um mês, centenas de militantes comunistas redobram o esforço de contacto com os trabalhadores, divulgando as propostas do Partido e apelando a um mais forte apoio ao PCP.

O Encontro Nacional de Quadros culmina a campanha iniciada a 14 de Março e deve estimular a intervenção dos comunistas no desenvolvimento da luta,



No dia 6, com a Liga Operária Católica (teve lugar também um encontro com a Juventude Operária Católica)



Sexta-feira, com a Comissão de Trabalhadores da EDP



No dia 7, com a Associação de Deficientes Sinistrados do Trabalho



Anteontem, com a CT da Portugal Telecom

contribuindo também para o necessário reforço da acção e organização do PCP. Neste período importantes projectos legislativos foram apresentados na AR e tiveram ampla divulgação em locais de trabalho. No Encontro de sábado, o PCP pretende analisar a actual situação política e as formas de reforçar a organização e a luta dos trabalhadores e de fortalecer o Partido.

Durante a campanha, foram distribuídos muitos milhares de exemplares do folheto central, proporcio-

solidariedade para com os trabalhadores e abriu novas perspectivas de intervenção.

Na sede do Partido, durante esta semana, prosseguiram as reuniões com organizações de trabalhadores. Jerónimo de Sousa, Domingos Abrantes e outros camaradas receberam delegações da Juventude Operária Católica, da Liga Operária Católica, das CTs da Portugal Telecom e da EDP, e da Associação de

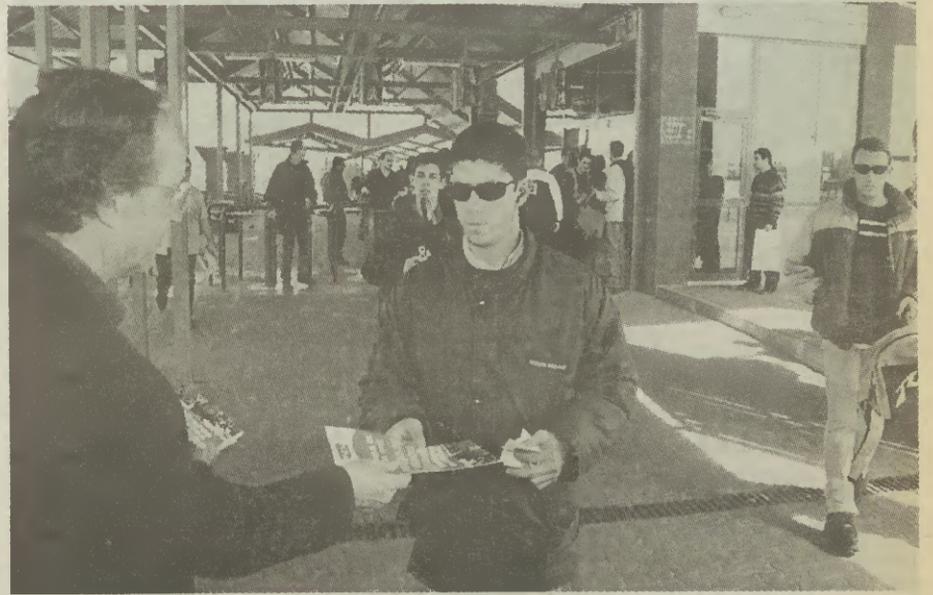
O Partido dos trabalhadores ganha raízes mais fortes nas empresas e serviços

Lopes, António Lopes e outras camaradas no debate sobre o grave problema da persistência de baixos salários.

António Filipe e Natália Filipe estiveram segunda-

-feira em Torres Vedras, onde também denunciaram a existência de salários dos mais baixos do distrito de Lisboa e inferiores, em cerca de 20 contos, à média nacional.

As ilegalidades na Vouga Têxtil foram denunciadas



Carlos Carvalhas participou quinta-feira numa acção na Autoeuropa

nando inúmeros contactos com trabalhadores e com estruturas representativas. A participação de Carlos Carvalhas e outros dirigentes e deputados comunistas deu mais impacto público à denúncia dos problemas laborais e sociais, alargou a

Deficientes Sinistrados do Trabalho.

O secretário-geral do Partido esteve com os trabalhadores da Autoeuropa, reforçando a denúncia dos abusos da precariedade. Em Pevidém, no coração do Vale do Ave, acompanhou Agostinho

pela direcção regional de Viseu do PCP, que esteve na zona industrial de Vouzela e apelou à sindicalização e unidade das costureiras, que são obrigadas a trabalhar mais hora e meia por semana e continuam a receber menos que o salário mínimo nacional.



Debate em Pevidém, no dia 7

Greve a 9 de Maio

Prossegue a luta na Administração Pública

A Frente Comum considera que a revisão salarial para 2000 não está encerrada e, na Cimeira de Sindicatos realizada sexta-feira, exigiu o prosseguimento das negociações.

«O Governo usou de má fé negocial, tentando impor abruptamente o encerramento das negociações na Administração Pública para, passados dias, decretar o aumento de combustíveis, o que significa, pelos respec-

tivos efeitos em termos de inflação, que uma actualização de apenas 2,5 por cento nos salários constituiria uma brutal redução do poder de compra dos trabalhadores, o que é de todo em todo inaceitável» - protesta a Frente Comum.

No comunicado que divulgou após a reunião, a estrutura que representa a maior parte dos trabalhadores do Estado informa que decidiu «avançar para um

crescendo da mobilização dos trabalhadores, durante o mês de Abril, com afirmação da sua identidade e objectivos de luta, através de plenários nos locais de trabalho, iniciativas regionais, conferências de imprensa, elaboração de um manifesto e solicitação de entrevistas ao Presidente da República e aos grupos parlamentares».

A Cimeira de dia 7 decidiu ainda, «sem prejuízo de

outras acções posteriores» e «dando continuidade ao processo de luta que tem vindo e continuará a ser desenvolvido», convocar uma greve da Administração Pública para o dia 9 de Maio, cujos objectivos são os que constam da proposta reivindicativa entregue ao Governo, designadamente no que respeita a salários, emprego, carreiras, vínculos e direitos, «exigindo soluções concretas».

Casa Pia

Os trabalhadores da Casa Pia de Lisboa fizeram greve na passada quinta-feira, exigindo reclassificação profissional de acordo com as funções exercidas, integração no quadro de funcionários que estão indevidamente com vínculos precários, pagamento dos subsídios de turno e de risco, penosidade e insalubridade.

Contra o aumento de tarifas
por melhores transportes públicos

Campanha em marcha

Depois do êxito do *buzinão*, numa manifestação que mobilizou gente por todo o país, prossegue a luta contra qualquer aumento do preço dos transportes.

Um abaixo-assinado, já a circular, contra qualquer aumento do preço dos transportes e por mais e melhores transportes públicos, é uma

das iniciativas que a *Associação Transportes 2000* se propôs desenvolver, numa campanha anunciada em conferência de imprensa, dia 6 de Abril.

O *buzinão* saldou-se «numa manifestação de protesto que ultrapassou em muito as nossas expectativas», frisou a associação, no documento à imprensa, que refere a vaga de adesões, o facto de se ter feito sentir um pouco por todo o país e ainda a naturalidade com que decorreu «desmentindo infundados receios de alguns responsáveis políticos que parece acreditarem pouco nas pessoas».

Uma manifestação que «exige de todos nós, e em particular do Governo, a tomada de decisões que minimizem os efeitos directos e indirectos da decisão de aumentar os combustíveis».

A Associação sublinha, em particular, que ficou bem claro

«o peso e a importância da opinião da sociedade civil, e de que as decisões políticas com incidência directa na vida das pessoas, não devem nem podem ignorar o sentir, o pensar, os legítimos interesses e as reacções dessas mesmas pessoas».

Ações a desenvolver

Neste quadro a *Associação Transportes 2000* decidiu avançar com propostas – junto dos grupos parlamentares e do Governo – para minimizar os efeitos do aumento de combustíveis e que passam por uma decidida recusa de qualquer aumento do preço dos transportes e pela apresentação de um conjunto de propostas de melhoria dos trans-

Ficou bem claro o peso e a importância da opinião da sociedade civil

portes públicos e de incentivo à sua utilização.

A Associação decidiu igualmente promover - com o envolvimento de outras

associações de consumidores, de protecção ambiental, associações sindicais e profissionais, colectividades, juntas de freguesia, entre outros - uma campanha *Contra qualquer novo aumento dos preços das tarifas, pela melhoria e por medidas de incentivo à utilização dos transportes públicos*.

Esta campanha engloba o abaixo-assinado agora a correr, a elaboração e apresentação da 1.ª carta reivindicativa dos utentes dos transportes públicos e o diálogo com os poderes públicos com vista à concretização das propostas apresentadas.



A adesão ao buzinao ultrapassou todas as expectativas

CDU de Sintra atribui

Prémios Pinóquio 2000

A CDU de Sintra decidiu atribuir os «Prémios Pinóquio 2000» - dedicados ao tema acessibilidades e trânsito no concelho de Sintra - em cerimónia pública realizada dia 10 junto à estação da CP de Queluz-Massamá, «um símbolo das promessas por cumprir».

Nesta iniciativa, a CDU acusa a Câmara Municipal local e o Governo de prometerem e não cumprirem e resolveu atribuir aos responsáveis por aqueles órgãos os *grandes prémios da mentira*.

Numa análise aos seis anos e meio de gestão PS na Câmara de Sintra, a CDU considera que «a construção dos acessos continua a ser adiada» e que as «grandes promessas feitas na altura das eleições continuam por cumprir».

Os prémios foram «apresentados» pelo activista da CDU Tavares Marques e o primeiro, designado por

«Foram os *lobbies* senhor deputado?», foi destinado ao ex-ministro do Equipamento e Obras Públicas João Cravinho, a propósito do alargamento do IC 19. Ainda sobre o mesmo tema, Edite Estrela «recebeu» o prémio «É campanha, não faz mal», por «ter prometido em 1997 o alargamento do IC 19 para seis faixas e ter dado a entender que esta seria a sua grande promessa eleitoral».

Na mesma «categoria», Câmara e Governo foram «galardoados» com o prémio «Entendam-se lá acerca do IC 19» porque, como a CDU refere, «anunciaram que a autarquia disponibilizaria os terrenos necessários à obra e que os concursos seriam lançados até ao final do segundo semestre de 1998, o que ainda não aconteceu».

Estas duas entidades receberam ainda o prémio «Pobre e solitário viaduto», a propó-

sito do atraso na conclusão do nó de Monte Abraão para facilitar o acesso ao IC 19.

A entrega de um total de dez prémios continuou com críticas ao atraso no nó de Colaride para acesso ao também criticado IC 16, «cujo início das obras estava prometido para 2000, quando só agora foram lançadas as propostas para o concurso público». As circulares nascente e poente ao Cacém «também estão adiadas e seriam essenciais para o escoamento de trânsito das localidades mais próximas do Cacém», critica a CDU de Sintra.

A Edite Estrela foi ainda atribuído mais um prémio pelo atraso na conclusão da nova entrada na vila de Sintra através da Av. Desidério Cambournac com ligação ao IC 16.

Durante a «cerimónia», a CDU distribuiu panfletos aos automobilistas a explicar a razão desta acção de protesto.

Professores promovem iniciativas

Por um ensino público de qualidade

Por uma escola pública de qualidade é o lema que mobiliza professores e pessoas empenhadas na luta por uma radical melhoria do ensino em Portugal.

Um manifesto em defesa da escola pública com 50 mil assinaturas foi entregue a semana passada no Ministério da Educação por uma delegação da Fenprof - Federação Nacional dos Professores.

Os signatários do documento, intitulado «Unir vozes em defesa da Escola Pública», lançam um apelo no sentido de que cada um contribua, por todas as formas adequadas, para que o poder político assumia por inteiro a responsabilidade de dotar o país de um sistema educativo público de mais alta qualidade.

Os subscritores defendem um sistema educativo público de qualidade desde a educação pré-escolar ao ensino superior, «instrumento indispensável à formação de mulheres e homens capazes de serem sujeitos activos do processo de desenvolvimento, reforço e aprofundamento da democracia nas diversas vertentes».

Menos alunos por turma

Reduzir o número médio de alunos por turma é a exigência apresentada a semana passada pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), que a considera como condição para a elevação da qualidade educativa, condição de sucesso dos alunos e garantia de emprego para os professores.

O Sindicato sublinha que a legislação vigente (datada de 1991) não reflecte as necessidades actuais de ensino e denuncia o carácter economicista da política do Ministério da Educação.

Em documento elaborado com base num levantamento da situação em toda a região centro, refere-se que «só nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, o SPRC calcula que cerca de 70 000 tenham aulas em turmas com mais de 25 alunos».

Uma situação que o ME sabe não favorecer a elevação da qualidade educativa. «E

tanto é assim», comenta-se no estudo, «que nas escolas em que se pretende promover a qualidade como factor de sucesso (como é o caso das que estão integradas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária - TEIP) as turmas raramente ultrapassam os 20 alunos».

Neste quadro, os professores defendem a necessidade de abandonar a política economicista e apresentam algumas propostas com vista à concretização de uma escola pública, democrática, inclusiva e de qualidade. De par da alteração da legislação actual, o SPRC defende que o número de alunos por turma seja, em média, de 20, não podendo nunca ultrapassar os 30, que às escolas seja reconhecido o direito de constituírem turmas mais reduzidas e que desde já sejam criadas condições para, «já a partir do próximo ano, as escolas se organizarem de acordo com estas novas orientações, designadamente a nível da colocação de professores e da contratação de pessoal auxiliar».

A batata está a apodrecer

Na manhã de hoje, agricultores de todo o distrito da Guarda concentram-se frente ao Governo Civil, com as suas máquinas e outros veículos carregados de batatas para distribuir à população, sensibilizando-a para a preferência pelos produtos nacionais.

Um protesto promovido pela ADAG - Associação Distrital dos Agricultores da Guarda com que se pretende relembrar a urgência de uma resposta aos graves problemas dos agricultores.

Mais de um mês após as manifestações de Aguiar da Beira e Trancoso e da entrega de uma carta reclamativa nelas aprovada, com a exigência de intervenção urgente do Governo na ajuda ao escoamento das centenas de toneladas de batata na posse dos agricultores, nada foi feito nesse sentido.

Um problema muito sensível, e não apenas na Guarda, e que tem vindo a gerar uma situação social dramática, obrigando muitos agricultores a deixarem de pagar à Segurança Social por manifesta falta de rendimento.

Em fins de Março, o Secretariado dos Baldios do Distrito (Balflores) alertou para o facto de milhares de toneladas de batata estarem em risco de apodrecer nas lojas e arrumações dos pequenos agricultores de Viseu, por falta de escoamento.

A Balflores propõe, nomeadamente, a compra de batata portuguesa, por parte do Governo, nas suas iniciativas de apoio aos povos necessitados, e a criação de mecanismos que obriguem as grandes superfícies comerciais a comprar prioritariamente a batata nacional.



Apresentação pública do documento «Unir vozes em defesa da Escola Pública»



Centenas de manifestantes desfilaram em Viseu

Populações contra aterro A serra é dos serranos!

As populações de Bigorne e Lazarim diversificam formas de luta contra a construção do aterro de Bigorne na zona prevista e contam agora também com o apoio do Secretariado dos Baldios.

Centenas de populares de Bigorne e Lazarim prepararam-se para realizar, no próximo domingo, uma manifestação de protesto durante a realização do Conselho Informal dos Ministros do Ambiente da União Europeia, no Porto.

Este um dos desenvolvimentos da luta contra a localização do aterro do Douro Sul em Ribeira de Lamas e que tem vindo a mobilizar muitos populares no próprio local em que se processam as obras, desdobrando-se ainda em diferentes iniciativas legais, de sensibilização e de mobilização. No passado dia 30 de Março, mais de 400 agricultores e compartes participaram num desfile e numa concentração em Viseu.

No centro destas diferentes formas de protesto está a forma como o Governo e a Associação de Municípios do Vale do Douro-Sul pretendem impor a construção do aterro sanitário num local que as populações contestam (por razões de água, pastorícia, agricultura, ambiente, paisagem) e diversos estudos científicos e pareceres técnicos desaconselham.

A luta popular contra a instalação do aterro de Bigorne

desenvolve-se há mais de três semanas, num permanente frente a frente com o forte dispositivo repressivo composto por dezenas de guardas da GNR, cavalos e cães. Um dispositivo que se mantém apesar do acordo entretanto obtido com o compromisso, por parte da GNR, de não mexer nas estacas e arames colocados pelos populares para delimitar «terrenos privados, que não podem ser trespassados pelas máquinas».

O protesto assenta em razões de água, pastorícia, agricultura e ambiente

As máquinas da empresa responsável pela construção do aterro mudaram entretanto de traçado, por força da decisão do Tribunal de Lamego, que deu entretanto razão a uma providência cautelar de um dos proprietários. Mudança que parece ser ainda mais gravosa pois, segundo o presidente da Junta de Lazarim, nenhum dos terrenos agora trespassados faz parte da lista de parcelas abrangidas pela utilidade pública que permitiu as expropriações. Em causa estão também alguns hectares de terrenos baldios no local do aterro, o que levou as comissões de compartes, órgãos que legalmente gerem as terras comunitárias, a entrar mais activamente nesta luta.

A luta continua

Os tribunais são neste momento um dos locais em que se concentram as acções de protesto contra o aterro. Esta segunda-feira entraram mais duas providências cautelares no Tribunal de Lamego, com o objectivo de «garantir que os proprietários não terão os seus bens violados».

Por outro lado, na manifestação realizada no passado dia 30 de Março, com o apoio da BALFLORA - Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu, e da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, foi aprovado um documento dirigido ao Primeiro-Ministro, aos ministros do Ambiente e da Administração Interna e ao Governador Civil de Viseu de protesto contra a forma «antidemocrática, prepotente e repressiva» com que o Governo quer impor às populações a localização do aterro sanitário em Bigorne e onde se reclama a interrupção deste processo, a escolha - após auscultação às populações -, de um local alternativo e o apoio à agricultura familiar e de montanha, ao desenvolvimento dos baldios e à defesa do mundo rural.

Uma manifestação em que os populares desfilaram de baixo das suas capuchinhas, trajes típicos da Serra de Montemuro, como símbolo da luta dos povos serranos pelos seus direitos.

-se assim um símbolo, não só da luta da mulher, mas também da luta pela democracia e pela liberdade.

Na sua intervenção, Dulce Rebelo fez referência aos tempos actuais salientando que agora as discriminações são mais subtis o que implica uma outra abordagem da situação e outras formas de luta.

Homenagem a Maria Lamas

Integrado num conjunto de iniciativas que visam a comemoração do 26.º aniversário do 25 de Abril, a CDU/Madeira promoveu, no passado dia 8 de Abril, no Funchal, um encontro/debate subordinado ao tema *Maria Lamas: o papel das mulheres na luta contra o regime*, que contou com a participação de Dulce Rebe-

lo, fundadora do Movimento Democrático Mulheres (MDM) e dirigente da Intervenção Democrática.

Maria Lamas destacou-se na luta por mais e melhores direitos para a mulher portuguesa, num período em que a discriminação sexual e a subalternização do papel da mulher era bem evidente na nossa sociedade, tornando-

• Jorge Sarabando

Nova economia velha exploração

A leitura de um recente estudo sobre a situação do emprego nos centros comerciais do Grande Porto, onde se encontram índices de 83% de precariedade, 71% de casos de pagamento abaixo da tabela salarial e um sem número de jovens licenciados a vender as mais diversas mercadorias, bem como a do esclarecedor texto de Sérgio Ribeiro no último «Avante!», são bom motivo para uma nova chamada do documento da presidência portuguesa à Cimeira Europeia, de 23 de Março. Constitui o retrato de uma época e da fatuidade dos seus autores.

Escrito em *americanês*, linguagem emanado da hiperpotência, muito em voga no discurso dominante, impregnado de ideologia até ao osso das palavras, mas envolto em trinados de rouxinol e filáucias benfazejas, é um documento revelador da visão estratégica dos governantes da União e do largo consenso existente entre Blair, Schröder, Aznar, Guterres (haverá diferenças?), entre outros, sorridentes actores do guião ditado pelos grandes grupos financeiros.

Texto povoado de anglicanismos de extração estado-unidense, de expressões como *banchmarking*, *mainstreaming*, *policymix*, e tradução de conceitos com eufemísticas roupagens como *adaptabilidade*, *flexibilidade*, *empregabilidade*, numa enfadonha retórica destinada a omitir o essencial: para os seus autores a solução dos problemas do emprego na Europa está na imitação do modelo americano.

pretendem operar o milagre do pleno emprego que anunciam: «multiplicação dos criadores de empresas, com tónica nas micro-empresas», «flexibilizar os trajectos profissionais, para o que é necessária a aprendizagem ao longo da vida com indispensável envolvimento das empresas», «desenvolver o sector de serviços», «modernizar a protecção social», «criar parcerias público privado», e para as categorias mais desfavorecidas haverá o «cheque social».

Empresarializar o mais possível, privatizar o mais possível, sempre em nome da santa competitividade. O pior é que, como observa Viviane Forrester no seu último livro, esta ditadura sem rosto em que vivemos dá prioridade absoluta ao lucro sobre o conjunto dos seres humanos. E é por isso que se defende que o emprego depende do crescimento, este depende de competitividade e esta da capacidade de suprimir empregos, o que significa que, para lutar contra o desemprego, nada melhor do que despedir...

É esta insanável contradição que o documento em apreço contém mas procura rebuçar com belas frases.

Os quatro mandamentos

Vale a pena aqui lembrar os quatro mandamentos da «Nova Economia», publicados no «Business Week» de 24/2/97, na forma de conselhos aos governos europeus.

Neles se prescreve: «a Europa deve



E é ver o pacóvio deslumbramento de comentadores como José Manuel Fernandes e Teresa de Sousa, a tecer loas à «nova economia», cobrindo a sórdida nudez dos propósitos de quem, afinal, pretende intensificar a exploração do trabalho em nome da modernidade.

O modelo macjob

No modelo que pretendem reproduzir não há desemprego (dizem) porque consideram emprego o recurso ao *macjob*, ou seja, trabalhar de vez em quando num qualquer «McDonald's» (como faz o magnífico Kevin Spacey, no filme «Beleza Americana»), com baixíssimos salários, sem garantias nem defesas para quem trabalha e superlucros para os donos.

Deixando de lado algumas pérolas discursivas com que descrevem a «nova estratégia europeia» - «criar uma dinâmica puxada pelo processo (!), integração horizontal da preocupação da integração social (!), papel proactivo do ciber-espaço», percebe-se como

diminuir os custos do trabalho; as economias devem ser totalmente desregulamentadas e abertas à competição; o sector de serviços deve criar empregos para substituir a indústria poluente; o Estado-providência deve ser reduzido para diminuir o défice orçamental».

Comparem os leitores estes conselhos com as recomendações que a Comissão Europeia apresentou para a economia portuguesa, segundo os jornais de domingo, e o documento da Cimeira do Emprego. É a mesma lógica, claramente neoliberal, que os domina.

E nem uma palavra sobre a dignidade e o valor do trabalho, sobre os direitos sociais conquistados ao longo de gerações.

Empresarializar, privatizar, desregular, parece ser a santíssima trindade do processo em curso, fruto acabado do pensamento único aplicado à política de emprego.

Não há dúvidas: esta globalização, com estes dogmas e estes íteres, está a precisar de um buzinao global.

● Odete Santos

A Lei Mental

Guterres na penúltima campanha eleitoral prometeu as 40 horas de trabalho semanal. Mas trazia na mente uma outra lei. A Lei negociada com o poder económico. Passados quase quatro anos após a publicação da Lei 21/96 de 23 de Julho, o Governo mantém a sua postura de alheamento perante a solução de um conflito que opôs, e opõe, os trabalhadores e as suas organizações de classe - os Sindicatos - às grandes Associações patronais. O Partido Socialista, que na campanha eleitoral das penúltimas eleições prometera as 40 horas de trabalho semanal, viria a defraudar as esperanças com que angariou votos de trabalhadores, com a famigerada Lei da

Numa altura em que o PCP já apresentou na Assembleia da República o projecto de lei relativo à redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas, numa altura em que pela Europa já se vai aprovando essa redução, cabe perguntar: Por que é que o Governo não encerra de vez o triste *dossier* de prolongamento do horário das 40 horas com as pausas e intervalos de descanso? Através da luta dos trabalhadores, em muitas empresas aquele efectivo horário foi conseguido, ficando englobadas no mesmo as pequenas pausas e intervalos de descanso. Foi uma luta importante. Uma poderosa luta que levou de vencida, em muitos casos, a orientação política que o



Flexibilidade e Polivalência. O Partido Socialista cobriu-se de vergonha quando se situou na área das grandes centrais patronais - CIP, CCP e CAP - para destruir um direito conquistado com porfiada luta dos trabalhadores em sede de contratação colectiva. O direito às pequenas pausas e intervalos de descanso como parte integrante do tempo de trabalho. As 40 horas de trabalho significavam afinal, mais horas de permanência na empresa, na disponibilidade dos empregadores, a menos que os trabalhadores renunciassem a um direito. A leitura que o Partido Socialista fazia da Lei, era tão manifestamente inconstitucional, que até a maioria parlamentar socialista se demarcou de tal entendimento ao votar o relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo ao recurso interposto pelo PCP da admissão da Proposta de lei. Ficando então claro que seria inconstitucional a interpretação do diploma que aditasse às 40 horas de trabalho semanal mais o tempo das pausas e dos intervalos de descanso. Contudo, no período que se seguiu à publicação da Lei, estalaram os conflitos de trabalho em várias empresas, em torno da conquista efectiva das 40 horas de trabalho semanal. Como se veio a provar pelo comportamento do Governo Socialista, havia uma Lei Mental - uma lei que o Governo trazia na mente - que lhe fora ciciada pelas grandes entidades patronais. Uma lei injusta que destruíra direitos adquiridos pelos trabalhadores. Mas que, graças à intervenção do PCP na Assembleia da República, sofreu reverses, faltando apenas o passo final para que, relativamente à duração do trabalho semanal, seja definitivamente encerrada na mente dos seus autores.

Governo do Partido Socialista transmitiu à Inspeção Geral de Trabalho. Porque após a entrada em vigor da Lei 21/96, o Partido Socialista e o seu Governo deram um triste espectáculo de submissão ao poder económico. Numa dita Comissão de acompanhamento de uma dita concertação social, em que se integram as grandes centrais patronais acolitadas pelo Governo, foi exarado um entendimento da Lei oposto ao que a Assembleia da República fizera constar de um Relatório. Arvorando-se, tal Comissão, numa arrogante Câmara Corporativa sobrepondo-se ao poder legislativo da Democracia. Sucederam-se as instruções do Governo à Inspeção do Trabalho para que da lei fizesse a interpretação tirada por aquela Câmara Corporativa. Passando para trás a vontade política do Parlamento. E foi uma vergonha ver como até depois da aprovação da Lei 73/98 de 10 de Novembro (que, através das propostas do PCP, clarificou que as pequenas pausas e intervalos de descanso faziam parte do tempo de trabalho) insistiu o Governo na interpretação dos seus parceiros patronais na bafienta Comissão de Acompanhamento. Os trabalhadores que ainda não conseguiram que os pequenos períodos de descanso se considerem incluídos no tempo de trabalho, são empurrados, pela atitude do Governo, para os Tribunais, que, em duas sentenças que se conhecem, deram razão aos trabalhadores.

Mas por que é que o Governo não resolve de vez este assunto? Até onde vai o seu enfeudamento ao poder económico que o impede de ser o garante dos direitos e liberdades individuais e colectivas?



Aos Institutos caberá um importante papel na elaboração das políticas de nível regional

PCP propõe criação de Institutos Regionais em substituição das actuais CCR's

Desconcentrar para melhor gerir

Promover uma desconcentração participada, abrindo espaço à intervenção dos eleitos municipais no processo de desenvolvimento regional, tal é, em suma, um dos principais objectivos do projecto de lei do PCP que prevê a criação de cinco Institutos Regionais.

Democratizar o Estado

E se estes institutos não podem confundir-se com as regiões administrativas, como fez notar João Amaral, não é menos verdade que esta iniciativa não pode ser interpretada como qualquer desistência do PCP quanto ao processo de criação das regiões. O resultado do referendo, por si aceite, leva-o a não colocar na ordem do dia a criação das regiões administrativas. Mas «elas continuam previstas na Constituição»,

Correspondendo às áreas das actuais CCR's, que serão extintas com a sua criação, estes Institutos são «órgãos da Administração Indirecta do Estado, tutelados pelo Governo através do Ministério do Planeamento».

res e trocar pontos de vista» visando a obtenção de maior grau de «eficiência e coordenação».

Desconcentração participada

Não são, por conseguinte, como chamou a atenção em conferência de imprensa o deputado comunista João Amaral, «autarquias com órgãos directamente eleitos pela população», do mesmo modo que «não são as regiões administrativas previstas na Constituição».

Mas nos seus principais órgãos, assegurou, figuram representantes dos municípios da área abrangida, como é o caso do Conselho Consultivo Regional onde têm assento todos os presidentes de Câmara.

O diploma prevê igualmente a criação de um outro órgão de natureza consultiva - o Conselho Coordenador Regional - , constituído por entidades representativas da respectiva área, desde as universidades até às associações sindicais e empresariais, passando por gabinetes de apoio técnico e responsáveis de serviços desconcentrados do Estado, ao qual competirá «emitir parece-

Com o sistema de direcção proposto, trata-se, em síntese, como referiu João Amaral, de desenvolver o «processo de desconcentração, ligando em cada região os representantes do Governo e dos eleitos locais».

Entre as funções atribuídas aos Institutos estão as de estudo, de coordenação de serviços desconcentrados, de participação na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento económicos, social e de apoio técnico e financeiro e administrativo às autarquias locais. Relevante é ainda o papel que lhes é conferido nos sistema de incentivo, na estrutura orgânica do Quadro Comunitário de Apoio, na gestão dos fundos comunitários, na gestão e ordenamento do território e nos programas operacionais de âmbito regional.

À definição centralizada das políticas regionais o PCP opõe um sistema de desconcentração participada

como sublinhou o deputado comunista, constituindo «um instrumento muito importante para a democratização do Estado» e para um «desenvolvimento regional equilibrado», pelo qual o PCP continuará a batalhar.

Mas não é este o objecto do diploma agora apresentado. Por ora, como foi sublinhado, trata-se de «dar às estruturas desconcentradas do Estado a nível regional uma nova dinâmica onde as autarquias locais tenham um papel activo». Por outras palavras, uma alternativa ao «reforço do poder central, como visa o Governo com a criação dos Comissários Regionais, uns verdadeiros super-boys que só servem para mais controlo ainda do Terreiro do Paço sobre a realidade do país».

Projecto do PCP dá origem a Lei

Violência sobre mulheres é crime público

O Parlamento aprovou o diploma que estabelece o reforço de medidas de protecção às mulheres vítimas de violência. O diploma consagra, no fundamental, as soluções constantes do projecto de lei do PCP, em detrimento das propostas do BE.

Assim, de acordo com o seu articulado, o crime de violência doméstica, cujo conceito foi alargado de acordo com a proposta comunista, passa a ser crime público com inteiro respoite pela vontade livre e esclarecida da vítima.

À lei 61/91 de 13 de Agosto

que consagra medidas de protecção às mulheres vítimas de violência, também resultante de uma iniciativa legislativa da bancada comunista, junta-se assim um novo diploma que melhora consideravelmente os mecanismos legais de protecção das vítimas.



O direito ao trabalho é posto em causa pelo modelo de economia neoliberal

PCP interpela Governo e exige Mais emprego com direitos

A qualidade do emprego degrada-se a olhos vistos no nosso País, como crescem a precariedade e a violação dos direitos dos trabalhadores. O PCP demonstrou-o, ontem, no Parlamento, e desafiou o Governo a mudar de política.

Para o centro do debate, suscitado pela bancada comunista sob a forma de interpelação ao Governo, foram convocados factos e situações concretas da vida real que desmentem as anunciadas boas intenções que enchem discursos em cimeiras e entrevistas ministeriais.

Os testemunhos são muitos. E comum a todos eles é a tentativa de pôr em causa o direito ao trabalho, um direito civilizacional conquistado pela luta de gerações neste século. É disso que se trata quando se fala da proliferação de empresas de

trabalho temporário ou de alu-guer de mão-de-obra, onde os mais elementares direitos são espezinhados, ou quando se assiste, a pretexto de processos de reestruturação de empresas, à liquidação de direitos e garantias adquiridos pelos trabalhadores.

Antecipando ao «Avante!» algumas daquelas que são preocupações da bancada comunista neste capítulo e ontem colocadas no debate, Lino de Carvalho, que proferiu a intervenção de abertura, erigiu o combate a este modelo de eco-

nomia neoliberal em que se anuncia o «fim do trabalho» como uma questão central.

Tal anúncio, do seu ponto de vista, é justificado pela tentativa de «melhor explorarem os trabalhadores» e tem por base o pressuposto de que o trabalhador é «uma peça descartável», funcionando a precarização das relações laborais e a segmentação dos processos produtivos e sociais» como instrumento que visa fragilizar a capacidade reivindicativa do mundo laboral e diminuir a sua intervenção nos movimentos sociais.

Escandalosa é também a violação de direitos dos trabalhadores que ocorre em empresas de vários sectores de activida-

de, perante a complacência ou ineficácia da Inspeção Geral do Trabalho. Para Lino de Carvalho – e este foi outro desafio lançado ao Governo – urge criar condições no plano político e legislativo para que a IGT e o IDICT actuem com eficácia no terreno.

Portugal tem a mais baixa média salarial europeia

A defesa dos salários é outra das questões a que o PCP atribui a máxima importância –

«temos a mais baixa média salarial europeia e a mais injusta repartição da riqueza», lembrou Lino de Carvalho -, preconizando, por isso, o crescimento dos salários e das pensões e reformas, e desde já os dos trabalhadores da administração pública.

Aumentos dos preços dos combustíveis

O desnorte do Governo

Eclos da reacção ao aumento dos combustíveis soaram no Parlamento. O Governo persiste no erro e mostra não querer tirar lições. Para o PCP esta foi uma decisão «política, económica e socialmente irresponsável».

Suscitado com carácter de urgência, o tema esteve em debate na passada semana. Presentes, em nome do Governo, estiveram os ministros da Economia e Finanças, Pina Moura, e o da Presidência e Obras Públicas, Jorge Coelho. Coubelhes tentar explicar os fundamentos da decisão e os resultados das medidas entretanto anunciadas a favor das empresas de transportes. Visível foi sobretudo o esforço no sentido de dramatizar os reflexos deste brutal aumento sobre a inflação.

Não colheram, porém, as explicações. Nesta «comédia trágica», como lhe chamou o líder parlamentar comunista, Guterres e o Ministro das Finanças não ganharam nenhum «globo de ouro», mas «lesaram pesada e irresponsavelmente a

economia e, principalmente, os consumidores e os trabalhadores portugueses».

Nas duras críticas que teceu ao comportamento do Governo Octávio Teixeira foi mesmo mais longe e considerou que o chefe do Executivo e Pina Moura, «depois de atarem o fogo ao País com o maior aumento dos preços dos combustíveis jamais verificado em Portugal», assumem agora o «papel de “bombeiros pirómanos”, procurando apagar ou fazer o rescaldo de alguns fogos localizados».

«Aliás, gostosamente – acrescentou –, cedendo às pressões de alguns sectores com mais fácil acesso aos gabinetes ministeriais, com o pretexto de minorar os efeitos da pesada factura energética que passaram ao povo português».

Erros sucessivos

Só que esse apagar de focos de descontentamento é feito à

custa do Orçamento, o que em si mesmo desmente o argumento invocado pelo Governo de que na base do aumento dos preços estaria a questão das receitas orçamentais. Um argumento que tem igualmente contra si o facto de os aumentos reverterem na sua totalidade para as gasolinheiras. E que somados levaram Octávio Teixeira a concluir que são patentes «o desnorte e as incoerências do Governo».

Tudo porque, como sublinhou o presidente da formação comunista, o Governo cometeu uma sucessão de erros, que nunca procurou corrigir. O primeiro, lembrou, foi o de manter praticamente inalterados os preços dos combustíveis entre 1997 e meados de 1999, apesar da forte baixa dos preços internacionais. «Durante esse longo período, o Governo não teve qualquer consideração pelos consumidores, apenas se preocupou em arrecadar mais e mais receita orçamental», assinalou.

Quando já era claro, depois de os preços terem disparado

em flecha no ano transacto, estar-se perante uma tendência a prazo e não um aumento ocasional – e este foi o segundo erro apontado por Octávio Teixeira – o Governo volta a não mexer nos preços dos combustíveis, mas

agora «por razões exclusivamente eleitoralistas».

«A ambição (frustrada) da maioria absoluta do PS nas eleições de Outubro sobrepôs-se à realidade económica», considerou o deputado comunista, que

acusou ainda o Governo de ter prolongado por mais uns meses esta irresponsabilidade apenas com o fito de condicionar a actualização de salários, designadamente da função pública, e dos escalões e deduções no IRS.

PS chumba actualizações salariais

O PS perdeu uma excelente oportunidade de emendar a mão no contestado processo que conduziu aos aumentos brutais dos preços dos combustíveis. Com os seus votos, inviabilizaram um projecto de resolução do PCP destinado a minorar as suas repercussões negativas sobre os trabalhadores e os consumidores em geral. Octávio Teixeira classificou esta posição de «mais um grave erro político», própria, no caso, de quem do «alto da sua arrogância alicerçada em 115 votos» ainda não tomou «consciência que não há “safa” que sempre dure...»

O projecto de resolução subscrito pelos deputados comunistas propunha uma revisão das actualizações salariais, designadamente da Administração Pública, bem como do ordenado mínimo e dos valores das pensões e reformas. Tal actualização

teria por base a previsão da taxa de inflação real e não a virtual definida pelo Governo no Orçamento.

O texto exigia ao Governo, por outro lado, «uma política de firme contenção de novos aumentos de preços dos transportes públicos e, em especial, dos passes sociais», em ordem a evitar uma maior erosão nos orçamentos das famílias.

Reclamado era, por último, «o estreito controlo das repercussões do aumento dos combustíveis nos preços de outros produtos, bens e serviços, por forma a evitar aproveitamentos oportunistas e ilegítimos».

Como salientou o líder parlamentar comunista, «este caderno é o mínimo que se pode reivindicar ao Governo, pela situação que a sua inépcia gerou». Mas nem isso o Executivo considerou.

Conselho da Europa impõe sanções à Rússia

Dois pesos e duas medidas

A decisão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa de adoptar sanções contra a Rússia, em particular contra os seus deputados que têm assento naquele órgão, mereceu a firme oposição e o voto contra do Grupo Unitário de Esquerda.

De acordo com aquela decisão, os deputados russos viram suspenso o seu direito de voto em todas as instâncias da Assembleia Parlamentar, embora podendo nela manter-se. Tal deliberação, como seria de esperar, foi rejeitada pela delegação russa.

Para Lino de Carvalho, deputado comunista que integra o Conselho da Europa em representação do Parlamento português, a medida agora adoptada é o corolário da pressão nesse sentido exercida por deputados socialistas e deputados do Grupo Liberal e Con-

servador do PPE. Uma sanção que contraria, aliás, o acordo a que haviam chegado os presidentes dos grupos e comissões políticas da Assembleia Parlamentar – face a propostas existentes sobre a Rússia – no sentido de aguardar qualquer tomada de posição até Maio, data em que, após visitas e uma avaliação mais detalhada, seria apresentado um relatório sobre a evolução da situação na Chechénia.

Ora o que aconteceu foi que à última da hora, como sabíamos, Lino de Carvalho, foi aprovada uma emenda visando a suspensão do direito de voto dos deputados russos, indo assim muito para além daquele acordo firmado entre as várias forças políticas.

Definindo a posição do Grupo Unitário de Esquerda, Lino de Carvalho, em declarações ao «Avante!», afirmou-se

favorável, em primeiro lugar, à «defesa da soberania e integridade territorial» daquele país, o que, acrescentou, «legitima iniciativas políticas e militares conducentes à defesa desse objectivo».

Não obstante «compreender» tais iniciativas, o Grupo Unitário de Esquerda manifestou no entanto «reservas» quanto ao que considerou ser o «excesso de meios e violência com que a guerra foi conduzida, designadamente na última fase, em parte por razões eleitorais internas ligadas à necessidade de afirmação de Putin, afectando populações civis e indefesas».

Ambições e ingerência

Lino de Carvalho não deixou porém de chamar a aten-

ção para o facto de se estar a acentuar por parte de certos sectores da chamada comunidade internacional, em particular círculos da NATO, a uma «multiplicação de processos de pressão sobre a Rússia», especialmente depois das últimas eleições legislativas, que, como se sabe, deram a presidência da Duma ao Partido Comunista da Federação Russa. Tais pressões, do ponto de vista do parlamentar do PCP, «procuram funcionar como elemento de ingerência e “aviso” às decisões soberanas do povo russo na escolha do seu caminho», o que considerou «inaceitável».

Na sua perspectiva assiste-se igualmente ao crescendo de «algumas tendências mais conservadoras visando criar condições – se isso viera corresponder aos interesses estratégicos do Ocidente – para «fazer

implodir a Rússia, animando para o efeito movimentos independentistas, de contornos terroristas e criminosos, como aqueles que dominaram o processo de secessão com vista à independência da Chechénia».

Esta decisão da Assembleia Parlamentar de suspender o voto dos deputados russos – que tem do ponto de vista político sobretudo um valor simbólico – deve, pois, ser interpretada neste complexo contexto geo-estratégico, em que a NATO e certas potências ocidentais estão interessadas em manter a pressão sobre a Rússia.

Indissociável desta atitude é também a ambição dos interesses ocidentais em controlarem muito dos riquíssimos recursos existentes na ex-URSS, sobretudo matérias-primas e recursos energéticos, de que é exemplo o gás natural da Chechénia.

Verberado por Lino de Carvalho, noutra plano, foi ainda a dualidade de critérios que está subjacente a esta decisão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Por si lembrado, a este propósito, foi o facto de esta ter sido uma decisão até agora única na história daquele órgão, quando é certo que nunca nada foi feito, por exemplo, em relação à Turquia, que tem Chipre invadida e tem uma pesada história de perseguição ao povo curdo, com um rasto de mais de trinta mil mortos.

Na própria sessão em que foi decretada a sanção à Rússia estava patente esta política de dois pesos e duas medidas – lembrou-o Lino de Carvalho – com a recusa em inscrever na ordem do dia um debate sobre a situação na Áustria e a proliferação de movimentos xenófobos na Europa.

Uma luta com visão de serviço público

Quem olha para as imagens de televisão mostrando bombeiros em luta urgente contra as chamas tende a não pensar que são também trabalhadores, com problemas comuns a todos os trabalhadores. Mas, efectivamente, os bombeiros profissionais são trabalhadores da administração local, com uma história sindical e de luta recente, cujas reivindicações e aspirações são o lado menos conhecido da sua vida profissional.

Estes trabalhadores especializados nas tarefas de prevenção e combate a incêndios e outros sinistros foram, durante muitas décadas, afastados dos restantes trabalhadores da administração local por via da sua classificação como força militarizada, sujeição a um regulamento de disciplina de génese fascista e subordinação a comandos militares. Os sapadores bombeiros estiveram submetidos a uma feroz repressão, sem os direitos, liberdades e garantias dos restantes trabalhadores municipais, incluindo o direito a estarem sindicalizados. Era uma resultante do

decreto lei n.º 312/80 e do Regulamento de Disciplina do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSBL) que, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1971, vigorou e esteve em aplicação até ao fim da década de oitenta. Situações semelhantes foram vividas com maior ou menor acuidade, e por períodos de tempo variáveis a seguir ao 25 de Abril, pelos sapadores bombeiros do Porto, Gaia, Braga, Coimbra e Setúbal. Entre outras normas igualmente salazaristas, o regulamento de disciplina manteve na sua redacção o *dever* de

ART.º 139 (DISCIPLINA) - TRANSCRIÇÃO DE DESPACHO:

Para conhecimento de todo o pessoal desta Unidade transcreve-se o despacho de Sua Exa. O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 29/06/88 exarado no parecer da Ouvidoria da C.M.L..

"Deve ser comunicado a todos os Sapadores Bombeiros do R.S.B. que, nos termos conjugados do nº 1 do Art.º 69 do Decreto-Lei 312/80 de 19 de Agosto, Regulamento de Disciplina do R.S.B., e nº 6 do Art.º 319 da Lei 29/82 de 11 de Dezembro - Lei de Defesa Nacional - está vedado a filiação em associações de natureza política, partidária ou sindical, bem como a participação em actividades por elas desenvolvidas. Nestes termos quem quer que infrinja esta disposição legal cairá imediatamente sobre a alçada do Regulamento de Disciplina e fica sujeito às penalidades, cuja a gravidade da situação justificar. Deve pois ser considerada como ilegal, e portanto de nenhum efeito, qualquer designação de elementos do R.S.B. como delegados sindicais e o Comando não permitirá qualquer actividade sindical por parte do seu pessoal ou no interior das suas instalações".

Os sapadores bombeiros estiveram submetidos a uma feroz repressão, sem os direitos, liberdades e garantias dos restantes trabalhadores municipais, incluindo o direito a estarem sindicalizados. Era

uma resultante do decreto-lei n.º 312/80 e do Regulamento de Disciplina do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSBL) que, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1971, vigorou e esteve em aplicação até ao fim da década de oitenta.

47. Não fazer parte de qualquer clube, sociedade ou agremiação sem estar autorizado superiormente;
48. Comparecer nos actos ou solenidades oficiais para que tenha sido convidado pelos seus superiores.
49. Estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política da Nação, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas.
50. Não manifestar de viva voz, por escrito ou por outro qualquer meio, ideias ofensivas dos membros do Poder Executivo, dos superiores, dos iguais e mesmo dos inferiores, ou de qualquer modo prejudiciais à boa execução do serviço ou à disciplina.



"repudiar o comunismo e outras ideias subversivas". A própria privação da liberdade individual estava prevista através da aplicação de detenções nos quartéis até vinte folgas consecutivas, pena que foi aplicada efectiva e sumariamente até ao final do ano de 1989.

A hora da revolta

Em 1985, um grupo de sapadores bombeiros de Lisboa dirigiu-se ao Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), filiado na CGTP-IN, onde se sindicalizaram e começaram a organizar a sua luta. A repressão do poder político na C.M. Lisboa e do comando militar contra estes funcionários aumentou consideravelmente, passando a ser dirigida essencialmente contra aqueles que deram a cara em representação dos restantes camaradas de profissão. Inscritos numa lista negra já sabiam de antemão que não tinham qualquer hipótese de serem promovidos e que lhes estava garantida a repressão regulamentar. O primeiro dirigente sindical sapador

bombeiro eleito em Portugal sofreu um processo disciplinar e foi despedido, considerado pela Câmara e pelo comando indigno de enervar a farda do RSBL porque distribuía comunicados do sindicato e exercia actividade sindical. Só foi readmitido quando o PCP na coligação Por Lisboa recebeu do povo da cidade o mandato para governar a cidade. A retenção na fonte das quotizações sindicais foi proibida pela Câmara quatro meses depois das primeiras inscrições de bombeiros no sindicato e os depósitos na conta bancária do sindicato respeitantes ao valor das quotas dos sócios dos outros sectores profissionais do Município de Lisboa. As quotizações sindicais dos bombeiros passaram a ser pagas na sede, os seus comunicados distribuídos à socapa e os seus delegados sindicais foram eleitos em plenários semi clandestinos realizados nos dias de folga e fora dos quartéis, mas a luta não parou.

Sinais de mudança

Anos mais tarde, no início do ano de 1993, perto de alcançarem mais um importante

avãço na sua luta com a aprovação de algumas melhorias ao seu estatuto profissional, publicado no ano anterior, e com o estatuto remuneratório em vias de publicação, os sapadores bombeiros de Lisboa quando acompanhavam a discussão da ratificação do estatuto - da iniciativa do grupo parlamentar do PCP - nas galerias da Assembleia da República, ouviram o deputado comunista João Amaral lembrar que:

"(...) Esse progresso, que está consubstanciado neste diploma, não caiu do céu nem foi oferecido por algum súbito assomo de generosidade por parte do governo. Deve-se este progresso a uma luta persistente desenvolvida pelos próprios bombeiros profissionais e pelos sindicatos que os representam. Refiro aqui em particular o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL). (...) Foi com luta e com muita coragem e determinação, enfrentando processos disciplinares, discriminações e perseguições e enfrentando o divisionismo promovido pelos próprios comandos, que as coisas começaram a mudar sendo este diploma sinal disso. Mas - é preciso dizê-lo aqui - as



Sua referência: Sua comunicação de: N.º referência: 4418 Av. da República, 21 - 1008 LISBOA
N.º: 561 1989/05/22 P.º: 418 Telefone: 64 10 00
Data: 1989-05-02

ASSUNTO:

Encarrega-me o Sr. Vereador Dr. Lívio Borges de chamar a atenção para o que consta do ofício nº VP-1-168/89, de 20 de Abril, em que era comunicado que "o Sindicato não tem legitimidade de representação dos Sapadores Bombeiros, pelo que as faltas dadas ao abrigo de funções sindicais serão consideradas nos termos da legislação aplicável" pelo que serão injustificadas. Nesta data o presente ofício é levado ao conhecimento do Comando do Regimento de Sapadores Bombeiros.

perseguições e os processos disciplinares não terminaram ainda (...). Efectivamente a luta dos sapadores bombeiros não parou, continuam a enfrentar problemas, resistências ao exercício do direito à greve, incompreensões várias e até ataques aos seus direitos, mas agora enfrentam-nos em unidade com todos os outros trabalhadores da administração local, lutando em conjunto pelos seus cadernos reivindicativos, por melhores salários, carreiras profissionais, pela redução do horário de trabalho e em defesa dos serviços públicos.

As mulheres ingressam na profissão

Durante a sua luta, os sapadores bombeiros de Lisboa e o STML não esqueceram este aspecto da democratização dos corpos de bombeiros profissionais. Depois de enfrentadas e ultrapassadas as primeiras resistências e preconceitos existentes, foi dado um pequeno mas significativo passo. A partir de 1994, o RSBL tornou-se o primeiro corpo de bombeiros profissionais do país a recrutar mulheres e é, por enquanto, o único a tê-lo feito. Hoje, por direito próprio, são já sete as bombeiras profissionais em Portugal.

Um olhar para o futuro

Muitos bombeiros profissionais colaboram regularmente nos seus períodos de folga com corporações de bombeiros voluntários, conhecem a sua realidade, vivem com eles o risco e sentem juntos os problemas da vida de bombeiro, criando naturalmente laços de camaradagem. Olhando a realidade, os sindicatos representativos dos trabalhadores da administração local sabem que a maioria, se não mesmo todas as corporações de bombeiros voluntários já contam com bombeiros assalariados a tempo inteiro, para poderem fazer face às necessidades permanentes e inadiáveis do serviço que prestam às populações. Há, portanto, na prática, bombeiros profissionais cujas entidades empregadoras são as associações humanitárias de bombeiros voluntários. O desafio está lançado!

Racismo tem observatório europeu

O Observatório Europeu contra o Racismo e a Xenofobia foi inaugurado em Viena de Áustria na passada sexta-feira, numa cerimónia em que o Governo português esteve representado pela ministra para a Igualdade, Maria de Belém.

A tarefa desta instituição europeia, que já existe formalmente desde 1997, abrange vários domínios da vida pública, da educação à cultura, passando pela política, organização de simpósios, conferências e projectos orientados para o combate ao racismo e à xenofobia.

Genoma humano deve ter amplo acesso

O comissário europeu para a investigação, Philippe Busquin, defendeu sexta-feira ser «vital que os investigadores tenham o mais amplo acesso possível» aos dados do genoma humano. Estas declarações surgiram na sequência do anúncio, na véspera, da descodificação do genoma humano pela sociedade norte-americana Celera Genomics. Busquin declarou-se «encorajado pelo facto de a Celera parecer ter tomado iniciativas para pôr este saber no domínio público».

A descoberta da empresa Celera, que consistiu em separar a molécula de ADN para ler os genes que a compõem, pode ajudar a tratar várias patologias como o cancro. Este avanço científico corre no entanto o risco de ficar na posse da empresa se esta conseguir, como pretende, patentear a informação.

Unidade operacional criada até 2001

A Unidade Operacional de Chefes de Polícia Europeus deverá estar formada até 2001, com o objectivo de aumentar a cooperação entre as polícias dos Estados membros de forma a aumentar a eficácia do combate ao crime. O anúncio foi feito no passado sábado pelo ministro da Justiça, António Costa, após o encerramento do 1.º Encontro de Chefes de Polícia Europeus, que decorreu, ao longo de dois dias, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. O principal alvo da nova Unidade é, segundo o ministro, o combate aos crimes tipicamente transnacionais, como o tráfico de seres humanos e de droga e o terrorismo para que os cidadãos se sintam cada vez mais seguros. Para tal, a unidade pretende melhorar a operacionalidade com a Europol e a cooperação ao nível judiciário, através do Eurojust.

Comissão Europeia dá novos conselhos a Portugal sobre despedimentos, saúde e segurança social

Ordem para despedir

A Comissão Europeia quer que o Governo português aprove medidas legislativas para facilitar ainda mais o despedimento de trabalhadores e a flexibilização, mas reconhece que nesta matéria Portugal até se tem «portado bem».

No documento as Grandes Orientações de Política Económica (GOPE), divulgadas na terça-feira e citadas pela Agência Lusa, Bruxelas recomenda que Lisboa «continue a implementar um certo número de leis destinadas a melhorar o funcionamento do mercado de trabalho através

da diminuição das regras de despedimento e da «flexibilização do tempo de trabalho». As GOPE são o principal instrumento de coordenação e de programação da política macro-económica dos Quinze, devendo esta proposta da Comissão Europeia ser

O envelhecimento é o pretexto para a reforma da segurança social



O principal obstáculo à aproximação de Portugal à média Europeia é o baixo nível de estudos dos trabalhadores

debatida pelos ministros das Finanças em Maio e, finalmente aprovada pelos chefes de Estado e de Governo da União na Cimeira de Santa Maria da Feira, de 19 e 20 de Junho, que vai marcar o fim da presidência portuguesa.

Ainda no que diz respeito ao mercado de trabalho, Bruxelas aconselha Lisboa a «melhorar o nível de educação e de formação a fim de aumentar a empregabilidade (a capacidade dos desempregados encontrarem um novo emprego) e a facultade de adaptação da população activa».

A Comissão Europeia considera, no entanto, que o mercado de trabalho em Portugal «funciona melhor do que em muitos outros Estados-membros» e não tem dúvidas em afirmar que «um dos problemas mais espinhosos colocados» no processo de aproximação de Portugal à média europeia é «o fraco nível de estudos dos trabalhadores».

Menos despesa

Quanto à política orçamental, a Comissão aconselha Lisboa a submeter-se «a um

controlo rigoroso das despesas correntes primárias, que aumentaram fortemente nos últimos anos» para que, «no mínimo», se consiga atingir o objectivo de 1,5 por cento do PIB previsto para 2000. A Comissão pede ainda ao Governo para «implementar com carácter de urgência» um certo número de reformas com impacto orçamental: medidas anunciadas no sector da saúde e a nova lei sobre reformas, «o que vai permitir enfrentar o envelhecimento da população».

No que respeita ao mercado de produtos é pedido a Lisboa que «prossiga os esforços tendentes a aumentar a taxa de transposição da legislação do mercado único», e em particular no sector dos transportes, «porque, apesar dos progressos alcançados», essa taxa continua a ser «mediocre». A Comissão Europeia aconselha ainda o Governo a reduzir as ajudas de Estado que «aumentaram consideravelmente», a tomar medidas para «aproximar o direito nacional em matéria de concorrência com a legislação comunitária» e a «reforçar a independência» das autoridades responsáveis pela concorrência.

Assim, a convergência real de Portugal com os restantes Estados-membros sai a perder nas novas contas. Em 2000, o nosso país limitou-se a crescer marginalmente acima dos seus parceiros comunitários: apenas 0,2 pontos percentuais, segundo as actuais previsões, contra 0,3 pontos nas previsões anteriores.

Esta aproximação melhora apenas um pouco em 2001, ano em que a Comissão prevê um crescimento do PIB português de 3,5 por cento, ou

Inflação ultrapassa «previsões» do Governo

Os dados vêm de Bruxelas e indicam claramente que a inflação portuguesa no presente ano irá ultrapassar as previsões optimistas do Governo, que serviram de base para a actualização salarial dos trabalhadores da Administração Pública.

Apesar de revistas em baixa, as projecções da inflação portuguesa situam-se nos 2,2 por cento, o valor inferior aos 2,5 por cento previstos no

Outono de 1999 mas, mesmo assim, acima dos meros dois por cento avançados pelo Governo.

É, no entanto, legítimo pensar-se que os dados da Comissão Europeia não levam em conta os recentes aumentos dos combustíveis que irão inevitavelmente repercutir-se nos preços da generalidade das bens e serviços e consequentemente na inflação anual.

A confirmarem-se as previsões da Comissão Europeia, divulgadas na terça-feira, o crescimento médio anual dos preços em Portugal, medido pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) — indicador que permite comparações internacionais —, manter-se-á ao nível de 1999.

No final de 2001, a inflação média anual (soma do IHPC nos últimos 12 meses sobre os

12 meses anteriores) baixará para 2,1 por cento. Entre as previsões de Outono e as de Primavera, o diferencial de inflação portuguesa em relação à média comunitária, baixou de um ponto percentual para 0,4 pontos percentuais, quer porque subiu a projecção para a Europa, quer porque melhorou a projecção para Portugal.

Bruxelas prevê para este ano, quer para os 15, quer para

os 11, uma inflação média anual de 1,8 por cento (contra 1,5 por cento nas Previsões de Outono). O diferencial de inflação foi o ano passado de 0,9 pontos percentuais acima da média europeia, e de um ponto em relação à zona euro. O Banco de Portugal tem advertido repetidamente que um diferencial de inflação excessivo pode comprometer a competitividade externa da economia portuguesa.

Impostos aumentam para défice baixar

A análise da Comissão Europeia não deixa margem para dúvidas: a redução do défice do Sector Público Administrativo de dois por cento em 1999 para 1,5 por cento em 2000, «será o resultado de uma brusca subida nas receitas fiscais».

As Grandes Orientações de Política Económica não excluem entretanto uma derapagem orçamental. «Um eventual défice de receitas fiscais» deve ser prevenido, e para isso Bruxelas aconselha o Governo a «não proceder às

despesas que foram congeladas no orçamento de 2000», para «se criar assim uma almofada de recursos capaz de amortecer» o referido défice. Tudo isso para que, «no mínimo», se consiga «atingir o objectivo de 1,5 por cento do PIB», fixado no Orçamento de Estado para 2000 e contido no Programa de Estabilidade e Crescimento.

No pacto de estabilidade e crescimento, enviado para Bruxelas em Fevereiro, o Governo comprometera-se a baixar o saldo orçamental de

menos 1,5 por cento do produto em 2000 para menos 1,1 por cento em 2001. No entanto, tal não deverá acontecer, segundo a Comissão Europeia que já se dá por satisfeita se o défice se mantiver em 1,5 por cento nestes dois anos.

Dívida aumenta

Com este valor, Portugal só terá atrás de si a Áustria (menos 1,7 por cento) e iguala o registo da Itália. Em média,

na União Europeia, o défice/PIB será este ano de menos 0,4 por cento do PIB, e na zona euro a média é de menos 0,9 por cento.

A Grécia, que não conseguiu entrar no euro por falta de cumprimento do critério do défice, entre outros, deverá registar este ano um saldo negativo de apenas 1,3 por cento do PIB. Apesar do Estado português ter um nível de endividamento relativamente favorável, por comparação com os seus parceiros da União, Bruxelas não ante-

vê quaisquer melhorias em Portugal. O stock total de dívida das administrações públicas portuguesas, segundo a Comissão, deverá mesmo subir dos 56,7 por cento em 1999, para 57 por cento em 2000. Em 2001 assistirá-se a uma ligeira redução para 55,1 por cento do PIB.

Em média, a União Europeia terá este ano um nível total de endividamento igual a 65,1 por cento do PIB, baixando esse rácio, no próximo ano, para 62,5 por cento.

Crescimento económico Mais longe da convergência real

A Comissão Europeia está optimista em relação à economia portuguesa, cujo crescimento deverá atingir os 3,6 por cento este ano, acima dos 3,3 por cento avançados pelo Governo no Orçamento de Estado para 2000.

Todavia, apesar deste dado positivo, o facto é que Portugal continua longe do nível de desenvolvimento dos seus parceiros comunitários e este ritmo de crescimento não é de modo algum suficiente para permitir uma aproximação num futuro próximo.

É que a projecção de crescimento para 2000 na Europa a 15, também prevista em alta passando de três por cento para 3,4 por cento, enquanto na zona euro (de 11 países) a taxa prevista subiu de 2,9 para 3,4 por cento.

Assim, a convergência real de Portugal com os restantes Estados-membros sai a perder nas novas contas. Em 2000, o nosso país limitou-se a crescer marginalmente acima dos seus parceiros comunitários: apenas 0,2 pontos percentuais, segundo as actuais previsões, contra 0,3 pontos nas previsões anteriores.

Esta aproximação melhora apenas um pouco em 2001, ano em que a Comissão prevê um crescimento do PIB português de 3,5 por cento, ou

seja deverá registar um abrandamento menos acentuado do que aquele que se antevê para o resto da Europa. Tanto a União Europeia como a zona euro deverão, em 2001, reduzir o ritmo de crescimento em 0,3 pontos para 3,1 por cento.

A Irlanda, Grécia e Espanha crescem mais do que Portugal

Em comparação com as economias de desenvolvimento semelhante, Portugal deverá registar ritmos de crescimento muito tímidos. Por exemplo, a Irlanda expandir-se-á 7,5 por cento, mantendo o forte ritmo dos últimos anos; a Grécia, que disputa com Portugal o último lugar da Europa em termos de prosperidade, crescerá 3,9 por cento, e a vizinha Espanha 3,8 por cento.

Se Portugal cresce acima da média, isso fica a dever-se essencialmente ao facto de a Alemanha e a Itália apresentarem das piores performances em termos de nível de actividade, apesar das melhorias em curso. Estima-se que o primeiro país cresça 2,9 por cento e o segundo 2,9.

Desequilíbrios agravam-se

Mesmo com previsões melhoradas, e apesar destas se deverem a uma intensificação das exportações, os desequilíbrios externos da economia portuguesa tenderão a agravar-se nos próximos anos. A CE estima que o défice da balança corrente (que agrega os saldos de mercadorias, serviços, rendimentos e transferências correntes) deverá passar dos 8,6 por cento do PIB em 1999 para 9,7 por cento em 2000, e 10,1 por cento em 2001. Para a Europa a 15, a CE estima para este ano um saldo positivo na balança corrente de 0,1 por cento do PIB, a que se seguirá uma melhoria para 0,3 por cento.

Em matéria de mercado de trabalho em Portugal, Bruxelas afirma que «a criação de empregos deverá continuar vigorosa em 2000», com o emprego total a crescer 1,3 por cento, neste ano e no próximo. No entanto, a taxa de desemprego manter-se-á em 2000 nos 4,5 por cento, caindo para 4,4 por cento em 2001.

Na Europa a 15, a taxa de desemprego deverá baixar este ano para 8,5 por cento, reduzindo-se para 7,9 por cento no ano seguinte. Na Europa a 11 (zona euro), o desemprego será este ano de 9,2 por cento da população activa, melhorando em 2001 para uma taxa de 8,5 por cento.



• Joaquim Miranda

A deriva conservadora

Muito foi já dito sobre a cimeira de Lisboa. Nomeadamente sobre a natureza e alcance das orientações principais que dela saíram (ou não). Mas subsistem, porém, alguns aspectos relevantes que merecerão alguma atenção e que até ao momento não têm merecido particulares referências. Essencial é, sem dúvida, o facto de esta cimeira - para além do nome pomposo que adoptou - ter assumido, como nunca, uma perspectiva neoliberal. O centro das atenções ficou-se, indubitavelmente, pelas «reformas» económicas.

As questões sociais - e, em particular, o emprego, por que chegou a ser indevidamente denominada este Conselho extraordinário - essas ficaram pelo caminho. Ou pior: saem de reforçadas as orientações no sentido da liberalização e da precarização e da flexibilização do emprego, apesar de já velhas e gastas de tanto se insistir nelas. E de tal forma assim é que mesmo alguns ténues compromissos sociais antes assumidos (por exemplo, no Livro Branco de Delors ou em cimeiras como a de Luxemburgo), foram agora totalmente postos de lado. Lembrem-se, por exemplo, os apregoados investimentos públicos - como as vias transeuropeias - que repetidamente foram referidos como meios para a criação de empregos e o combate ao desemprego e que agora foram definitivamente abandonados. De resto, uma apreciação das reacções governamentais ou uma leitura do que foi noticiado sobre esta cimeira nos diversos Estados membros da União Europeia não deixa margem para dúvidas.

Políticas sociais limitadas

Os elogios que especialmente ela mereceu da banda dos governos britânico e espanhol, que afirmam a paternidade do evento e que particularmente se prontificaram a identificar-se com as orientações que o marcaram - e sendo certo que eles são normalmente conotados com as posições mais conservadoras - tornam mais indiscutível o que antes referíamos: que esta foi a cimeira da consagração europeia do neoliberalismo, da definitiva adesão da União Europeia ao modelo norte-americano e da intenção de abandonar completamente o modelo social europeu.

E é ainda em clara sintonia com o que antes se refere que penso poderemos entender o facto de o Conselho ter ganho peso institucional nesta cimeira.

Tal poderá ocorrer, por exemplo e em alguma medida, das crescentes dificuldades por que vem passando a Comissão Prodi. Poder-se-ão ainda ter deste facto outras leituras. Mas seguro é que, com ele e fundamentalmente, se pretenderá atingir um objectivo essencial: limitar as políticas sociais ao estrito âmbito nacional - com as orientações referidas - e anular qualquer tentativa de que tal aconteça também e de alguma forma, ao nível europeu.

Britânicos ganham terreno

Entretanto, não deixa de ser curioso que tudo isto se verifica num momento em que os governos da Internacional Socialista pontificam em mais de uma dezena dos quinze Estados membros da União Europeia, incluindo os quatro «grandes» (Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália). Mas não menos interessante é a constatação de que esta deriva marcadamente conservadora ocorre em simultâneo com o que parece ser uma substituição do tradicional eixo franco-alemão pelo eixo hispano-britânico. Note-se, a propósito, que esta foi a primeira cimeira, desde há longo tempo, não precedida por um encontro ao mais alto nível (e muito menos de uma posição concertada) entre alemães e franceses.

O que se por um lado evidencia uma crescente ou mesmo definitiva predominância, no campo social-democrata, das teses da «terceira via» - e uma inequívoca adesão de Guterres à mesma -, por outro lado prenuncia, uma tendência, que poderá ganhar forma definitiva na alteração dos Tratados em curso, no sentido da institucionalização, mais ou menos explícita, de directórios políticos na União Europeia, os quais poderão mudar de composição consoante os temas em causa. Mas sendo certo que os britânicos de Blair, numa nova atitude no âmbito da União Europeia, mais interveniente, mas nem por isso menos desligada dos Estados Unidos, vão ganhando terreno e posições em vários tabuleiros. É sintomático, aliás e neste contexto, o enorme número de directores gerais provenientes deste país e dos postos-chave que os mesmos conseguiram ocupar na actual Comissão de Prodi. Facto que, desgrazadamente, contrasta com a incapacidade revelada pelo governo Guterres no sentido de assegurar o posto de director-geral de que o país sempre dispôs na Comissão, desde a sua entrada nas Comunidades.



O perdão integral da dívida é essencial para uma parceria UE/África

UE falha na cooperação com África

As conclusões da cimeira Europa-África, realizada no início deste mês no Cairo, «não estão à altura das necessidades e das possibilidades», considerou o deputado do PCR, Joaquim Miranda, observando que foi colocado mais empenho na simples «realização do evento e na foto de família» do que na «concretização de uma estratégia para a parceria».

Joaquim Miranda, que falava na sessão do Parlamento Europeu de terça-feira em que foi debatida a cimeira, sublinhou que são «as questões económicas que condicionam uma verdadeira aproximação dos dois continentes».

Tal deve-se, em sua opinião, porque, por um lado, a União

Europeia tem como perspectiva a «transferência das relações tradicionais para o âmbito da Organização Mundial do Comércio»; por outro, porque «prevalece a prioridade concedida ao alargamento e às relações com o leste europeu, o que ficou bem evidenciado com os cortes nas despesas de cooperação para o presente exercício orçamental».

Defendendo uma mudança de direcção no que toca à cooperação com os países africanos, Miranda exigiu que o Parlamento Europeu seja associado a este processo, de modo a que no futuro seja possível alargar a verdadeira parceria que ajude a atenuar os enormes problemas aos níveis económi-

Acesso ao superior

A deputada comunista Margarida Botelho apresentou recentemente no Parlamento um requerimento ao Governo a solicitar informações sobre o processo de acesso ao ensino superior este ano. De facto, estando o segundo período quase a terminar, os alunos ainda não sabem o que se vai passar no final do ano, visto o Ministério da Educação ter anunciado que a partir deste ano lectivo as candidaturas se procederão de forma diferente, passando a ser «competência dos estabelecimentos a selecção dos seus estudantes». Até agora não se sabe nada mais concreto.

Escola José Afonso

Os alunos e professores da Escola Secundária José Afonso, do Seixal, voltaram a protestar contra a falta de condições da escola e o não cumprimento por parte do Ministério da Educação dos prazos das obras. No passado dia 3, saíram à rua com mesas e cadeiras. Até porque o frio que se sente nas salas não difere muito da rua...

Bolsas do Politécnico de Viseu

O grupo parlamentar do PCP entregou um requerimento na Assembleia da República sobre o atraso do pagamento das bolsas aos estudantes do Instituto Politécnico de Viseu, solicitando medidas para que a situação seja regularizada e questionando o Ministério da Educação sobre as medidas a tomar. O PCP sublinha que esta situação não é única no país, sendo consequência directa da política de desinvestimento e desresponsabilização no ensino por parte do Governo.

NATO atacou há um ano

Um ano passado sobre o início dos ataques da Nato sobre a Jugoslávia, a Organização Regional de Setúbal da JCP vem a público exigir às Nações Unidas o julgamento dos responsáveis pelos bombardeamentos e para não fechar os olhos à brutal realidade que se vive hoje no Kosovo.

«O mundo ocidental é confrontado com um Kosovo de perseguição a sérvios, de aumento de criminalidade, de narcotráfico e de poderio da máfia albano-kosovar, de desordem e injustiça, ao mesmo tempo que a Sérvia luta para emergir das ruínas e do caos económico deixado pelos bombardeamentos da Nato», afirma a JCP.

Os jovens comunistas não esquecem que a Nato «matou e mutilou um povo, destruiu infra-estruturas-base da sociedade sérvia, como hospitais, a sede da TV, pontes, estradas e armazéns de comida. Tudo para "defender os direitos humanos", disseram!»

Estudantes universitários não baixam os braços na luta contra a política educativa do Governo

Contestação sobe de tom

As acções de protesto contra a política educativa prosseguem por todo o país. Lisboa, Coimbra e Faro surgem à cabeça da contestação.

Dois mil alunos concentraram-se em frente à sede do Ministério da Educação, no dia 5, numa acção de protesto convocada por 20 associações de estudantes das universidades Clássica, Técnica e Nova de Lisboa. Mais acção social, melhores instalações, qualidade de ensino, aumento dos cursos nocturnos e a revogação da lei de financiamento foram as principais reivindicações.

Algumas escolas secundárias associaram-se à manifestação. «Estamos aqui porque esta também vai ser a nossa luta e aproveitamos para reafirmar outra luta do secundário: a contestação à revisão curricular», afirmou um aluno da Escola Secundária Lusa de Gusmão, à Lusa.

Com as mesmas exigências, cerca de mil e quinhentos estudantes da Universidade de Coimbra e da Escola

Superior de Educação participaram numa manifestação entre o Largo D. Dinis e o Governo Civil, na quinta-feira.

«SOS Ensino Superior», «Lei de Financiamento, revogação já» e «Ministro sem nível não é elegível» foram algumas das palavras de ordem. Os estudantes entregaram um documento sobre a situação da universidade ao governador civil, denunciando os «graves problemas financeiros» principalmente nas faculdades de Farmácia, Letras, Psicologia e Economia e a falta de instalações adequadas «para uma prática lectiva condigna» nas

faculdades de Desporto, Direito e Farmácia.

O Sindicato dos Professores da Região Centro associou-se ao protesto, considerando que apenas uma escola pública pode garantir uma educação de qualidade. Mário Nogueira, dirigente sindical, encontrou-se com os estudantes na Praça da República e manifestou o apoio do sindicato na luta por um ensino superior de qualidade.

Faro

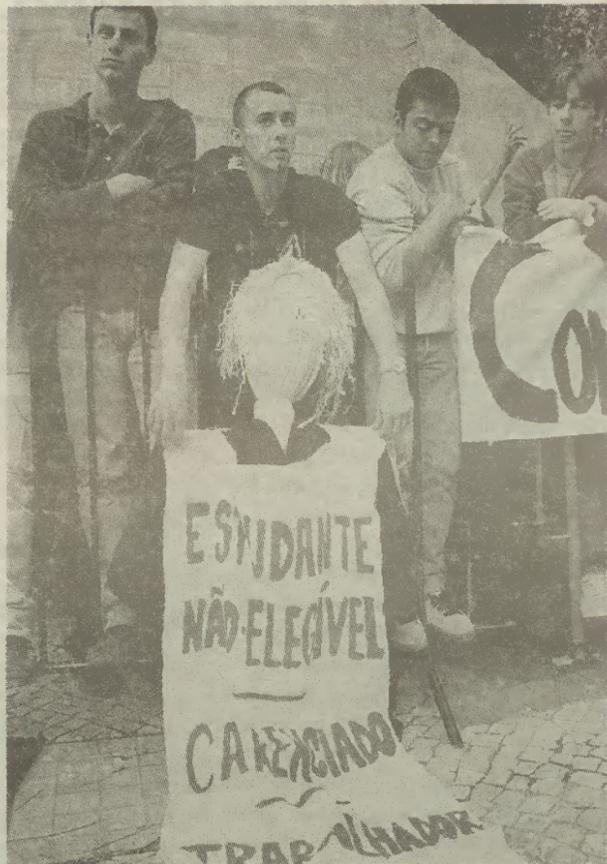
Nessa mesma noite, centenas de alunos da Universidade do Algarve percorreram as

ruas de Faro, entre o campus universitário da Penha e o Governo Civil, numa manifestação silenciosa convocada pela Associação Académica.

De velas acesas na mão, os estudantes deixaram claro que, apesar de não concordarem com a actual lei de financiamento do ensino superior, o Governo tem de ser penalizado porque não está a cumprir a sua parte. Na porta principal do Governo Civil foram deixadas 63 velas, simbolizando o valor das propinas.

Recorde-se que esta associação pretende pôr o Governo em tribunal por má utilização do dinheiro das propinas e vai apresentar uma providência cautelar contra a universidade pelo mesmo motivo.

O secundário associou-se à manifestação: «Esta também vai ser a nossa luta»



O ministro Oliveira Martins é o alvo dos protestos dos alunos do ensino superior

Trabalhadores-estudantes exigem cursos nocturnos

As associações de estudantes das faculdades de Lisboa de Direito, de Ciências, de Letras, de Arquitectura, do Instituto Superior Técnico e do Instituto Superior de Economia e Gestão entregaram na semana passada uma carta ao Ministério da Igualdade pedindo o cumprimento da lei relativa aos trabalhadores-estudantes e exigindo a criação de cursos nocturnos.

Ricardo Mata, representante da AE da Faculdade de Ciências, afirmou à agência Lusa que em causa está o encerramento de cursos nocturnos e a sua inexistência, numa situação claramente em contradição com a lei, que prevê a sua abertura desde que o número de alunos trabalhadores o justifique.

Só no ano lectivo 1998/99, inscreveram-se na época especial de exames desta faculda-

de 1800 trabalhadores-estudantes. De acordo com Ricardo Mata, estas reivindicações contam com o apoio do Conselho Pedagógico.

«O ensino privado abre cursos nocturnos porque sabe que há mercado», afirma Vítor Neves, da Federação Nacional dos Trabalhadores-Estudantes (FNATES), que adianta que os alunos nesta situação pagam mais propinas do que os restantes. Isto verifica-se porque os cursos em regime pós-laboral têm uma duração mais longa. Por exemplo, as licenciaturas de cinco anos passam a sete anos, apesar do número de disciplinas ser idêntico.

A FNATES diz que os trabalhadores-estudantes de uma licenciatura pagam mais 40 por cento das propinas, enquanto num bacharelato pagam mais 66 por cento.

JCP

Balanço negativo do ensino em Trofa

O colectivo de Trofa da JCP exige a aposta urgente na formação da população do concelho e uma educação pública gratuita e de qualidade.

Numa nota imprensa, os jovens comunistas consideram que a formação tem de ser pensada desde o início, pelo que defendem uma rede pública de infantários e jardins de infância que abranja todas as freguesias do concelho e que colmate as necessidades existentes. E dão o exemplo de Santiago de Bougado, localidade com centenas de crianças em idade pré-escolar, onde não há nenhuma escola pré-primária pública.

No primeiro ciclo coloca-se outro problema: a maioria das escolas primárias é antiga e há falta de espaços cobertos para o recreio e para a prática de desporto. Regista-se ainda a degradação das instalações e a falta de aquecimentos.

Para a JCP, os segundo e terceiro ciclos são os que oferecem melhores condições.

Isto deve-se principalmente à recente construção de duas escolas em Alvarelos e S. Romão. «No entanto, restamos saber se a EB 2+3 da Trofa não irá rebentar pelas costuras, caso a Escola Secundária da Trofa deixe de leccionar os 7.º, 8.º e 9.º anos», afirma.

Mais uma escola secundária

A situação do ensino secundário é preocupante: só existe uma escola secundária, que se encontra sobrelotada e que oferece um leque reduzido de áreas a escolher, o que obriga muitos jovens a deslocarem-se para outro concelho. Por isso, a JCP exige a construção de mais uma escola secundária no concelho, oferecendo mais opções na escolha das áreas.

«É comum em dias de chuva vermos uma centena de estudantes a praticar educação física dentro do pavilhão gimnodesportivo, o que

dificulta o trabalho dos professores e prejudica o rendimento dos alunos», afirmam os jovens comunistas.

A não aplicação da lei de educação sexual é outra questão que preocupa a JCP, que classifica esta situação como grave e que «em nada contribui para uma justa e eficaz educação e que se vem reflectir na transmissão de doenças, no desconhecimento do planeamento familiar, em gravidezes indesejadas e em outros flagelos que poderiam ser evitados com aplicação correcta da lei».

Um outro problema não menos preocupante é o do Diploma de Autonomia e Gestão das Escolas, que está a ser posto em prática sem conhecimento prévio dos alunos e encarregados de educação.

«Este triste diploma torna as escolas públicas cada vez menos públicas e cada vez mais dispendiosas, permitindo, por exemplo, a privatização de cantinas, bufetes e papelarias», diz a JCP, recor-

dando que, com o previsível aumento dos preços dessa privatização, uma refeição que custa 210\$00 poderá passar a custar 500\$00.

Comissão Instaladora populista

«Para completar este triste panorama temos uma Comissão Instaladora do concelho populista, que segue uma política despesista e de desresponsabilização, cujas obras de melhoramento nas escolas se limitaram a ser meras «operações de cosmética»», denuncia a JCP de Trofa.

«Por que é que, em vez de gastar dinheiro num concerto para assinalar o Dia do Estudante, a comissão não o usou para começar a colmatar os problemas dos jovens trofenses?», interroga. «Apesar do concerto ter sido agradável, os jovens precisam de melhores condições de ensino e a comissão não se pode alhear disso.»



Jota - Já saiu
o primeiro número do «Jota», o boletim do colectivo da Chamusca da JCP. Destaque especial para as reportagens sobre o 5.º Encontro Regional de Santarém e os debates sobre educação sexual e o 25 de Abril.

Termina julgamento
de dirigente sem-terra no Brasil

José Rainha é absolvido

A absolvição do dirigente do Movimento dos Sem-Terra, José Rainha, da acusação de co-autoria das mortes de um fazendeiro e um polícia foi recebida em todo o mundo como uma importante vitória dos camponeses brasileiros. O «Avante!» recorda nesta edição o processo que há anos decorre e publica um artigo de José Saramago sobre Rainha.

José Rainha Júnior foi absolvido. O Tribunal de Vitória, no Espírito Santo, Brasil, considerou o dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST) inocente da acusação de co-autoria na morte de um fazendeiro e de um polícia, ocorridos em 1989.

A sentença, decidida pelo júri por unanimidade na semana passada, foi recebida com euforia por todos os sem-terra e pelos muitos apoiantes de Rainha.

«Jamais recuei um passo na luta pela reforma agrária e este julgamento deu-me mais

força para seguir em frente», afirmou José Rainha, à saída do tribunal, acrescentando que a absolvição «é a vitória do MST, dos trabalhadores e da sociedade organizada».

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e José Casanova, director do Avante!, enviaram a Rainha as saudações dos comunistas portugueses. Carvalhas classifica a sentença como «expressão da justiça e amplitude da luta dos sem-terra e da solidariedade internacional».

Também a comissão portu-

guesa de apoio ao dirigente do MST se congratulou com a absolvição e volta a reclamar o reconhecimento do direito ao

uso da terra aos trabalhadores rurais, pois dela depende a sobrevivência de milhões de pessoas no Brasil.



José Rainha, no centro, ao lado de Lula da Silva, dirigente do PT

Factos e provas

No dia 3 de Junho de 1989, a fazenda Ypuera, em Espírito Santo, no Brasil, é ocupada pacificamente por cerca de 100 famílias de camponeses sem-terra. Trata-se de uma fazenda de 1500 héctares, totalmente improdutivo, na sua maior parte cheia de mato raso.

Três dias depois, o dono da fazenda, José Machado Neto, e um polícia à paisana, Sérgio Narciso, dispararam contra o acampamento. Os sem-terra respondem. Neto e Narciso morrem e vários trabalhadores rurais são feridos. Logo depois, a polícia militar despeja as famílias e prende vários camponeses.

Estes são os factos que deram origem ao processo em que José Rainha se viu envolvido. O seu nome foi apresentado à justiça por um inquérito da Polícia Militar, que citava os testemu-

nhos de camponeses que, sob tortura, declararam que Rainha tinha participado no conflito.

O inquérito policial civil foi concluído em Junho de 1989 e a juíza responsável pelo caso concluiu que não recai sobre José Rainha «qualquer responsabilidade no crime». No entanto, em 1997, no julgamento que se seguiu ao inquérito da polícia militar, Rainha é condenado a 26 anos e seis meses de prisão, acusado de organizar o grupo dos trabalhadores rurais e de ajudar à fuga dos autores dos disparos.

A mil quilómetros de Espírito Santo

Os Sem-Terra apresentam provas da permanência de José Rainha no Ceará, onde participou em negociações com o

Governo do Estado, entre 25 de Maio e 5 de Junho. Gravações vídeo e fotos, além de muitos testemunhos asseguram que o dirigente do MST estava bem longe de Espírito Santo, a mais de mil quilómetros de distância.

Entre as testemunhas de defesa contam-se um coronel da polícia militar, o chefe de segurança da Casa Militar, um deputado do PSB, dois ex-presidentes da Câmara Municipal de Fortaleza e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixeramobim.

Para o MST, «as pessoas que participaram na condição de jurados no primeiro julgamento compareceram com a vontade deliberada de condená-lo. Todos os jurados mantêm laços políticos e económicos com o latifúndio da região.»

«O verdadeiro objectivo do julgamento não era apenas cri-

minalizar a liderança de José Rainha, mas, antes de tudo, criminalizar todos os trabalhadores rurais sem-terra que ousam rebelar-se contra o latifúndio, criminalizar o MST e condenar a luta pela reforma agrária», acusa o movimento.

No primeiro julgamento, Rainha foi condenado com base, não em provas, mas na leitura de declarações prestadas pelos camponeses à Polícia Militar sob tortura.

«Os advogados contratados pela família do fazendeiro, já que não possuíam nenhuma prova concreta, realizaram um verdadeiro teatro do absurdo: choraram, ajoelharam-se, pediram «pelo amor de Deus e de seus filhos, condenem este homem». Mas em nenhum momento apresentaram provas da presença de José Rainha naquele local», lembra o MST.

• José Saramago

Se todos os juizes do Mundo... (*)

Ainda que todos os juizes do mundo fossem homens justos, no sentido de serem, todos eles, sem excepção, rigorosos aplicadores da lei, nem assim o mundo estaria vivendo na santa paz da justiça. Os juizes formam-se e existem para acatar e fazer acatar as leis, mas as leis não são justas só por terem o nome de lei: dizer lei nem sempre foi o mesmo que dizer justiça. Na história dos povos multiplicam-se os exemplos desta verdade. Muito pior do que isto, porém, é quando num tribunal, chamado a decidir sobre uma acção presuntamente criminosa, se vão encontrar reunidas duas injustiças: a da lei e a do juiz. Já não bastava a hipótese de que o juiz fosse daqueles que facilmente tapam os ouvidos à voz da sua consciência, no caso de ainda a terem, aplicando cientemente e à letra, sem o menor gesto de protesto público, uma lei que já sabiam ser injusta ou, pelo menos, desajustada em relação ao caso em juízo. Nesta situação corrupta, isto é, reunidas no mesmo foro as duas injustiças, quer prevenido o juiz de antemão contra o acusado quer forjada a lei para abrir caminho à condenação, ambos potenciarão alegremente as suas mútuas perversões institucionais e morais, começando logo por desprezar aquele sábio conselho da jurisprudência clássica que determinava que uma dúvida fundamentada, quando a houvesse, deveria favorecer o réu e não a pena.

Há casos, contudo, em que a dúvida não é legítima, nem sequer admissível à luz clara da razão ou do simples senso comum, casos em que toda a configuração do processo testemunha, pelo contrário, a favor do acusado, e, não obstante, lê e juiz, mancomunados, negam, não já a mera presunção de inocência mas a própria evidência dela, e condenam sem culpa. Aconteceu isto no Brasil, em 10 de Junho de 1997, quando o Tribunal de Justiça de Vitória (Espírito Santo) condenou a 26 anos e 6 meses de prisão José Rainha, um dos principais dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acusado de assassínio de um polícia e de um fazendeiro. Ora, no dia do crime, 5 de Junho de 1989, José Rainha encontrava-se, e fez disso prova bastante, a 2000 km do local. O juiz desprezou a prova e os direitos da defesa e, brutalmente, condenou. Se a Justiça, no Brasil, tal como sucede no resto do mundo, é representada com os olhos vendados, passámos, a partir de agora, a ter motivo para supor que, se a infeliz está assim, é para que não possamos aperceber-nos de que lhe arrancaram os olhos...

José Rainha, que, naturalmente, apelou da sentença, voltará ao mesmo Tribunal no próximo dia 13 de Dezembro para o julgamento do recurso. Não sendo crível que a justiça no Estado brasileiro de Espírito Santo tenha passado, nestes últimos dois anos, por um processo de regeneração moral e institucional, há razões para temer que a farsa judicial se venha a repetir. Há algum tempo, quando me manifestei publicamente a favor dos trabalhadores sem terra, o presidente do Brasil, sr. Fernando Henrique Cardoso, embora sem citar o meu nome, aconselhou-me a que me ocupasse dos assuntos do meu país e deixasse os do seu em paz. Não lhe faço a vontade. A mundialização, senhor presidente, quando nasce, é para todos. Por muito que lhe desagrade, o seu Brasil, os sem terra seus compatriotas e a justiça que os condena fazem parte do meu mundo. Suporte-me, ainda que lhe custe. E permita-me que lhe pergunte se conseguiu dormir todas estas noites em sossego depois de José Rainha ter sido condenado a 26 anos e 6 meses por um crime que não cometeu.

P. S. - Mesmo que à Justiça não lhe tenham arrancado os olhos, sempre será preferível que não os traga tapados. Desta vez, os olhos da Justiça estavam onde e como devem de estar: abertos e no único lugar de onde realmente se pode ver, ou seja, o lugar da razão e do respeito pela verdade. A absolvição de José Rainha, depois da condenação absurda de que fora vítima, mostra-nos que não nos é permitido desanimar na batalha pela dignidade do ser humano. Perderíamos tudo, se a perdéssemos.

(*) José Saramago enviou ao «Avante!» este texto, escrito em Dezembro passado, quando se aguardava a sentença do recurso de José Rainha, acrescentando o post-scriptum que redigiu logo após conhecer a absolvição.



Três mil famílias sem-terra ocupam a Fazenda Giacometi, o maior latifúndio do Paraná, em 1996. Foto de Sebastião Salgado

Eleições no Peru

O candidato presidencial Alejandro Toledo anunciou rejeitar os resultados oficiais das eleições de domingo no Peru, «qualquer que estes sejam». Toledo justificou esta decisão com «as graves irregularidades» cometidas «antes e depois do sufrágio». Segundo o candidato do «Peru Possível», «o processo é tão viciado e tão irregular», que não lhe resta outra alternativa. Também o chefe da missão observadora da Organização de Estados Americanos (OEA), Eduardo Stein, questionou os resultados oficiais das eleições peruanas, que apontam para a vitória de Fujimori à primeira volta, ao afirmar «que algo de muito sinistro se está a passar». Stein afirmou à imprensa que após as eleições «vamos voltar a um quadro de incertezas» e que «não há explicações muito convincentes sobre aquilo que se passou». A reviravolta nos resultados a favor do actual presidente do Peru é tão surpreendente que ninguém acredita na sua autenticidade.

Tensão no Zimbabué

Os bispos católicos da África Austral, num comunicado divulgado na Cidade do Cabo, África do Sul, denunciaram esta semana a ilegalidade vigente no Zimbabué e acusaram o governo do presidente Robert Mugabe de a encorajar.

«Gente de todos os meios sociais foi ferida e mesmo morta por causa da invasão das quintas», afirma a Conferência Episcopal da África Austral, garantindo que «os agricultores e os trabalhadores agrícolas, bem como oficiais de Polícia, foram atacados e as ordens dos mais altos tribunais do Zimbabué foram ignoradas». A 7 de Abril último, no seu primeiro discurso de campanha eleitoral para as legislativas previstas para Maio próximo, o presidente Robert Mugabe incitou os antigos combatentes a ocuparem as terras dos agricultores brancos. Apesar de uma ordem do Tribunal Superior de Harare, a Polícia não evacuou as quintas ocupadas. Na semana passada, o parlamento do Zimbabué aprovou uma lei permitindo a expropriação das quintas dos brancos sem indemnização.

Pobreza

Um terço da população mundial não tem ainda acesso a medicamentos essenciais, foi denunciado no IX Congresso Internacional das Doenças Infecciosas a decorrer em Buenos Aires. Segundo o argentino Horacio Lopez, coordenador do encontro, em cada hora morrem no mundo 1500 pessoas, na sua maioria crianças menores de cinco anos, por causa de doenças infecciosas. «A maior parte das mortes acontece em países em desenvolvimento, em muitos dos quais 30 por cento da população vive com menos de um dólar por dia (207 escudos), um terço das crianças está desnutrido e uma em cada cinco não é vacinada no primeiro ano de vida.»

A imposição do estado de emergência mereceu o repúdio da Igreja, da oposição e da Assembleia de Direitos Humanos

Guerra da água incendeia Bolívia

O aumento de 300 por cento no preço da água potável fez transbordar a taça do desespero popular num país que é um dos mais pobres do continente americano.

O governo do presidente Hugo Banzer - o ditador que dominou a Bolívia entre 1971 a 1978 agora «convertido» à democracia - não encontrou melhor resposta para a revolta popular do que a implantação do estado de sítio por um período de 90 dias. A medida, tomada no sábado, não pôs termo à greve geral que desde o início da semana passada está a provocar o caos na cidade de Cochabamba, no

Hugo Banzer volta aos métodos usados pelas ditaduras militares

O epicentro da revolta situou-se em Cochabamba, onde no dia 3 a população saiu à rua em protesto contra o aumento de 300 por cento das tarifas da água, e exigindo ao governo a rescisão do contrato com a

administradora privada do sistema de água potável. Em resposta a um apelo da Coordenadora de Defesa da Água, cujos principais dinamizadores se mantêm na clandestinidade, a população aderiu a uma greve geral que paralisou os transportes públicos, encerrou o comércio e os postos de abastecimento de alimentos, bloqueou estradas e principais pontos estratégicos da cidade com todos os meios ao seu alcance, e acabou por se envolver em confrontos com a polícia. No espaço de uma semana a revolta, considerada a mais grave dos últimos anos, provocou a morte de seis pessoas e cerca de meia centena de feridos.

A imposição do estado de emergência mereceu o repúdio da Igreja, da oposição e da Assembleia de Direitos Humanos da Bolívia. O secretá-



Antes do aumento do preço da água já os combustíveis e os serviços básicos tinham subido

rio-geral da Conferência Episcopal da Bolívia (CEB), monsenhor Jesus Juarez, disse que «a Igreja lamenta que, uma vez mais, tenha sido imposto o estado de emergência na agitada vida democrática» boliviana. O principal partido da oposição, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) pediu ao presidente Banzer a suspensão da sua decisão e criticou-o por «não solucionar os problemas do país». A

Assembleia Permanente de Direitos Humanos considerou a instauração do estado de emergência uma decisão «inconstitucional», sublinhando que «a prepotência e o abuso» são métodos menos indicados para o governo se relacionar com a sociedade civil e demonstram que o executivo do general Hugo Banzer «prefere assumir condutas idênticas às adoptadas durante as ditaduras militares».

Crise generalizada

O aumento do preço da água, brutal, está longe de ser a única causa da revolta boliviana. A braços com uma pobreza crónica que afecta a maioria da população, a corrupção generalizada e as guerras intestinas de disputa pelo poder entre a coligação partidária que apoia Banzer, os bolivianos viram a crise económica agravar-se ainda mais nos últimos meses com a subida do preço dos combustíveis e das tarifas dos serviços básicos, enquanto os seus salários, já de si miseráveis, se mantêm congelados. Ao mesmo tempo, o desemprego e o subemprego não pára de aumentar, enquanto os anunciados programas de «reacti-

vação económica» não passam do plano das intenções.

Esta situação explica que, em simultâneo com a explosão de revolta popular, efectivos da polícia de La Paz, a capital do país, bem como de outras cidades, se tenham amotinado em luta por aumento de salários e melhores condições de trabalho. Na capital, a insubordinação começou no Grupo Especial de Segurança, estendendo-se depois ao II Regimento, ao corpo de bombeiros, à polícia técnica judicial e aos polyvalentes, uma unidade de apoio ao cidadão. No sábado, após mais de 20 horas de grande tensão face à iminência de um confronto armado entre polícias e militares, o governo acabou por ceder aos amotinados e concordou, entre outras coisas, num aumento de salários de 50 por cento (o salário médio dos não graduados ronda os 60 dólares por mês, enquanto o dos suboficiais não vai além dos 100 dólares), e pagamento de um subsídio de alimentação e aquartelamento. O governo comprometeu-se ainda a não aplicar represálias contra nenhum dos polícias que participaram no protesto e assegurou um maior respeito dos seus direitos por parte da hierarquia.

Italianos abandonam projecto

O conflito da água deve-se a um controverso projecto de um sistema de adução de água que devia ser construído pelo consórcio italo-boliviano, *Aguas del Tunari*, agora posto em causa pelos acontecimentos de Cochabamba.

Os primeiros estudos para fazer face ao crónico défice de água potável e para rega na região de Cochabamba datam de 1950, altura em que se começou a desenvolver a ideia de aproveitar o potencial do rio Misisuni. Em 1964 são feitos os primeiros estudos de hidrologia, que confirmam a viabilidade do projecto, mas durante quase trinta anos pouco é feito para o levar a cabo. É em 1990, com o governo de Acordo Patriótico, que têm início as diligências para um acordo com os italianos, que se vem a concretizar em 3 de Setembro de 1999. Nessa data é assinado o contrato de con-

cessão do Projecto Múltiplo Misisuni e de Serviço Municipal de Água Potável e Esgotos ao consórcio *Aguas del Tunari S.A.*, que a 1 de Outubro toma conta da respectiva administração.

Face aos acontecimentos dos últimos dias o consórcio italiano decidiu abandonar o projecto. As autoridades bolivianas têm agora de encontrar soluções para garantir o fornecimento de água à população e fazer face à rescisão do contrato. Uma questão que se afigura complexa, tanto mais que a comissão governamental criada para o efeito e que se afirma empenhada em dialogar com as organizações e instituições representativas de Cochabamba fez saber de imediato que não falará com a Coordenadora da Água e da Vida, justamente a estrutura que mobilizou os protestos populares.

Grécia Vitória de Pirro

O presidente grego, Constantín Stefanopulos, encarregou Costas Simitis de formar um novo Governo depois da vitória tangencial do Movimento Socialista Pan-helénico (PASOK) nas eleições de domingo. O PASOK obteve 158 assentos parlamentares (contra 162 em 1996), enquanto os conservadores da Nova Democracia (ND) conseguiram 125 (contra 108 nas anteriores eleições).

De acordo com o sistema eleitoral grego, o PASOK, com 43,79 por cento dos votos, governará com maioria absoluta, não obstante o ND ter ficado a escassos 1,05 pontos de diferença (42,74 por cento).

Nesta eleições, fortemente polarizadas, é de realçar os resultados obtidos pelo Partido Comunista da Grécia (KKE), que com 5,5 por cento dos votos será a terceira força no parlamento, com 11 deputados, número idêntico ao obtido em 1996. Por seu turno, o Synapismos (SYN) conseguiu seis assentos com 3,2 por cento da votação, o que traduz uma perda de quatro lugares em relação ao parlamento anterior. O Movimento do Socialismo Democrático (DIKKI), que dispunha de nove lugares, não conseguiu desta vez eleger nenhum deputado.

A generalidade da imprensa grega considerou que os resul-

tados eleitorais obrigam o governo de Costas Simitis a rever a sua política, e apelou ao PASOK para ter em conta a mensagem de descontentamento reflectido nas urnas com a forte subida da direita.

«O PASOK conseguiu uma vitória de Pirro», que expressa «o descontentamento dos gregos», refere o Exusia. Para o Ta Néa, os gregos demonstraram que «pretendem ver o rosto social» do governo, isto é, «a luta contra o desemprego, a redução das desigualdades e a solução dos problemas diários». Já o Elefthérotypia refere que «com o sopro da Nova Democracia na nuca», o PASOK deve instaurar «antes de mais, um Estado social».

A «conspiração»

Incapaz de fazer face ao descontentamento popular e de reconhecer as suas responsabilidades na crescente degradação da situação do país, o governo boliviano, através do ministro da Informação, Ronald MacLean, atribuiu entretanto a uma «conspiração do narcotráfico» a revolta que grassa no centro do país.

Manifestando a sua indignação mas sem se intimidar, a Coordenadora não só aumentou as suas exigências como se afirma disposta a manter a pressão sobre o governo. Entre outras coisas, exige-se o regresso dos desterrados, libertação dos presos, pagamento dos prejuízos e indemnização pelos mortos.

Tanto a Coordenadora como as restantes instituições que se uniram no protesto (Confederação de Camponeses, Federação de Transportes e órgãos de poder local) anunciaram que vão manter os bloqueios até à aprovação de uma Lei de Águas, a revisão da Lei de Terras e a execução de um programa de desenvolvimento integral na área rural.

Cochabamba está agora virtualmente ocupada por 20 mil agricultores provenientes de toda a região, que se juntaram em vigília na Plaza de Armas da cidade. Os camponeses, que contam com o apoio da população local, estão dispostos a manter o bloqueio até que a nova Lei de Águas seja aprovada pelo parlamento.

Frustração em Miami Último acto no «caso» Elián

Os EUA endureceram esta semana a sua posição no caso de Elián González, pelo que o drama do menino sequestrado em Miami pode terminar nos próximos dias.

Para além de terem obrigado Lázaro González, o tio-avô da criança, a encontrar-se com os psiquiatras e psicólogos que já se encontraram em Washington com Juan Miguel González, o pai, as autoridades norte-americanas têm já pronta a carta que estabelece o dia, a hora e o local de entrega de Elián ao seu legítimo tutor.

De acordo com os mais diferentes meios de comunicação, o sentimento de derrota domina agora no seio da mafia cubana de Miami, como testemunham as palavras de Ileana Ros-Lehtinen, congressista republicana de

sença de Juan Miguel González nos EUA, que não só convenceu as autoridades do seu genuíno desejo de recuperar o filho, como sobretudo deixou claro desde a primeira hora que não está interessado em permanecer nos EUA e pretende regressar a casa mal a criança lhe seja devolvida.

Acresce, por outro lado, que a comunidade cubana de Miami está hoje mais isolada do que nunca, e que a ferocidade da sua campanha contra Cuba - utilizando sem escrúpulos uma criança traumatizada por um naufrágio, pela perda da mãe e pelo afastamento

Philip Brennet, um perito em questões cubanas na Universidade Americana em Washington, citado pela Lusa, descreveu o caso de Elián Gonzalez como «um marco que quebrou a espinha dorsal do lobby anti-Castro». «Penso que este ano não haverá um impacto imediato mas dentro de um ano é isso que vai acontecer», disse Brenner. Esta opinião é partilhada por Michael Rattner, do Centro para Estudos Cubanos na cidade de Nova Iorque, que afirma que «pela primeira vez em 40 anos o governo federal americano disse à comunidade cubana: não, desta vez não levam o que querem».

Não menos sintomático é o facto de o senador republicano Cuck Hagel ter afirmado que o caso de Elián Gonzalez serviu para demonstrar que «temos uma política irrelevante e atrasada em relação a Cuba». «Todo o mundo faz comércio com Cuba e Fidel Castro excepto nós», disse Hagel, que recentemente propôs o fim do embargo à exportação de alimentos e medicamentos para Cuba. Por seu turno, o senador Patrick Leahy, democrata, considera que o caso de Elián «não teria acontecido se houvesse relações normais», enquanto o senador democrata John Kerry, membro do Comité das Relações Externas, defende que a revisão da política com Cuba «há muito que se deveria ter realizado», pois a actual política é «contraproducente, velha, congelada no tempo que não contribui para a nossa credibilidade ou para os nossos interesses».

Kerry atribuiu o «congelamento» da política americana para com Cuba ao peso político da comunidade cubano-americana da Flórida e Nova Jersey.

Questão de peso

O peso eleitoral dos exilados cubanos explica o facto de tanto George Bush como Al Gore, candidatos à presidência, terem tomado posição apoiando a permanência de Elián nos EUA. Não foi por acaso que José Cardenas, um dos directores da influente Fundação Nacional Cubano-Americana, opositora feroz do regime cubano, veio a público dizer que a questão do menino *balseiro* fez «reacender a paixão entre a comunidade cubano-americana que será expressa nas eleições».

O «humanismo» dos candidatos à Casa Branca mede-se, como os factos demonstram, por um punhado de votos.

origem cubana. «A tensão está a transformar-se na paz e tranquilidade de saber que se fez tudo o que era humanamente possível [para manter Elián nos EUA]», afirmou a congressista. Também o advogado de Lázaro González veio agora a público garantir que o seu cliente «sempre disse que cumprirá as leis dos EUA, ainda que lhe pareça moralmente repugnante entregar a criança a Castro».

Esta reviravolta no caso Elián não é estranha à per-

mento do seu meio familiar, cultural e social - foi um tiro que lhe saiu pela culatra.

O feitiço contra o feiticeiro

De acordo com as sondagens, a esmagadora maioria dos americanos apoia a entrega de Elián ao pai, vendo na oposição da comunidade cubana de Miami ao repatriamento da criança o desprezo pelas leis do país.

Geórgia

A caminho da NATO

Eduard Chevardnaze foi reeleito no passado domingo presidente da Geórgia com uns retumbantes 80 por cento dos votos que deixaram toda a gente surpreendida.

O seu mais directo adversário, Djumber Patiachvili, a quem os resultados oficiais atribuíram 17 por cento dos votos, fala de «fraude generalizada», enquanto os observadores internacionais, sem contestarem a vitória de Chevardnaze, apontam numerosas irregularidades no processo eleitoral.

O Conselho da Europa, num comunicado divulgado em Estrasburgo, qualificou as eleições de «um exercício

de democracia trabalho e (...) difícil», e sublinhou a necessidade de um aprofundamento da democracia no país.

O comunicado refere factos «particularmente preocupantes», como «a composição desequilibrada das comissões eleitorais» ou «a forte presença policial em algumas assembleias de voto», concluindo que as eleições «puseram em evidência, de forma impressionante, a necessidade da Geórgia se empenhar, com determinação, a implementar uma democracia que funcione».

O gabinete de campanha

eleitoral de Patiachvili, por seu turno, denunciou fraudes maciças no escrutínio e recusou reconhecer os resultados. Segundo o chefe daquele gabinete, Mamuka Gueorgadzé, várias urnas desapareceram durante o escrutínio pelo que, afirmou, será entregue uma queixa na justiça.

Indiferente às acusações, Chevardnaze, de 72 anos, anunciou as duas prioridades para o seu governo: combater a pobreza e a corrupção (desde a independência, mais de 70 por cento da população do país vive na miséria), e pedir a adesão à Nato em 2005.



● Miguel Urbano Rodrigues

Cinco dias em Belgrado

Rever Belgrado foi doloroso. Quando conheci a cidade, há quase vinte anos, a grande sombra de Tito pairava ainda sobre a Jugoslávia. A sua herança marcava a totalidade da vida. Havia tensões, mas a atmosfera era de tranquilidade social. Esse Estado, que conquistara respeito mundial, não existe mais. Foi destruído por uma engrenagem que gerou países artificiais. Uma estratégia imperialista iniciada pela Alemanha e desenvolvida pelos EUA conduziu a matanças fratricidas em que povos da esfacelada Jugoslávia foram lançados uns contra os outros, num apocalipse de violência. A última agressão foi ideada e comandada pelos EUA. Nela o Kosovo foi peça de um ambicioso plano em que o objectivo oculto é o desmantelamento da Rússia.

Não foi surpresa reencontrar uma Belgrado triste. A capital resistiu com heroísmo à onda de barbárie norte-americana que teve a cumplicidade dos aliados europeus. Mas o seu povo não pode ser optimista. Tudo é incerto no futuro próximo de uma sociedade que, tendo sido vítima de uma monstruosa agressão, continua a ser vítima de sanções impostas pelo agressor. Belgrado não apresenta muitas cicatrizes da guerra.

Os bombardeamentos visaram alvos pré-estabelecidos como os centros de telecomunicações, a embaixada da China, a antiga sede do Partido e edifícios do Governo, a fabrica de Pancevo (cuja destruição provocou uma catástrofe ecológica), etc.

Em Novi Sad, aí sim, contemplei o rosto hediondo da agressão. As pontes sobre o Danúbio foram destruídas, bem como a televisão. Na Voivodina há uma forte minoria húngara e os EUA pretendiam com o bombardeamento estimular na Região sentimentos separatistas. Não tiveram êxito.

Em Belgrado a vida transcorre, normalmente. Os engarrafamentos são comparáveis aos de outras capitais. As feridas espirituais permanecem invisíveis ao contrário das destruições da guerra.

A pobreza não é mais ostensiva do que em Lisboa. Nas lojas a oferta de produtos impressiona. Mas a maioria das roupas e dos artigos industriais são de origem estrangeira. A agricultura produz o suficiente para o auto-abastecimento e excedentes para exportação.

Torna-se, porém, evidente que a balança comercial é muito deficitária. Como sobreviver num contexto de cerco?

As remessas dos emigrantes ajudam a tapar parte do buraco na balança de transações, mas a crise económica tende a agravar-se. O povo endivida-se para sobreviver, como me dizia o economista canadiano Chossudovsky. E essa situação não pode perdurar até porque a obtenção de recursos externos é praticamente impossível.

Não tive oportunidade de manter contactos com dirigentes jugoslavos. Estrangeiros residentes em Belgrado informaram-me de que a oposição está activa. Mas presentemente o governo de coligação tem um leque que vai da extrema-esquerda à extrema-direita. O único denominador comum entre forças políticas separadas por abismos ideológicos e programáticos é a responsabilização dos agressores. Neste contexto a direita neoliberal tem de agir com prudência. O sentimento antiamericano é tão forte que qualquer aproximação a posições dos EUA gera reacções imediatas. Entretanto, as críticas oficiais, a Washington também são tímidas. A norma é responsabilizar a NATO pela agressão, como se ela fosse uma organização autónoma, com capacidade decisória própria.

No meu último dia em Belgrado, caminhando entre a multidão pela Knes Mijailova, na velha Belgrado, sob um sol que anunciava a Primavera, fui até ao jardim que domina a confluência do Save com o Danúbio. Contemplando os bastiões imponentes da antiga fortaleza turca, meditava na história trágica e épica do povo sérvio. Aqueles eslavos do Sul foram durante séculos a trincheira da Europa cristã contra a avalanche otomana. Vencidos pelas armas, nunca se submeteram. Foi no Kosovo que a nação nasceu. Ali perderam os sérvios no século XIV contra os turcos a batalha que iria privá-los por 500 anos da independência.

Por um capricho da estratégia imperial americana o Kosovo tornou-se na viragem do milénio a espoleta de uma nova tragédia. Está hoje dominado por uma mafia albano-kosovar protegida por tropas estrangeiras que representam os responsáveis por uma monstruosa agressão.

Grande parte da humanidade não percebeu ainda o que se passou ali. Mas a história não para. Dentro de algumas décadas tudo será diferente no Kosovo e na Jugoslávia. Como e quando se processarão as mudanças?

Não há resposta para a pergunta. Muito dependerá do destino do sistema de poder imperial que tem o seu pólo nos EUA.

● Manoel
de Lencastre

A expansão portuguesa no Brasil e a fundação Regresso ao futuro

Observando à distância as comemorações do 500º aniversário da descoberta do Brasil, salta à vista que foram, até agora, exíguas, despidas de grandeza que o acontecimento merece. Na ânsia de sobrevivência diária como tripulantes da nau apressada do capitalismo, os governos de Portugal e do Brasil estão a expressar uma possível impressão de culpa e de pequenez inadmissíveis.

Culpados de quê? Será que se lamenta no Brasil ter o país sido por nós, portugueses, criado, consolidado e chamado ao desenvolvimento? Mergulhadas no caldeirão do globalismo as comemorações de tão famoso evento estão a ser ultrapassadas, rapidamente. O grande mundo internacional está a ignorá-las. Mas não devia ser assim...

A armada de Pedro Álvares Cabral organizara-se na base dos conhecimentos adquiridos pela descoberta do caminho marítimo para a Índia. Por desconfianças várias as declarações de Nicolau Coelho tinham sido acolhidas sob reserva. Mas o regresso de Vasco da Gama deixou o rei D. Manuel e a corte sem quaisquer dúvidas. Nas novas condições, Portugal iria apropriar-se do comércio mundial das especiarias e dominar o Malabar. Assim, Cabral, bem visto pelo rei mas sujeito a apreciações divergentes por outros, saiu de Lisboa com 10 naus e três navios redondos cujos capitães, além dele próprio, eram: Sancho de Tovar, Nicolau Coelho, Aires Gomes, Simão de Miranda de Azevedo, Vasco de Ataíde, Pedro de Ataíde, Simão de Pina, Nuno Leitão, Bartolomeu Dias, Diogo Dias, Gaspar de Lemos e Luís Pires.

Embarcou, ainda, o elemento religioso, composto por Frei Henrique (Ordem de S. Francisco) e cinco fra-

des. O feitor da armada era Aires Correia cujas instruções visavam o estabelecimento de um entreposto comercial em Calecute. Seguiram, também, os escrivães Gonçalo Gil Barbosa e Pedro Vaz de Caminha. Total dos efectivos a bordo: 1500 homens.

O conjunto era uma esquadra com poder militar suficiente para submeter Calecute e ditar as condições do rei de Portugal no campo dos negócios das especiarias em todo o Malabar e no sul da Arábia. Estes, até à memorável chegada de Vasco da Gama, tinham sido controlados por interesses mouros e, a outro nível, por comerciantes e banqueiros europeus. O transporte das especiarias por via terrestre era moroso e difícil. A distribuição, no mercado, onerosa. Os portugueses passariam a oferecer condições de transporte, por mar, inovadoras e mais económicas. Os preços, assim, tomariam e o mercado de vendas expandir-se-ia. Íamos para a Índia, portanto, em força...

A esquadra partiu a 9 de Março de 1500. O Inverno tinha sido rigoroso e Lisboa estava encharcada por chuvas torrenciais intermináveis. Ansiava-se pelas amenidades da Primavera. Portugal, com um milhão de habitantes, ia enfrentar dificuldades para mobilizar pessoal que permitisse ocupar e explorar os territórios do Império já em formação. Lisboa, com apenas 70

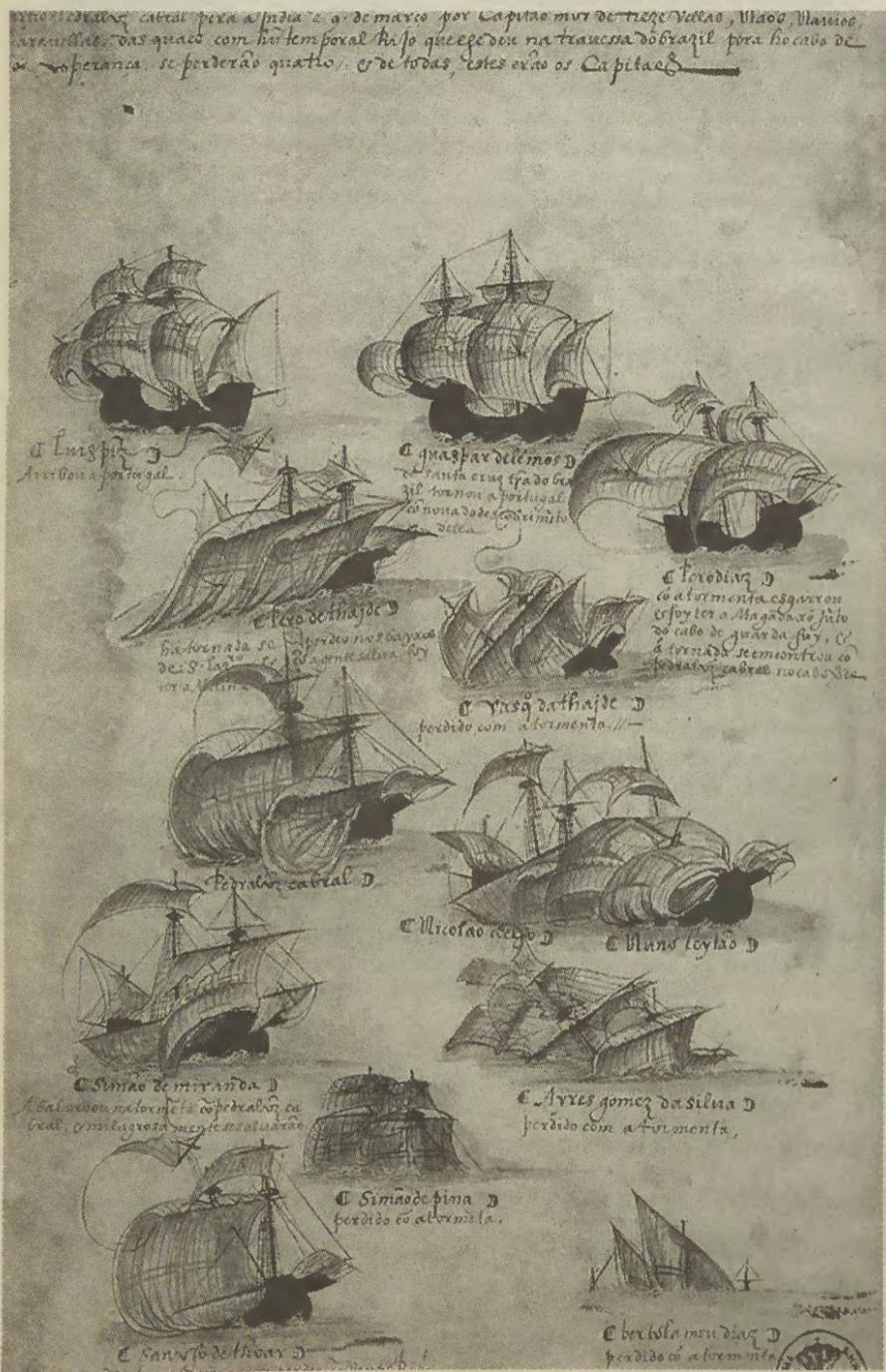
mil habitantes, recebia escravos oriundos de África. Esta «mão-de-obra especial» dividia-se nos trabalhos domésticos das melhores casas, na agricultura e em zonas de mais intensidade comercial. O nosso país possuía uma percentagem de escravos superior à de qualquer outro na Europa.

Uma tempestade violenta dispersou a esquadra. Cabral, desviado da sua rota, acabou por avistar aquilo que passaria a chamar-se terras de Vera Cruz. E confrontou-se, então, a 22 de Abril de 1500, com a atmosfera sul-americana da época, tão extremamente bem descrita por Pero Vaz de Caminha no seu relatório a D. Manuel.

Mas o destino de Cabral era a Índia. Partiu. Com a esquadra dizimada por novas tempestades chegou à ilha de Anjediva a 22 de Agosto e, a 13 de Setembro apresentava-se diante de Calecute. Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho já tinham mergulhado no passado, como outros. Mas, sem que o suspeitassem, os portugueses tinham descoberto o futuro quando o tempo presente da sua chegada à Índia mal começava a cumprir-se. Viveriam, mais tarde, tempos de conflito com povos asiáticos e abutres europeus, conheceriam mares de mil intranquilidades, abraçar-se-iam à morte e ao desespero, mas acabariam por regressar ao futuro.



Em Março de 1500 partiram de Lisboa 10 naus e três navios com 1500 homens a bordo. À frente da empresa estava Pedro Álvares Cabral



Para o Brasil... em força

As primeiras décadas portuguesas no Brasil foram de passagens de marinheiros e comerciantes. Logo se descobriu o valor do pau-brasil. Corsários franceses e outros, mostravam-se no horizonte. Certos portugueses decidiram mudar de vida e juntaram-se às tribos índias. Aos poucos, estabeleceu-se uma economia rudimentar de pequenas trocas. Mas, 30 anos após o aparecimento de Cabral, já se criava um sistema de «capitanias hereditárias» que, efectivamente, dividia o Brasil até onde fosse possível. A ameaça dos franceses conduziu o rei de Portugal, D. João III, a encarar a sério a colonização dos novos territórios. Em 1549, Tomé de Sousa surge na cena histórica como primeiro governador-civil e funda São Salvador da Baía para sede do governo. Mem de Sá fundaria São Paulo, pouco depois.

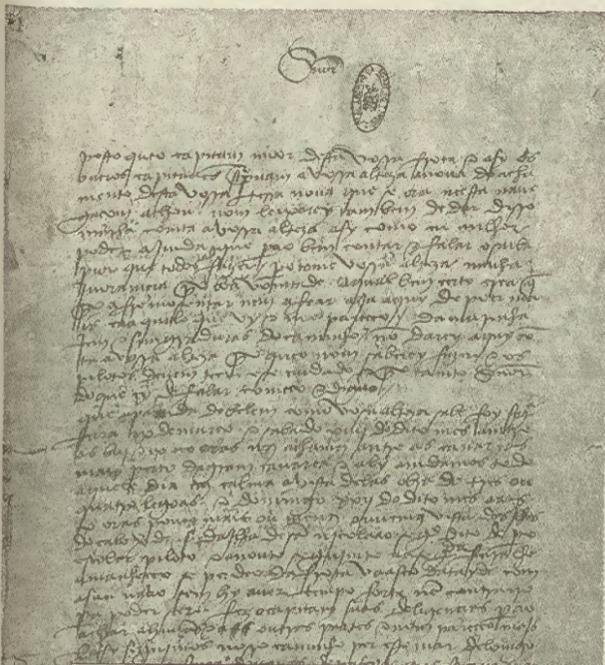
Numa Lisboa asfixiada pelas consequências da grande aventura da Índia, incluindo o crescente endividamento à banca estrangeira, e a crise de princípios que se generalizava, o Brasil foi logo visto como fonte adicional de rendimentos e de especulações. Também os religiosos viram ali um grande mercado e Manuel da Nóbrega com José de Anchieta, partiram, igualmente, para lá. As potências que pretendiam aproveitar a rota pioneira dos portugueses (Holanda, França, Inglaterra) ameaçavam a presença

portuguesa no Brasil. Em 1555, o francês de Villegagnon fundava uma pequena colónia junto à baía do Rio de Janeiro. Mem de Sá destruiu-a e fundou aquilo que é, hoje, a cidade-símbolo de todo o país.

Por esta altura, dado o intenso aumento de chegadas de gente oriunda de todos os quadrantes podia dividir-se a população do Brasil, segundo o professor C. R. Boxer, em várias categorias: 1. marinheiros e marítimos; 2. mercadores e comerciantes ao serviço de patrões em Portugal; 3. artífices e artesãos por conta própria (pedreiros, carpinteiros, alfaiates, ourives, sapateiros, etc.); 4. trabalhadores assalariados, capatazes, encarregados nas plantações de açúcar, todos por conta de terceiros; 5. patrões, «senhores do engenho» e donos das plantações de açúcar.

Naturalmente, a falta de mão-de-obra para que pudesse aumentar o ritmo de exploração das actividades já criadas e avançar em novos projectos, tornou inevitável o transporte de escravos para o Brasil. Depois da fundação da cidade de Luanda (1575), Angola passou a ocupar o primeiro lugar como fornecedor de escravos. Aliás, a escravatura dos índios do Brasil tinha sido proibida pelo rei de Portugal, em 1570. A mão-de-obra escrava ia, principalmente, para Pernambuco e para a Baía.

de um país novo



Em cada engenho de açúcar trabalhavam 50 escravos



O relatório de Pero Vaz de Caminha. Uma descrição pormenorizada da viagem e da chegada a terras de Vera Cruz

Império do açúcar, império do ouro

Do famoso relatório de Pero Vaz de Caminha:

«Parece-me que são pessoas de tanta inocência que, se pudéssemos percebê-los e eles a nós, em breve se tornariam Cristãos, porque não parecem ter ou compreender qualquer forma de religião... Porque é certo que esta gente é boa e de simplicidade pura e que pode facilmente gravar-se neles qualquer crença que se lhes deseje dar. E, demais, Nosso Senhor deu-lhes belos corpos e boas caras como a homens bons, e se Ele nos trouxe aqui, creio, não foi sem propósito... havia entre eles três ou quatro raparigas muito novas e muito belas, com cabelo muito preto, comprido, sobre os ombros, e com as suas partes íntimas tão altas, fechadas e desprovidas de pêlo que não sentíamos vergonha nenhuma em fixá-las... uma das raparigas estava toda pintada da cabeça aos pés com aquela tinta (preta-azulada), e era tão bem feita e torneada e a sua ausência de vergonha tão encantadora que muitas mulheres da nossa terra, se vissem tais atractivos, se sentiriam envergonhadas por os seus não serem como os dela.»

A esperada falência da economia portuguesa em fins do século XVIII, apesar da profunda crise, não se verificara devido às receitas suplementares realizadas através da produção e venda de açúcar. Desde 1542 que este produto era obtido em Pernambuco. Vasco Eduardo Coutinho possuía 4 engenhos no território de Espírito Santo. No Paraíba do Sul, Pedro Góis montara um engenho de água e começava a ensaiar a tracção animal. Segundo nos relata Lúcio de Azevedo – «Épocas do Portugal Económico» – escrevera a Martim Ferreira, seu sócio em Lisboa, nos termos seguintes: «Dois engenhos de cavalos moem tanto como um de água bom.»

Francisco Pereira Coutinho começara com dois engenhos, na Baía. O grande engenho de Sergipe, fundado por Mem de Sá, viria a ser o mais importante do país. Os «senhores do engenho», assim, criaram o império do açúcar e a Coroa, recebedora de rendas e direitos de valor importante, aguentava-se no delírio das suas despesas monumentais.

O capital gerado pela apropriação de recursos, pelo seu desenvolvimento e pela exploração feroz do trabalho escravo começaria em breve a criar ilusões de poderio e riqueza nos meios da família real, da velha aristocracia e dos negócios comerciais que emergiam em Lisboa e no Porto. Mas desse capital o povo português nada veria posto que era, também, furiosamente explorado no delírio de condições em que o poder obtinha vantagem exclusiva mas não conseguia, completamente, controlar.

Ainda de acordo com Lúcio de Azevedo, «o estabelecimento de um engenho de regular categoria, com escravos, não importava em menos de dez mil cruzados. Cinquenta trabalhadores negros, 15 a 20 juntas de bois, carros, barcos, ferramentas e aparelhos de fábrica, além de capital para despesas de preparo, salários de mestres e operários livres, manutenção do pessoal escravo até o produto ser vendido, tudo isto requeria grandes somas.»

res de aventureiros e a própria Coroa. As minas do Rio das Velhas abriram-se, então, à ganância extrema de muitos e ao êxtase de alguns. A região em que se localizavam passou a chamar-se Minas Gerais.

Por esta altura (1701-1713) o afluxo de portugueses ao Brasil e às regiões produtoras de metais preciosos e diamantes crescia espectacularmente. Os esforços da administração portuguesa para desalojar os paulistas das áreas de produção aurífera e diamantífera resultaram numa guerra aberta com leis (Guerra das Emboadas). Mas os portugueses conseguiram o seu objectivo e ganharam o controlo, também, de Mato Grosso e Goiás.

Em 1732 trabalhavam em Cerro do Frio (Minas Gerais) cerca de cinco mil escravos. Nada podia sustentar a expansão portuguesa nos domínios produtivos e no alargamento territorial. Em 1750 (Tratado de Madrid), a Espanha reconhecia a presença portuguesa nas áreas do Amazonas e do Paraná, o que foi confirmado pelo tratado de Santo Ildefonso (1777). As posições portuguesas abrangiam territórios muito para além dos previstos pelo Tratado de Tordesilhas – mas uma nova realidade, inelutável, havia-se imposto. Os portugueses, contra ventos e marés, tinham feito nascer uma gigantesca nação onde o idioma de Camões triunfava para glorificar-se, mais tarde, com Machado de Assis e Graciliano Ramos.

... mas Portugal foi traído

Pertenceram ao Marquês de Pombal as reformas mais vastas e rasgadas. A administração foi unificada e a capital transferida para o Rio de Janeiro. O comércio entre o Brasil e Portugal foi encorajado. Certas restrições no capítulo da tributação foram removidas. Criaram-se empresas. Pessoal já formado no Brasil e treinado pelo governo português começou a ocupar lugares relevantes. No fim do século XVIII a população do novo país era superior a 3 milhões de almas (843 mil brancos, um milhão e quinhentos mil negros, 628 mil mestiços, 259 mil índios). Esta população, superior à de Portugal, vivia, principalmente, nas regiões de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Baía. Em 1755, nascia, no Rio de Janeiro, António de Moraes e Silva, o autor do célebre dicionário. Mas a obra portuguesa no Brasil cairia vítima de dois novos inimigos potenciais – a extrema vaidade e a natureza dissipadora dos Braganças, por um lado, e a Grã-Bretanha, por outro.

A situação internacional criou condições para que os esforços dos portugueses no Brasil e em Portugal tivessem de ser equacionados relativamente ao seu desastroso comércio com a Grã-Bretanha. A chantagem em que o governo do príncipe-regente se deixou envolver por não ser independente levaria à fuga da família real e de quase toda a classe dirigente para o Brasil. Londres anexava as remessas que pertenceriam a Lisboa em nome dos seus créditos comerciais e financeiros. Gradualmente, os ingleses ganharam o controlo de todo o comércio externo do Brasil e o capitalismo português era feito desaparecer da cena sem honra e sem dignidade.

O Brasil nasceu do trabalho de gerações de homens com ambição e de milhões de trabalhadores negros que sofreram na alma e na carne e foram massacrados pelas exigências dos interesses da produção organizada por processos desvairados. O que os portugueses fizeram para que o Brasil seja o que é agora, apesar do seu estrangulamento brutal e assassino por parte do capitalismo global, foi uma obra de gigantes.

Importações de ouro e diamantes do Brasil e de mercadorias inglesas para Portugal 1711-1750 (em milhares de libras esterlinas)

Período de cinco anos	Ouro e diamantes brasileiros	Mercadorias inglesas
1711-1715	728 000	638
1716-1720	315 168	695
1721-1725	1 715 201	811
1726-1730	693 465	914
1731-1735	1 113 980	1024
1736-1740	1 311 175	1164
1741-1745	1 371 680	1115
1746-1750	?	1114

Escravos nas minas



Glória...

O primeiro reconhecimento do Amazonas abriu caminho a novas expectativas. Grupos de caçadores de escravos índios penetravam o interior de São Paulo (1629) e simultaneamente, ajudavam a estabelecer o domínio português no Paraná superior. Eram paulistas cujos princípios sociais e ideológicos agitavam a conjuntura.

Por seu lado, os esforços dos jesuítas, que abriam novas missões no Sul e procuravam observar as leis de protecção aos índios, conduziram a uma situação conflituosa entre paulistas e portugueses cujas repercussões não seriam pequenas. Seria um paulista, Fernando Dias Pais (Leme) quem daria os primeiros passos (1673) no sentido que todos desejavam – a descoberta de ouro e de diamantes que tanto obcecava milha-

Número de navios utilizados no comércio entre a Baía e a África Ocidental (1681-1710)

Período de cinco anos	Costa da Mina	Angola
1681-1685	11	5
1686-1690	32	3
1691-1696	49	6
1697-1700	60	2
1701-1705	102	1
1706-1710	114	0

Livros



O Mestre de Nós Todos
Antologia
de João de Araújo
Correia

O conto será porventura uma forma literária muito amada dos portugueses. Entre os que lêem ficção, entenda-se. E entre os que a escrevem também. Vá lá saber-se porquê. Talvez por parecer requerer, tanto de uns como de outros, um trabalho «menor». Por, rapidamente, dizer muito. Por não precisar de uma elaborada construção, de uma arquitectura projectada e sólida que não deixe a obra «vir abaixo». Talvez. Mas, se não considerarmos aqui os contos-tentativa que qualquer ficcionista escreveu nos primeiros passos da sua lidaça com as palavras ou aqueles outros que o mesmo fará em fim de carreira, com a pena já mais frouxa, sobram, para agrado dos leitores, os verdadeiros contistas - os que escolheram esta forma literária que melhor corresponderá ao seu espírito sintético, ao seu fôlego de escrita, à sua respiração. E entre estes, muitos ainda, alguns avultam, pela qualidade - e também pela quantidade de que aquela será filha.

Estas considerações, se calhar abusivas na recensão de um livro, vêm a propósito da antologia de contos de **João de Araújo Correia**, que a **Campo das Letras** lançou há pouco e à qual o seu organizador, **José Braga-Amaral**, chamou com felicidade **O Mestre de Nós Todos**.

É que, de facto, **João de Araújo Correia** é um mestre do conto. Talvez mesmo *o Mestre*. Se não de todos, pelo menos de muitos. De leitores e de escritores. Mesmo daqueles - não acreditamos - que o não leram, mas que receberam dele, por via indirecta de muitas outras leituras, a ressonância da arte deste escritor duriente, nascido há cem anos em Peso da Régua.

Dele escreveu Óscar Lopes: «Nenhum contista nos dá a saborear, tão vivo e puro, o nosso idioma; nenhum outro sabe, tão bem, mobilizar e objectivar numa história as circunstâncias do enredo, o carácter psíquico e social do narrador - pois os próprios leitores têm por vezes a impressão de mover-se nos seus contos como numa câmara de cinema (...).»

Escritas há muito, estas palavras duram. Como os contos de João de Araújo Correia que, lidos hoje, nos desvendam as raízes do que somos.

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho



Há meio século

Em 1953, a editora francesa Arthaud enviava pela primeira vez a Portugal um fotógrafo que, então com 30 anos, conquistara já uma sólida reputação no seu país: Jean Dieuzaide. As visitas repetiram-se nos anos seguintes (1954 e 1956), tendo como objectivo a publicação do livro **Le Portugal**, saído em 1956 com um texto de Yves Bottineau. Entretanto, Dieuzaide conquistara o mais importante prémio de fotografia francês, o **Prix Nièpce**, em 1955, com as suas imagens feitas em Portugal.

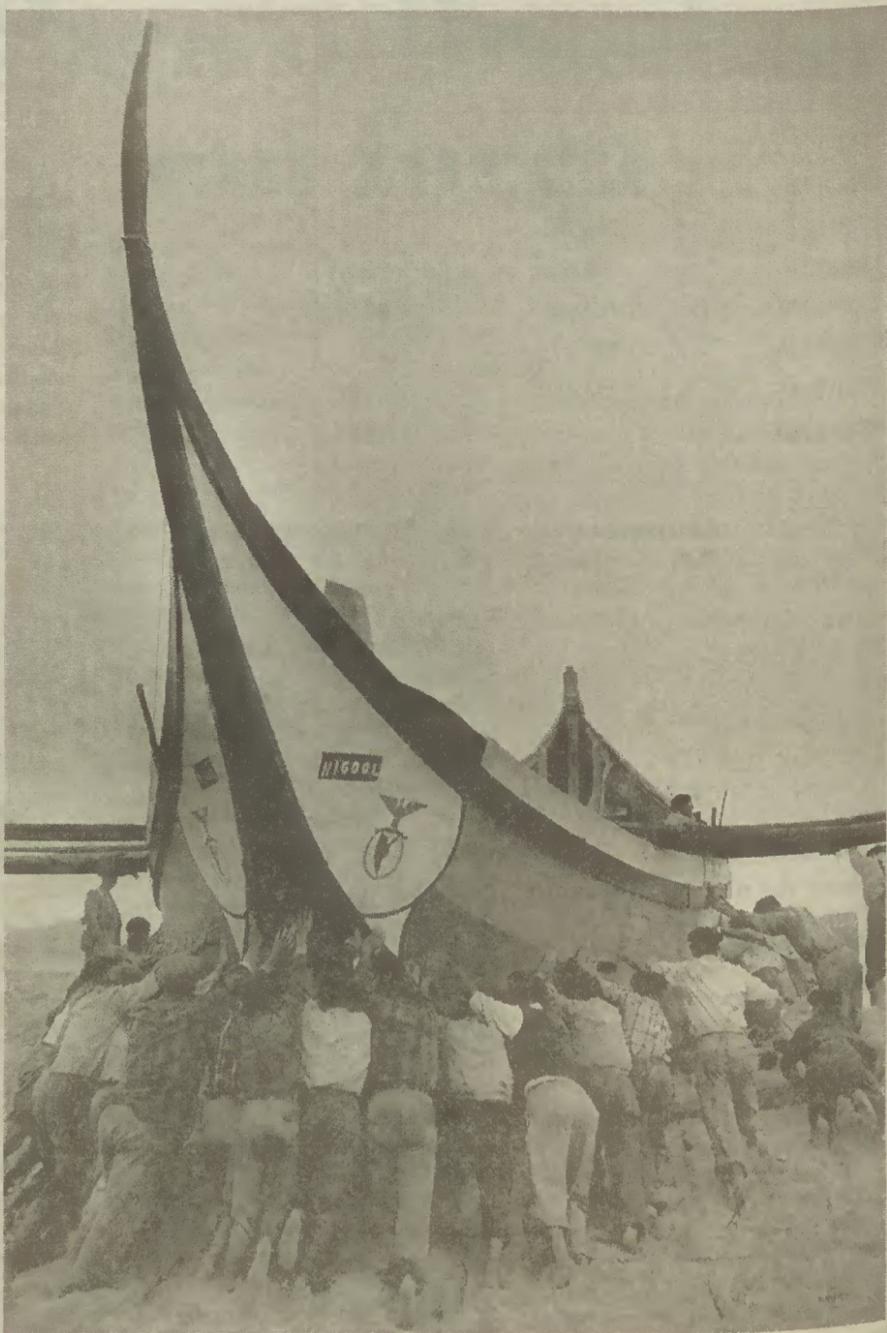
O trabalho de Dieuzaide seria ainda parcialmente utilizado em nova publicação, **Voyages en Ibérie**, surgido em 1983 nas edições Contrejour, mas seria necessário aguardar por 1987 para que a cidade de Toulouse (onde Dieuzaide fundou em 1975 a Galeria Municipal do Castelo de Água) organizasse uma exposição integral dos trabalhos, acompanhado da edição do livro **Portugal 1950**, com um texto de Eduardo Lourenço.

Homem de esquerda, esteticamente ligado às correntes neo-realistas do cinema e da fotografia, Dieuzaide apaixonou-se literalmente por Portugal e particularmente pelo seu povo. Um povo pescador e rural que a sua objectiva fixou, como bem salienta Eduardo Lourenço, na simultaneidade da dureza da sua vida de trabalho e da dignidade do seu porte, num conjunto de imagens que directamente recordam o desenho e a pintura de Rogério Ribeiro, Dourado, Pomar, Pavia que na mesma época traziam os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo à protagonização das suas obras.

Se constituem uma denúncia da pobreza desse povo trabalha-

dor no Portugal sombrio dos anos 50, as fotos de Dieuzaide reflectem contudo a consciência que se postava detrás da máquina sobre o papel do povo, a sua capacidade

de resistência e a inevitabilidade da sua acção transformadora. Daí a impressionante modernidade destas imagens, a sensação de confiança e determinação que transmitem.



Internet

• Jorge Figueiredo

Linux o sistema operativo comunista

A Internet é uma ferramenta maravilhosa e com um enorme potencial. A sua principal força é permitir a cooperação e a troca de informações entre pessoas de todo o mundo — ela é internacionalista por natureza. Contudo, este potencial não pode ser completamente atingido no modo de produção capitalista, que é baseado na competição e não na cooperação. A busca do lucro máximo comanda o sistema. A lei do desenvolvimento desigual e combinado também se aplica plenamente à Internet: basta ver as abissais diferenças de acesso à rede entre os continentes, os países, as regiões de um mesmo país e as classes sociais de cada país.

Um exemplo da gigantesca potencialidade de cooperação da Internet foi a elaboração do sistema operativo Linux. O projecto foi lançado por um finlandês (Linus Torvalds), que decidiu tornar público o programa-fonte. Assim, nele puderam trabalhar centenas de programadores de todo o mundo, que também desenvolveram inúmeras aplicações. Isto resultou num sistema operativo melhor do que o Windows. Foi a vitória da cooperação sobre o monopólio. A Microsoft foi batida em qualidade de produto (não ainda em domínio de mercado, mas isto é tema para outra conversa). Pode-se dizer que o Linux é um sistema operativo comunista, por ser o resultado de um esforço colectivo organizado e por ser cedido de borla a quem dele necessitar. Isto é progresso verdadeiro, ainda que sem lantejoulas publicitárias. Trata-se de um avanço real para a humanidade.

Isto vem a propósito da «notícia» que circulou na rede no passado dia 24 de Março: a Assembleia Nacional Francesa teria decidido aprovar uma Resolução (n.º 495, especificava-se no texto) proibindo todos os serviços públicos do país de usarem qualquer software com programa-fonte fechado. Isto significaria a eliminação da dobradinha Windows-Office do serviço público, que obriga o Estado a gastar milhões com softwares (pesados, caros, cheios de bugs, e sempre a desactualizar-se) e com renovações constantes de hardware (para aguentar os softwares cada vez mais pesados). Ou seja, uma lei assim abriria caminho para os sistemas operativos e as aplicações abertas, como as do Linux. Seria bom que este boato fosse verdadeiro. Mas uma pesquisa no sítio da Assembleia Nacional Francesa (www.assemblee-nat.fr) não indicou a existência da dita Resolução 495. A França, governada pelo capital monopolista (ainda que com roupa-



gens socialistas), continua submissa à ditadura da Microsoft. O sítio da Associação Francesa de Utilizadores Linux (www.aful.org) dá conta de preocupação inversa: os governos europeus encaram a possibilidade de legalizar, em 24 e 25 de Junho próximo, a patenteabilidade de software. Até agora a convenção de Munique garante a não patenteabilidade, o que dá à Europa uma vantagem competitiva em relação aos EUA. Mas se esta disposição for revogada isso será mais um passo na escalada da globalização neoliberal, uma vitória dos monopólios.

Sítio da semana

Outra guerra, mais cruenta, é a luta do povo colombiano contra a oligarquia que infelicitou o país, com o apoio das forças armadas locais, de organizações paramilitares criminosas e do imperialismo ianque. Esta guerra brutal trava-se por trás de uma muralha de silêncio, pois os media mundiais quase não se lhe referem. No entanto, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Ejército Popular (FARC-EP) mantêm há décadas uma luta heróica pela libertação nacional, com uma forte base de apoio entre o campesinato. A página principal das FARC-EP pode ser vista em:

<http://burn.ucsd.edu/~fare-ep/>

A intervenção militar ianque na Colômbia já começou, embora a comunicação social o esconda. O Congresso norte-americano fixou em 289 milhões de dólares a «ajuda de segurança» à Colômbia (é o maior receptor, depois de Israel e Egipto). E o general Barry McCaffrey, do Comando Sul, pediu que a verba fosse elevada para mil milhões. O pretexto para isso é o combate ao narcotráfico, como se a CIA não fosse a maior traficante do mundo (como se verificou na América Central e no Sudeste asiático, com a utilização do dinheiro da droga para o financiamento das suas guerras sujas). Neste momento há mais de 300 militares ianques na Colômbia, além de muitos outros em bases nos países vizinhos (Equador e Panamá) encarregadas da espionagem electrónica no subcontinente latino-americano.

Comentários a este texto devem ser dirigidos a: jfigueiredo@apexmail.com

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Zoo Diako

Carneiro

Pouca saúde.
Pouco dinheiro.
Chatices muitas.
Muita mágoa.



Que tal um copo de água?

Touro

A hora triste.
O espanto.
O vento agreste.
O sol, no entanto,
não desiste
de nascer a leste.



Gêmeos

O teu emprego está em perigo.
Treme o teu ordenado.
Nós, astros, não temos culpa.
Procura noutro lado.



Caranguejo

Irás ao estrangeiro.
É o teu sonho. Quem to impede?
Mas aí de quem sonha
matar longe a sede.



Leão

A tua flor não é a rosa
na poltíca do instante.
Mas vais usá-la no cabelo
febril, de uma noite amante.



Virgem

Signo pouco propício
às artes de faquir.
Evita cair
no precipício.



Balança

Garantida
boa prenda
nesta altura:
tiras a venda
escura.



Escorpião

A Direita
espreita
longe e aqui.
Se a julgas conformada
não dou nada
por ti.



Sagitário

Acenam-te com dólares?
Desconfia.
Hum... Não há dólar
sem sabor a CIA.



Capricórnio

Esquece. Esquece
a flor perdida. Esquece
o amor estradivário.
Talvez para compensar
venhas a ser subsecretário.



Aquário

Tua pedra é a granada.
Sê exigente.
Ambicioso.
Não queiras nada.



Peixes

O nome? A glória? O ouro?
Vãs todas as promessas.
Deixa lá Estrasburgo.
É melhor Caneças.



Cartoon

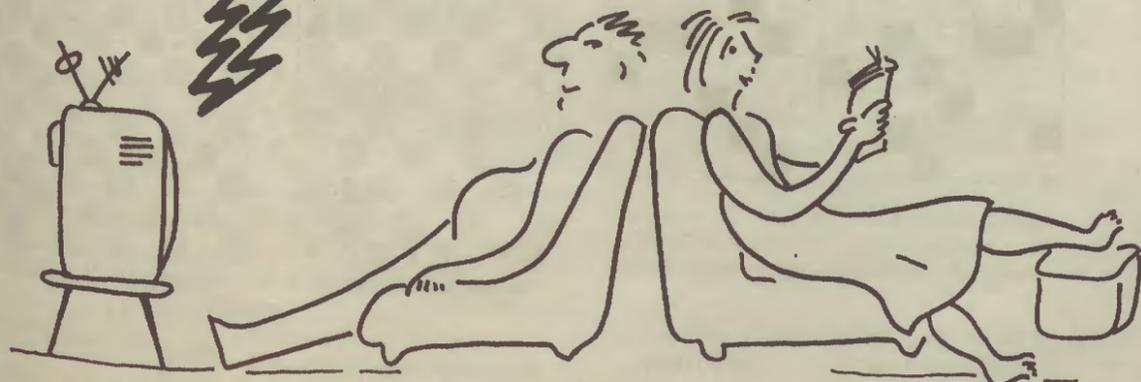
• Monginho

POR 100 LITROS DE GASOLINA

... DÍGA QUEM PERDEU
NA ÚLTIMA JORNADA....

- (A) - BENFICA
- (B) - PORTO
- (C) - SPORTING

ENQUANTO O ÁRBITRO
FÔR O GUTERRES...
SOMOS NÓS!



mj-

Teatro

• Maria Helena Serôdio

O Teatro invisível

Esta expressão é uma das propostas de Augusto Boal para um teatro de intervenção que praticou na América do Sul. Será um tipo de representação a fazer-se em lugares públicos não especificamente destinados ao teatro, mas que sejam muito concorridos, como na rua, à porta do cinema, num restaurante, num mercado, etc. Os protagonistas serão actores, mas tudo farão para dar ao seu trabalho o ar de uma não-representação, ensaiando tão meticulosamente a sua intervenção a ponto de preverem várias possibilidades de reacção do «público».

Uma das hipóteses propostas seria a «discussão» num restaurante. O actor, fingindo-se um comensal vulgar, pediria uma iguaria mais fina do que o prato do dia, e em voz alta comprometer-se-ia a pagar o preço que o empregado lhe indicava e que era bastante elevado. Depois de bem comer, comentaria alto que lhe soubera muito bem, mas que lamentava não poder pagar... em dinheiro. Oferecer-se-ia então para pagar a despesa com a sua «força de trabalho»: podia encarregar-se do lixo, por exemplo. Um outro actor, sentado numa outra mesa dirá que conhece alguém que tem essa profissão, mas cujo salário é muito baixo. Feitas as contas, teria de trabalhar dez horas para pagar aquele prato

e que tem merecido designações como «câmara escondida» ou «apanhados» e que só procura provocar o riso, às vezes de forma bem discutível.

Mas o título, que eu aqui proponho, visa também falar de uma outra «invisibilidade»: refiro-me a uma série de acções teatrais dinamizadas por gente de teatro mas que não visam a espectacularidade do evento teatral propriamente dito, nem saltam facilmente para as páginas dos jornais. É o «teatro» feito nos hospitais psiquiátricos, nas prisões, com crianças inadaptadas, em muitas escolas, em localidades, etc.

Sei de experiências muito interessantes que parecem ter excedido as expectativas, outras que se calhar envolveram um grande esforço e não parecem ter trazido grande satisfação a quem nelas tanto «investiu» em trabalho e afecto. São, porém, riquezas culturais importantes que faz sentido apoiar e que talvez merecessem uma maior visibilidade e uma mais concertada discussão entre todos os que a elas se dedicam.

Há nessas experiências não apenas um sentido de dádiva por parte de todos quantos nelas participam mas também a ampliação de possibilidades do humano (conquistado numa forma de prática artística), bem como a criação de uma cumplicidade muito especial capaz de vínculos sociais e afectivos importantes.

Esse tipo de vínculo encontra-se também no campo do teatro de amadores, embora seja evidente que as condições em que ele hoje é praticado sejam substancialmente diferentes das que existiam nos anos 60. Há hoje uma maior dispersão por muitas outras formas de actividade cultural e recreativa (porque são muitas as solicitações que concorrem com o teatro), e há um certo desequilíbrio nos apoios que são facultados a grupos de teatro que estarão numa idêntica zona de semi-profissionalismo.

Mas algumas dessas companhias de teatro, que iniciaram a sua actividade em princípio dos anos 70, têm sabido manter uma notável capacidade de intervenção cultural e artística,

mesmo sem as condições económicas desejáveis. É o caso do «Intervalo, Grupo de Teatro», que foi «Primeiro Acto» em Algés, e que hoje, mercê de vicissitudes várias, tem esse outro nome e uma nova residência, em Linda-a-Velha. Liderado por Armando Caldas, tem mantido uma actividade muito regular e vem praticando um repertório variado que tenta responder a gostos diversificados. Recentemente celebrou Lorca, reviu Almeida Garrett, encenou Ibsen, e tem hoje em cena uma comediazinha de boulevard muito ligeira de Labiche: *Os trinta milhões de Mister Bill*. Não faltam nesta adaptação pequenas «buchas» com sentido de oportunidade e humor, e interpretações muito seguras e de grande comunicabilidade de Fernando Tavares Marques e Helder Anacleto (dois já veteranos) e da jovem Paula Manso no papel de «cocotte». E, mais uma vez, no conjunto de actores, criadores e técnicos que mobiliza, e no público que tem sabido atrair, vai criando cumplicidades. Bem visíveis a quem lá vai.

Pontos Cardeais

Jardinadas

Continua a ser um mistério a complacência de que gozam, por parte das autoridades do país, Alberto João Jardim e seus apaniguados PSD nos órgãos regionais da Madeira. A mais recente polémica desencadeada por esta gente prende-se com a questão da proporcionalidade eleitoral na atribuição de mandatos na Assembleia Regional, que Alberto João Jardim e companhia pretendem subverter não apenas ao arripio do imperativo constitucional, mas também fazendo-o através de legislação regional, em flagrante apropriação de uma competência que é exclusiva da Assembleia da República. Com infinita paciência, as autoridades da República mais uma vez se deixaram envolver num extenuante apuramento dos factos em sede institucional, de modo a expor a evidência do que já é evidente, preto no branco e por força de lei.

Que esta gente passe a vida a lançar campanhas demagógicas, percebe-se. É disso que vive e é nisso que tem alicerçado a sua perpetuação no poder. O que não se percebe é como se lhe consente que crescentem a seu belo prazer o insulto grosseiro às instituições democráticas, aos seus titulares e ao próprio regime democrático.

Se os desvarios desta gente já cansam, tanta complacência já farta.

Fujimori

As eleições presidenciais no Peru estão a agitar o país, com o presidente Alberto Fujimori a ser abertamente acusado de «chapelada» eleitoral e os protestos a subir de tom, dado que

os resultados estão a surgir a conta-gotas e à óbvia medida dum alegada vitória do candidato-presidente, contrariando grosseiramente todas as previsões apuradas à boca das urnas. A comunidade internacional e os próprios EUA – eternos adeptos dos governos «musculados» à Fujimori – não podem esconder a incomodidade perante o rumo dos acontecimentos e já balbuciam a sua «inquietação» pela hipótese de fraude, embora não façam mais do que isso.

O extraordinário é que as tais grandes democracias ocidentais – mais uma vez com os EUA à cabeça – não tenham reagido a montante destes acontecimentos. Quando Fujimori deu um autêntico golpe de Estado, alterando a Constituição para «legalizar» a sua candidatura a um terceiro mandato – expressamente proibido no texto constitucional –, onde estavam as «inquietações» dos EUA e seus democráticos amigos?

Provavelmente na mesma situação em que se encontram agora: cegas, surdas e mudas...

Descidas

Nem de propósito: o preço do crude nos mercados internacionais (que é como quem diz, o preço do petróleo) desatou a cair de há uma semana para cá e já está quase nos 20 dólares por barril, o tal preço abaixo do qual o ministro Pina Moura garantiu que iria fazer baixar os preços dos combustíveis no nosso país.

Neste jogo de descidas, vamos ver quem desce mais – se o preço dos combustíveis se as promessas de Pina Moura e do Governo de António Guterres.



(que teria comido em dez minutos). Seguir-se-ia um comentário escandalizado perante a desproporção entre o que se ganha em empregos modestos e o preço de uma refeição saborosa servida num restaurante. Outras propostas de trabalho seriam sugeridas (jardineiro, por exemplo), novas reacções de surpresa e escândalo, até que um outro actor proporia que se fizesse uma colecta para ajudar a pagar a conta, o que levaria a reacções muito diversas por parte do «público»: desde a vontade de ajudar até à condenação de quem ambicionou comer melhor do que os outros.

Não será fácil investir neste teatro de intervenção hoje em dia, embora estas técnicas de «agit-prop» possam ser experiências curiosas do ponto de vista sociológico. Sei de algumas companhias noutros países que ainda apostam neste tipo de teatro de rua mais ou menos «disfarçado», mas que não visa a intervenção política, antes procura comentar certos procedimentos do quotidiano. E depois há a versão «degradada» do que tanto se explora em televisão

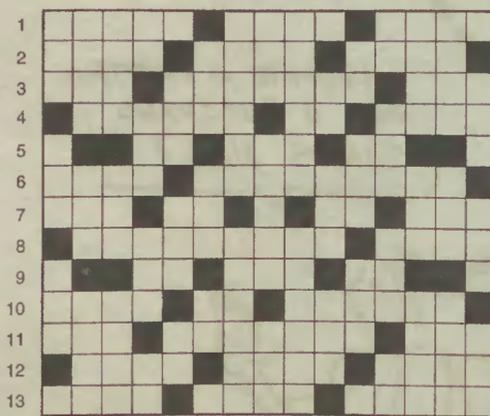
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Penhor; impedimento; berro. 2 – Vassourar o forno, depois de aquecido; peça de vestuário feminino; voz do gato. 3 – Emprega-se para excitar ou animar; janota; anuência. 4 – Indústria de oleiro; grito de dor; fruto carnudo, mais ou menos esférico. 5 – Letra do alfabeto grego; ofereci; contr. da prep. de com o art. def. a. 6 – Isca para a pesca; tornar sonoro. 7 – Norma social; laçada; andava; regressar. 8 – Que consta de um só verso; urgência de tomar alimento. 9 – Artigo definido; aia; letra grega. 10 – Nome de mulher; doutor (abrev.); irmã de caridade (fig.). 11 – Grande quantidade; aplanara; fileira. 12 – Peça de vestuário larga e cómoda; pressa; nome de mulher. 13 – Planície à beira de um rio; alocação; dispositivo adaptado aos aparelhos fotográficos portáteis, para focar convenientemente os objectos a fotografar.

VERTICAIS: 1 – Unidade das medidas agrárias equivalentes ao decâmetro quadrado; nome de homem; prep. 2 – Emanação; ausência; batina de eclesiástico. 3 – Verdadeiro; apetite sexual nos animais; almofariz. 4 – Atmosfera; argola; hora do ofício divino, entre as sextas e as vésperas, que corresponde às 15 horas; a ti. 5 – A favor; laçadas; palavras havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas. 6 – Compreendo; solitários; quinhentos e cinquenta em numeração romana. 7 – Desequilibrado; pauta de preços. 8 – Camareira; finalmente; o meridiano. 9 – Famel; tramóia. 10 – A tua pessoa; curso de água doce; altar. 11 – Contr. do pron. pess. compl. me com o pron. pess. a; estado atmosférico; red. de para. 12 – Interj. de dor; bonança; vende a crédito; graceja. 13 – Liso; insignificância; espécie de bigorna. 14 – Mau; víscera dupla; elevado. 15 – Red. de maior; soberano; rio da Suíça.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 – Rato; 2 – Rato; 3 – Rato; 4 – Rato; 5 – Rato; 6 – Rato; 7 – Rato; 8 – Rato; 9 – Rato; 10 – Rato; 11 – Rato; 12 – Rato; 13 – Rato; 14 – Rato; 15 – Rato.
VERTICAIS: 1 – Rato; 2 – Rato; 3 – Rato; 4 – Rato; 5 – Rato; 6 – Rato; 7 – Rato; 8 – Rato; 9 – Rato; 10 – Rato; 11 – Rato; 12 – Rato; 13 – Rato; 14 – Rato; 15 – Rato.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Xadrez

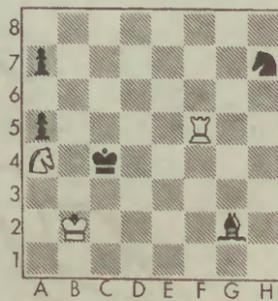
DCCXLVIII - 13 DE ABRIL DE 2000

PROPOSIÇÃO N.º 2000X14

Por: M. Aizenshtat, «64», 1931

Pr.: [5]: Ps. a5, a7-Ch7-Bg2-Rq4

Br.: [3]: Ca4-Tf5-Rb2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X14 [M.V.K.]

1. Tf7, Bc6; 2. T:h7, B:a4; 3. Th4+, Rb5; 4. Td4, a6; 5. Rg3 e.g.

A. de M. M.

Damas

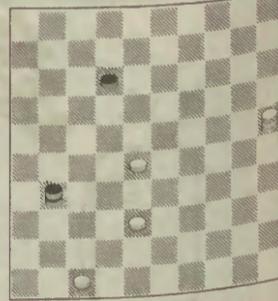
DCCXLVIII - 13 DE ABRIL DE 2000

PROPOSIÇÃO N.º 2000D14

Por: K.W. Kruijswijk, NL, 1955

Pr.: [2]: 12-(31)

Br.: [4]: (25)-28-38-47



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D14 [K.W.K.]

1. 25-3, (12-18); 2. 28-22, (18x27); 3. 3x26, (31-36); 4. 26-31+; 3. (31-48); 5. 47-42+; 1. (31-26); 2. 3-21+ A. de M. M.

Melhores salários Emprego com direitos Mais valor ao trabalho

Dia 15, no Forum Picoas,
em Lisboa

No encerramento da campanha,

Encontro Nacional de Quadros

Lutar, intervir

Com os trabalhadores e os seus direitos

Reforçar o PCP

Intervenção de Carlos Carvalhas no encerramento

Sexta-feira, 14, às 17h30

Desfile no Porto

Acção de esclarecimento junto da população

(início junto ao CC «Via Catarina»)

com a participação de Carlos Carvalhas

Outras acções no encerramento da campanha

SETÚBAL

- Hoje, quinta-feira, na cidade de Setúbal
- Contactos com os trabalhadores no Hospital S. Bernardo, CM, Trabalhadores do Comércio, na Baixa, C. R. Segurança Social, Merloni, Secil
- Segunda-feira, 17, no Barreiro - Encontro concelhio de Quadros para balanço da campanha

CASTELO BRANCO

Hoje - Distribuição de documentos na Delphi, Confeções Camila, Centauro, Centro Comercial Santiago, Passeio Branco; na Dielmar, em Alcains

COIMBRA

Hoje - Distribuição de propaganda no Hospital da Universidade

COVILHÃ

Sexta-feira - Distribuição de propaganda no Parque Industrial, Pelourinho, Vila Carvalho, Paulo Oliveira; na Carveste em Belmonte; no centro de Fundão e Tortosendo.

LISBOA

Hoje - Distribuições de propaganda no Ministério da Justiça e IPIMAR

LOURES

Hoje - Encontro com a CT da Cepra.

ODIVELAS

Hoje - Contactos com os trabalhadores das Oficinas da Junta de Freguesia, Guide, Micau, Dimóvi
Sexta-feira - Na Sofomil e na Vecofabril

9.ª CNES

Conferência Nacional do Ensino Superior

15 e 16 de Abril
Faculdade de Letras - Lisboa

Torres Novas

«Histórias da Resistência»
contadas no CT do PCP, sábado, às 16h,
com a participação de Dias Lourenço

Lisboa

Pena de morte em debate
No Bar «No pasaran!», CT de Santos, sexta, às 22h30
Com Margarida Botelho

CDU-PCP nas autarquias

Reunião pública na Amadora

A Coordenadora local da CDU convocou para o próximo sábado, dia 15, às 16h, no Lg. da Escola na Venda Nova, uma reunião pública sobre a passagem da CRIL, o realojamento dos bairros degradados e os aumentos - que classifica de «brutais» - na água e a privatização desses serviços municipais. A reunião está marcada para as 16h, no Lg. António Feliciano de Castilho (Lg. da Escola) e terá a presença de eleitos CDU na CM e AF.

Jornadas autárquicas em Barcelos

Em Barcelos, a Coordenadora local da CDU leva as Jornadas Autárquicas em curso a mais duas freguesias do concelho: Alvito S. Pedro (hoje, dia 15) e Faria (no próximo sábado). O eleito da CDU na AM e outros activistas terão encontros, nomeadamente, com os executivos das Juntas de Freguesia.

Honório Novo em Castelo Branco

O deputado do PCP desloca-se amanhã, sexta-feira, ao distrito de Castelo Branco com o objetivo de contactar diversas empresas do sector têxtil, numa visita promovida pela DORCB.



PAREDES

1.ª Assembleia da Organização Concelhia

Domingo, 16, às 10h, na Academia de Música de Paredes,
com a participação de Serafim Brás

BARREIRO

Plenários das organizações de freguesia de Sto. André (Sábado, 15, às 15h) e Coina (Domingo às 15h), da célula dos Bancários (dia 18, às 18h)

LISBOA

Sta. Engrácia - Reunião de célula da freguesia: às 21h30, no CT da Graça.

Socorro - Plenário de militantes da freguesia, sobre os problemas locais e preparatório da Assembleia da Zona Centro: segunda-feira, 17, 19h, no CT Vitória.

Célula da TAP - Plenário, integrado na 1.ª fase de preparação do XVI Congresso: hoje, quinta-feira, 18h30, CT Vitória.

Bancários de Lisboa - Plenário para análise dos resultados eleitorais no SBSI e discussão de orientações gerais para trabalho futuro: terça-feira, 18, 17h30, CT Vitória.

LOURES

Sector de Empresas de Loures - Encontro de militantes do sector sobre a preparação do XVI Congresso e da 9.ª Assembleia da Organização concelhia de: 3.ª feira, 18, às 18h30, no CT de Sacavém, com a participação de António Andrez. Jantar-convívio às 20h.

OEIRAS

Plenários de militantes sobre a situação política e social e a preparação do XVI Congresso: da freguesia de Oeiras/S. Julião da Barra, com Arménio Carlos, e da freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo, com Vítor Sarmento - ambos hoje, quinta-feira, 21h30, no CT de Algés.

Moita

«O Papel do PCP na luta pela liberdade e a democracia»

- debate com José Casanova
no Chinquilho Arroiteense - Sexta-feira, 14, às 21h30

Amadora

«Globalização»
- debate com Carlos Aboim Inglez
no Espaço Delfim Guimarães - hoje,
quinta-feira, às 21h

Almada

Lenine - nos 130 anos
do seu nascimento

- debate com
Maria da Piedade Morgadinho
no CT concelhio de Almada - hoje,
quinta-feira, às 21h

Barreiro

«PCP - Um partido comunista
na entrada do Séc. XXI»

- debate com Carlos Aboim Inglez
dia 18, às 21h, no CT concelhio

Lisboa

Conversa acerca
do conflito basco

Presos políticos - Luta pela
independência - Posição do governo
espanhol

- com Miguel Urbano Rodrigues
e Miguel Casanova
no «Ao Rubro!» - CT da Graça, sexta-
-feira, 14, às 22h30

Vila Franca de Xira

«A censura nos nossos dias»

- debate com
Nuno Ramos de Almeida
no Bar «Galeria» (junto ao CT do PCP)

PALMELA

Plenário de militantes para discussão do XVI Congresso: quarta-feira, 19, sexta-feira, 14, 21h30, no CT, com Valdemar Santos.

PINHAL NOVO

Plenário de militantes para discussão do XVI Congresso: sexta-feira, 14, 21h30, no CT, com José Capucho.

PORTO

5.ª Assembleia da ORP

Assembleias concelhias para debate e eleição de delegados:

- Amarante: dia 20, 21h30, CT
- Lousada: dia 16, 10h, Eira do cam. Cerqueira
- Paredes: dia 16, 12h, Academia de Música
- Trofa: dia 15, 16h, CT
- V. N. Gaia: dia 15, 15h, Auditório da Ass. Municipal.

Assembleias de militantes de freguesias da Cidade do Porto:

- Cedofeita: dia 14, 21h, CT Boavista
 - Campanhã: dia 15, 15h, Ct Barão S. Cosme
 - Bonfim: dia 15, 15h, CT Barão S. Cosme
 - Paranhos: dia 15, 18h, CT Paranhos
 - Foz do Douro, Lordelo, Massarelos: dia 15.
- Assembleia dos sectores Bancários e Seguros: dia 19, 17h30, CT Boavista.

Vila Franca de Xira

Plenário da célula da CM e SMAS.

Paio Pires

«O 25 de Abril e actividade política»

- debate com Álvaro Cunhal
no Cinema S. Vicente - Terça-feira, 18, às 21h

Bragança

«Meios de Comunicação e a Consciência Social»

- debate com José Casanova,
hoje, quinta-feira, às 21h,
no Auditório Paulo Quintela do Centro Cultural
Municipal, onde está patente até 15/4
uma exposição sobre o «Avante!»

Jantar comemorativo do 25 de Abril em CARNAXIDE

com a presença de Arnaldo Pereira,
vereador da CDU - Sexta-feira, 14, às 20h

SANTARÉM

Convívios comemorativos do aniversário do PCP:
- em Alferrarede/Abrantes, almoço no restaurante «O Gaveto»,
dia 15 às 13h, com Aurélio Santos
- em Azinhaga/Golegã, almoço no CT do PCP, dia 15,
com José Casanova

ÁLCACER DO SAL

Almoço-convívio em Barrancão,
sábado, dia 15, com Virgílio Azevedo.
À noite: Baile da Pinha

LISBOA

Convívio em Sta. Engrácia,
promovido pela organização local do PCP.
Colectividade «Sempre Unidos», dia 15 às 15h

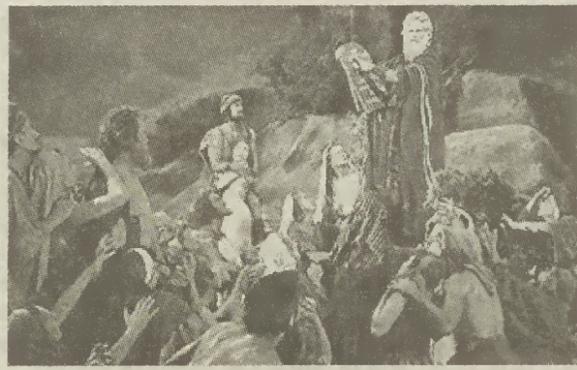
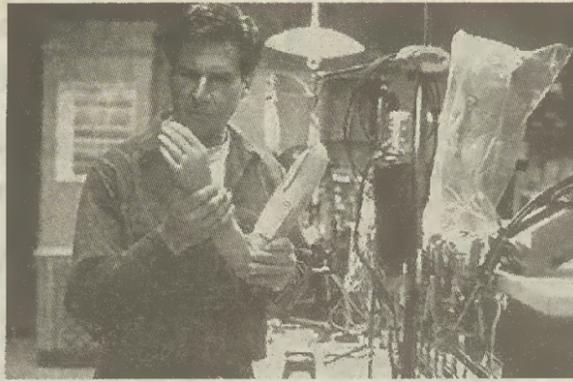


ATVer

Harrison Ford
e a perseguição
ao maneta, em
«O Fugitivo»



Um belíssimo par para a história de «Ivanhoe»



A plasticidade de «Os Dez Mandamentos» (Cecil B. DeMille)

Tempos Difíceis

(Quinta, 00.30, RTP 2)

Terceiro filme da excelente cinematografia de João Botelho, *Tempos Difíceis* é uma adaptação do romance homónimo de Charles Dickens, embora a acção se situe, claramente, no universo português, um mundo industrializado dos subúrbios, deprimente, caótico, povoado de personagens que, atravessando as tonalidades da tragédia e da farsa, no fundo retratam parte da nossa contemporaneidade. Demasiado vazio de esperança (como é tónica geral do actual cinema português actual) mas com o rigor técnico e o brilho formal a que o cineasta nos habituou.

O Fugitivo

(Domingo, 15.45, SIC)

Um médico é erradamente acusado de ter morto a sua mulher e para escapar à injustiça da pena inicia uma longa fuga aos seus captores, em especial um agente do FBI. Até que descobre o verdadeiro assassino, um maneta, em busca do qual andara durante anos, em bolandas. Inspirado na célebre série de TV dos anos 60, esta adaptação ao cinema (arquitectada para bem entreter) exhibe a eficácia de Andrew Davis, bem apoiado por duas tensas interpretações de Harrison Ford e Tommy Lee Jones, o último dos quais, aliás, arrebatou um Óscar.



Charlton Heston reincide em «Ben-Hur», de William Wyler

Os Dez Mandamentos

(Segunda, 22.50, RTP 2)

Esta programação da Páscoa tem as costas largas: poderia abrilhantar a época do Natal, como já aconteceu por mais de uma vez! Mas daí não vem mal ao mundo, já que se trata de alguns dos filmes bíblicos que melhor se deixam ver. *Os Dez Mandamentos*, a segunda incursão de Cecil B. DeMille neste tema, inaugura o ciclo. Embora a

alguma distância do fascínio da sua primeira versão muda datada de 23, esta adaptação narra com grandes meios e espectacularidade o cativo do povo judeu no Egipto, o nascimento de Moisés e a sua educação e exílio, o êxodo do seu povo, a passagem do Mar Vermelho, o bezerro de ouro...

Ben-Hur

(Terça, 22.50, RTP 2)

Uma precisão, para já: a famosa «corrida das quadrigas» não foi dirigida por William Wyler mas sim pelo especialista em «efeitos especiais» e direcção de duplos Andrew Marton. Mas a obra não se fica apenas por este lado superficial, sendo escorreita a escrita cinematográfica dos autores do argumento (entre os quais quase passam despercebidos os nomes maiores de Gore Vidal e Maxwell Anderson) e brilhante a inteligência e sensibilidade de Wyler – garantes, afinal, de um espectáculo cinematográfico que se não esgota no ruminar de velhas receitas.

O Emigrante

(Quarta, 22.25, RTP 2)

Enfim, algo de diferente: a histórica bíblica do profeta José, filho de Jacob, realizada por um dos mais prestigiados e premiados cineastas egípcios – Youssef Chahine – aqui contada numa perspectiva que, segundo sublinha a informação da RTP, «clama contra todas as formas de fanatismo integralista e intolerante (...), que combate e denuncia». Um filme que se diz admirável, a descobrir.

E ainda...

Ivanhoe, O Vingador, de Richard Thorpe (Quinta, 22.50, RTP 2)

Viúva Mas Não Muito, de Jonathan Demme (Domingo, 13.50, SIC)
Shogun, O Senhor da Guerra, de Jerry London (Terça, 01.05, TVI)

Don Juan DeMarco, de Jeremy Leven (Quarta, 22.30, TVI)



!Cabo e Satélite

O Apocalipse do Vietname

Há 25 anos (em 30 de Abril de 75) o exército norte-vietnamita entrava vitorioso em Saigão (hoje a cidade de Ho Chi Minh) e derrotava pela força das armas e das convicções as mais poderosas forças armadas do mundo: as dos EUA. Estava próximo o fim de uma das guerras mais sinistras de toda a História (e em particular do século XX), um conflito cujos primórdios, aliás, remontam aos finais da II Guerra Mundial, quando a França procurou de novo conquistar a Indochina, sendo dali escorraçada na Primavera de 54, depois dos violentos combates de Dien Bien Phu. Sempre oportuno, o canal franco-alemão Arte vai agora apresentar um documentário em três partes - intitulado «Apocalypse Vietnam» - enriquecido por impressionantes documentos e imagens pela primeira vez disponíveis e provenientes dos arquivos e filmotecas de Hanoi e Saigão. Realizada por Sebastian Dehnhardt e Jürgen Eike e datada já deste ano, a primeira parte deste documentário (90 minutos)

intitula-se «A Guerra da Indochina» (1945-1968) e vai para o ar já na próxima quarta-feira. (Arte, quarta-feira, das 19.45 às 21.15)

Quinta, 13

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
22.00 Bacalhan com Todos
22.30 A Lenda Garça
23.10 Senadores
24.00 24 Horas
00.30 1ª. Página
01.05 «Mulher Mortífera» (de Jim Wynorski, EUA/1995, com Shannon Tweed, Larry Poindexter. «Thriller» Erótico)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Caminho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «Ivanhoe, O Vingador» (de Richard Thorpe, EUA/1952, com Robert Taylor, Elizabeth Taylor. *Aventuras / Histórico*)
00.30 «Tempos Difíceis» (de João Botelho, Port./1988, com Henrique Viana, Eunice Muñoz, Júlia Britton. *(Ver Destaque)*)
02.00 Mistérios de Ruth Rendell

▼ SIC

08.00 Buéréré
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 «Showgirls» (de Paul Verhoeven, EUA/1995, com Elizabeth Berkley, Kyle MacLachlan. *Erótico*)
02.10 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.00 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Os Animais Também São Gente
22.00 Olhó Vídeo
22.30 Especial TVI
00.05 A Bola é Nossa
02.10 «Amityville: A Nova Geração» (de John Murlowski, EUA/1993, com Ross Partridge, Julia Nickson-Soul. *Terror*)

Sexta, 14

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 A Raia dos Medos
23.00 A Lenda da Garça
23.35 «Gritos 2» (de Wes Craven, EUA/1997, com Neve Campbell, Courteney Cox. *Terror*)
01.50 Euro 2000
02.30 24 Horas
03.00 1ª. Página
03.30 NBA: Miami vs. Indiana

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Corpus Christi (Estreia)
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2

Sábado, 15

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.20 Aventuras Espaciais
16.10 «Pequenos Marotos» (de Penelope Spheeris, EUA/1994, com Travis Treford, Bug Hall. *Comédia Infantil*)
17.50 Aqui, Europa
18.05 Jet 7
18.55 Futebol: Santa Clara-F.C.Porto
21.00 Telejornal
22.10 Santa Casa
23.30 Loja do Cidadão
00.30 Con(s)ertos na Cave
01.00 Máquinas
01.50 24 Horas
02.10 «Apex» (de Phillip J. Roth, EUA/1994, com Richard Keats, Mitchell Cox. «Thriller» / *Ficção Científica*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 O Prazer de Criar
12.50 A Terra
13.45 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001
20.00 A Outra Face da Lua



Hotel Vitória, em Lisboa, uma obra de Cassiano Branco, cuja vida é assinalada esta semana em «Artes e Letras» (RTP 2)

22.50 Aqui, Europa
23.00 «O Rebelde Aventureiro» (de William Keighley, Gr.Br./1953, com Errol Flynn, Anthony Steel. *Aventuras*)
00.30 Andamentos
01.00 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buéréré
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.00 Chuva de Estrelas
23.35 Jogo Limpo
02.10 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Pupilas do Sr. Doutor (Estreia)
21.30 Ri-te, Ri-te
23.00 Reis da Música Nacional
01.05 «Ordem Para Matar» (mini-série)

22.00 Jornal 2
22.45 Dinheiro Vivo
23.15 Allô, Allô
23.45 Liga de Cavalheiros
00.15 French and Saunders
00.45 O Lugar da História
01.45 «Um Coração Selvagem» (de David Lynch, com Nicholas Cage, Laura Dern, Willem Dafoe. *Comédia Dramática*)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.50 «007, Ordem Para Matar» (de Terence Young, Gr.Br./1963, com Sean Connery, Daniela Bianchi. *Espionagem*)
16.10 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 «Encontros Virtuais» (de Sybill Richards, EUA/1998, com Chris Cleveland, Jill Thompson. *Erótico*)
01.40 Último Jornal
02.15 «Tarantela» (de Helen De Michiel, EUA/1997, com Mira Sorvino, Rose Gregorio. *Drama*)

▼ TVI

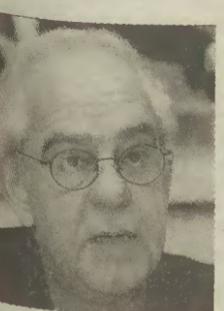
09.00 Animação
12.00 O Sótão do Pedro (concurso)
12.30 Top Rock
13.30 Desporto: Contra-Ataque
14.45 Caras Lindas
16.15 «O Rei do Bowling» (de Peter Farrell, EUA/1996, com Woody Harrelson, Randy Quaid. *Comédia*)
18.15 Directo XXI
18.45 Impacto TV
19.50 «O Melhor Amigo do Homem» (de Bob Engelmann, EUA, com Alley Sheedy, Frederic Lehne. *Drama*)
21.50 Jardins Proibidos
23.00 «Olimpiadas da Vida» (de Lisa Satriano, EUA/1998, com Brion James, Darin Cooper. *Drama*)
01.00 «Cyborg III - Zona de Guerra» (de Michael Schroeder, EUA/1995, com Malcolm McDowell, Richard Lynch. *Ficção Científica*)

Domingo, 16

- VRTP1**
- 07.00 Infantil / Juvenil
 - 08.55 Atletismo: Maratona de Londres
 - 11.30 Espaço Infantil-Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Made in Portugal
 - 15.15 «Um Golpe no Destino» (de Gillies MacKinnon, EUA/1994, com Steve Martin, Laura Linney. *Melodrama*)
 - 17.10 «O Espião Silencioso» (de Boh Spiers, EUA/1997, com Christina Ricci, Doug E. Doug. *Comédia Infantil*)
 - 19.00 Major Alvega
 - 19.40 Golos da Jornada
 - 20.00 Telejornal
 - 21.20 Agora é que são Elas
 - 22.40 Domingo Desportivo
 - 24.00 Nada é Sagrado
 - 01.00 Prazeres
 - 02.00 24 Horas
 - 02.25 Liga de Campeões
 - 03.25 «Incidente numa Pequena Cidade» (de Delbert Mann, EUA/1993, com Walter Matthau, Stephanie Zimbalist. *Policia*)

- VRTP2**
- 07.00 Euronews
 - 09.00 Programa Religioso
 - 10.30 Missa
 - 11.30 Iniciativa
 - 14.30 Onda Curta: Curtas Metragens
 - 15.00 Desporto 2
 - 18.50 Rotações
 - 19.20 Jornal de África
 - 20.00 Bombordo
 - 20.30 Artes e Letras: «Cassiano Branco»
 - 21.30 Horizontes da Memória
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.45 Mar das Índias
 - 00.50 Bailado: «O Corsário»

- VSIC**
- 07.30 Zip Zap
 - 12.00 BBC Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.50 «Viúva Mas Não Muito» (de Jonathan Demme, EUA/1988, com Michelle Pfeiffer, Mathew Modine. *Comédia*)



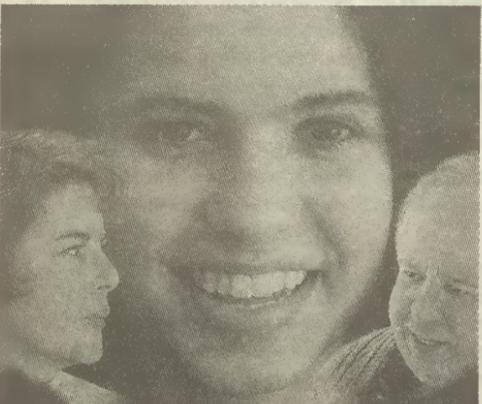
«Acontece» - ou as permanentes trocas e baldracas com o «Jornal 2» (RTP)

- 15.45 «O Fugitivo» (The Fugitive, de Andrew Davis, EUA/1993, com Harrison Ford, Tommy Lee Jones. *Ver Destaque*)
- 19.00 Futebol: Benfica-Belenenses
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Muralha (Lançamento)
- 22.10 Herman SIC
- 00.30 «Billy Bathgate» (de Robert Benton, EUA/1991, com Dustin Hoffman, Nicole Kidman. *Drama*)
- 02.30 Último Jornal

- VTVI**
- 09.00 Animação
 - 11.00 Programas Religiosos (inclui Missa)
 - 13.00 Portugal Português: Belmonte
 - 14.15 Caras Lindas
 - 15.45 «Fim do Paraíso» (de Graeme Clifford, EUA/1998, com Jennie Garth, Rob Estes. *Melodrama*)
 - 17.30 Directo XXI
 - 17.50 Cocktail Nacional
 - 19.50 «Operação Alvo em Fúria» (de Michael Watkins, EUA/1997, com Rick Schroeder, Henry Winckler. *Thriller*)
 - 21.50 Jardins Proibidos
 - 23.00 Os Médicos
 - 24.00 «O Erro do Assassino» (de Michael Switzer, EUA/1992, com Susan Lucci, Tim Matheson. *Drama*)
 - 02.00 «Cavaleiros da Tempestade» (de Charles Biggs, EUA/1994, com Bob Hopkins, Michael Horse. *Drama*)

Segunda, 17

- VRTP1**
- 07.00 Hora Viva
 - 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 - 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 A Preciosa
 - 15.30 Espaço Infantil-Juvenil
 - 16.45 Boa Tarde



«Jardins Proibidos» é uma nova série portuguesa na TVI

- 19.00 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Remate
- 21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 21.55 A Senhora Ministra
- 22.35 A Lenda da Garça
- 23.10 Jogo Falado
- 01.00 24 Horas
- 01.30 1ª. Página
- 01.50 «Um Jovem Vampiro» (de Jimmy Huston, EUA/1988, com Robert Sean Leonard, Cheryl Pollak. *Comédia / Terror*)

- VRTP2**
- 07.00 Euronews
 - 17.30 Informação Gestual
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Universidade Aberta
 - 19.30 Espaço Infantil-Juvenil
 - 20.40 Corpus Christi
 - 21.30 Acontece
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.50 «Os Dez Mandamentos» (The Ten



«O Corsário», pelo American Theatre Ballet, está marcado para «Artes de Palco» (domingo, RTP 2)

- Commandments, de Cecil B. DeMille, EUA/1956, com Charles Heston, Ann Baxter. *Ver Destaque*)
- 02.30 Grandes Mulheres

- VSIC**
- 08.00 Buêréré
 - 12.00 Labirinto
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Ponto de Encontro
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 18.00 Vila Madalena
 - 19.00 Esplendor
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Terra Nostra / A Muralha
 - 22.10 Roda dos Milhões
 - 00.30 Making of «Mustang»
 - 00.40 «Radicais» (Red Surf, de H. Gordon Boos, EUA/1990, com George Clooney, Doug Savant. *Ação*)
 - 02.55 Último Jornal

- VTVI**
- 09.00 Animação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.30 Louca Paixão
 - 16.00 Animação
 - 19.00 Olhó Vídeo
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Combate Mortal
 - 21.00 «Bora Lá, Marina!»
 - 21.30 Olhó Vídeo
 - 22.30 Quero Justiça
 - 00.10 «No Rasto da Verdade» (de Steve Traxler, EUA/1998, com John Schneider, Robin Lively. *Thriller*)
 - 02.15 «Triângulo de Morto» (de Sebastian Shah, EUA/1997, com Jayne Heitmeyer, Robert Vaughn. *Drama*)

Terça, 18

- VRTP1**
- 07.00 Hora Viva
 - 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 - 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 A Preciosa
 - 15.30 Espaço Infantil-Juvenil
 - 16.45 Boa Tarde

- 19.00 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Remate
- 21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 21.55 Não és Homem não és Nada
- 22.25 A Lenda da Garça
- 23.05 A Grande Entrevista
- 00.45 Futebol: Barcelona-Chelsea (e Resumos)
- 02.30 24 Horas
- 02.55 1ª. Página
- 03.20 Os Hughleys

- VRTP2**
- 07.00 Euronews
 - 17.30 Informação Gestual
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 20.40 Corpus Christi
 - 21.30 Acontece
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.50 «Ben-Hur» (de William Wyler, EUA/1959, com Charlton Heston, Stephen Boyd, Jack

- Hawkins. *Ver Destaque*)
- 02.30 Ponto de Mutação: China de Hoje

- VSIC**
- 08.00 Buêréré
 - 12.00 Labirinto
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Ponto de Encontro
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 18.00 Vila Madalena
 - 19.00 Esplendor
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Terra Nostra / A Muralha
 - 22.00 «Mustang» - nenhuma informação actualizada por parte da SIC
 - 24.00 «Crimes Cruzados» (Dead On, de Ralph Hemecker, EUA/1993, com Matt McCoy, Tracy Scoggins. *Thriller*)
 - 02.00 Último Jornal
 - 02.40 Toda a Verdade: Pequenos Humanos

- VTVI**
- 09.00 Animação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.30 Louca Paixão
 - 16.00 Animação
 - 19.00 Olhó Vídeo
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Combate Mortal
 - 21.00 Noite Surpresa - nenhuma informação actualizada por parte da TVI
 - 01.05 «Shogun, O Senhor da Guerra» (de Jerry London, EUA/1981, com Richard Chamberlain, Toshiro Mifune. *Aventuras*)

Quarta, 19

- VRTP1**
- 07.00 Hora Viva
 - 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 - 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 A Preciosa
 - 15.30 Espaço Infantil-Juvenil
 - 16.45 Boa Tarde
 - 19.00 Regiões
 - 19.35 Futebol: Bayern Munique-F.C.Porto (Liga dos Campeões)
 - 21.45 Telejornal
 - 22.45 Remate
 - 23.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 - 23.40 As Lições do Tonecas
 - 00.15 Futebol: Liga dos Campeões (Resumos)
 - 01.00 24 Horas
 - 01.30 1ª. Página
 - 01.50 «Laços de Sangue» (de Terence Young, EUA/RFA/1979, com Audrey Hepburn, Ben Gazzara, James Mason. *Policia*)

- VRTP2**
- 07.00 Euronews
 - 17.30 Informação Gestual
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 20.10 Corpus Christi
 - 21.00 Jornal 2
 - 22.00 Acontece
 - 22.25 «O Emigrante» (Al Mohager, de Youssef Chahine, Egipto/Fr./1994, com Khaled El Nabaoui, Mahmoud Hemida. *Ver Destaque*)
 - 00.35 Sinais do Tempo / Zoom

- VSIC**
- 08.00 Buêréré
 - 12.00 Labirinto
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Ponto de Encontro
 - 16.00 Fátima Lopes
 - 18.00 Vila Madalena
 - 19.00 Esplendor
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Terra Nostra / A Muralha
 - 22.00 Jornalistas

- 23.40 «O Guerreiro da Floresta» (de Aaron Norris, EUA/1995, com Chuck Norris, Terry Kiser. *Ação*)
- 01.55 Último Jornal

- VTVI**
- 09.00 Animação
 - 12.10 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.30 Louca Paixão
 - 15.30 Animação
 - 19.00 Directo XXI
 - 19.30 Olhó Vídeo
 - 20.00 Combate Mortal
 - 21.00 Ri-te, Ri-te
 - 22.30 «Don Juan DeMarco» (de Jeremy Leven, EUA/1995, com Marlon Brando, Johnny Depp, Faye Dunaway. *Melodrama*)
 - 00.35 «O Anjo do Mal» (de James Contner, EUA/1996, com Paula Abdul, Adrian Pasdar. *Thriller*)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

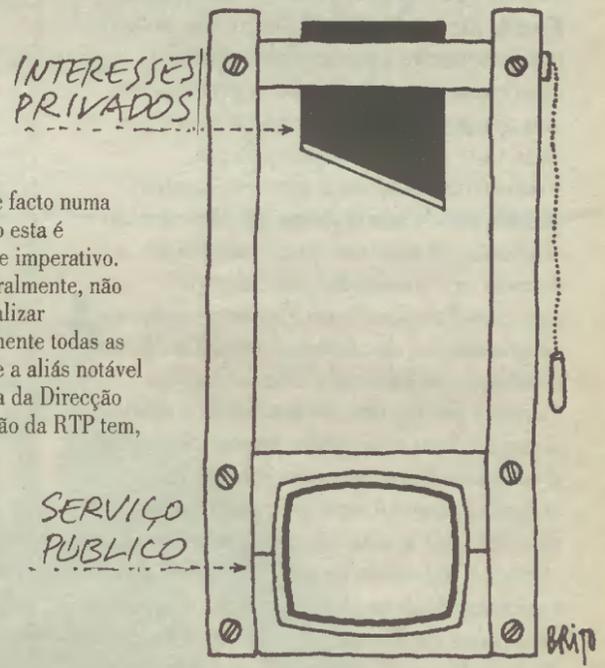
TVisto

Correia da Fonseca

Wolton desmente a moda

Na passada semana, na TV 2, Diana Andringa entrevistou Dominique Wolton, sociólogo, investigador do CNRS, especialista em Comunicação Social. O tema foi, como desde logo se adivinhava, a televisão, hoje. Porém, num caso destes, é escasso dizer-se que Diana Andringa entrevistou fulano, ou até que foi mais uma das suas entrevistas acerca do mesmo assunto. O caso é que as entrevistas que Diana vem fazendo, calculo que sempre que pode, abordando a situação actual dos media e, como é facilmente compreensível, da TV especial, constituem já um conjunto que se revela precioso ou pouco menos, e

sociedade há valores de serviço público. A comunicação social é um valor essencial de interesse público, como a educação, como a investigação. E pode haver um sector privado de comunicação, é evidente, tudo bem, há concorrência. Mas o pior para o mundo, para a cultura, seria fazer desaparecer o serviço público ou, manter um serviço público muito, muito pequeno, como uma espécie de testemunho arcaico do passado. Isso seria uma tragédia: seria uma tragédia para a Europa.» Ao longo do programa, muitas outras foram as afirmações significativas e importantes de Dominique Wolton, quase todas elas coincidentes com o que por cá tem sido escrito e depois



registar esse facto numa coluna como esta é praticamente imperativo. O que, naturalmente, não significa avalizar antecipadamente todas as opiniões que a aliás notável Subdirectora da Direcção de Informação da RTP tem,

ou pode vir a ter, sobre o Sol, a Lua ou qualquer fenómeno que ocorra na Terra. Das tais entrevistas feitas por Diana tendo a televisão ou a Comunicação Social como tema também se pode dizer, e é justo fazê-lo, que já se configuram como um lugar de resistência, embora discreta como é adequado e forçoso, a alguns pendoros fétidos que por aí circulam, impantes e porventura dominantes. E também que quem fala em resistência fala, hoje como sempre, em coragem. Só que, felizmente, Diana Andringa não está só, nem no limitado espaço doméstico nem a escala mais ampla. Pelo menos não está tão só como talvez alguns desejassem. E isso mesmo ficou demonstrado com as palavras lúcidas de Wolton.

Verdades que é raro ouvir

Perante o que Dominique Wolton disse na TV 2, aliás a horas nada propícias a que tivesse sido ouvido por muitos, apetece transcrever aqui quase tudo, ao menos para ter a ilusão de que não se perdeu. Na impossibilidade de o fazer, registei-se pequenos fragmentos que talvez encerrem o mais relevante. Disse ele: «Diz-se que o sector público está velho, está ultrapassado. Eu bato-me contra essa moda do tempo. Dizer que a comunicação social deve ser totalmente privatizada é dizer que já não há interesse público, que só conta o dinheiro. (...) Sabemos muito bem que numa

acusado, embora quase sempre à sucapa, de serem opiniões próprias do paleolítico da reflexão acerca dos media. Assim, Wolton sustentou que «a televisão pública é mais livre que a televisão privada», porque a «tirania do dinheiro e das audiências» é a mais opressiva. Que «as audiências não são o reflexo do estado da procura, são o reflexo do estado da oferta, e isto é muito importante na teoria da comunicação». Que «a elevação do nível cultural» do público é «parte integrante da democracia». Que «a televisão privada também é paga pelo público» através da publicidade que a sustenta e que «a taxa» (entre nós extinta pela demagogia eleitoralista de Cavaco Silva, como se sabe) «é um acto de solidariedade social». Dominique Wolton também se referiu à Internet, não, naturalmente, para lhe negar a importância, mas sim para a situar nos seus efectivos limites: lembrou que estimula a solidão, quebra apenas pelo encontro com pessoas que mantêm interesses comuns, ao passo que a TV leva à troca de opiniões entre gente diversa acerca de várias questões. Sublinhou que a Internet é um avanço técnico, não um avanço comunicacional. Mas não pode citar-se aqui tudo quanto de interessante disse o prestigiado sociólogo. Pode-se, sim, e talvez se deva, salientar que mais uma vez a RTP ficou a dever a Diana Andringa a transmissão de um momento muito importante. Até porque ela, a RTP, pode não ter dado por isso, coitada.

A talhe de foice

• Anabela Fino

Espadeiradas

Não há bem que sempre dure nem mal que não se acabe, lá diz o ditado e é bem certo. Então não é que andávamos todos muito descansados - e aliviados, há que confessá-lo com toda a frontalidade - com o afastamento das lides comunicacionais do inenarrável João Carlos Espada e eis que, no passado fim-de-semana, o dito cujo volta a atacar?

A curiosidade foi maior do que o susto sentido ao descobrir-lhe a imagem na última edição do «Expresso», barriguinha escondida atrás da secretária, mão direita displicentemente apoiada num computador portátil, porta-janela em fundo com vista para o jardim. As primeiras linhas fica-se a saber que anda por terras americanas em actividades lectivas, o que confirma que o bem de uns é a desgraça de outros, mas adiante. Antecipando o regresso anunciado, Espada faz questão de nos dar as suas primeiras impressões sobre a juventude estudantil americana, o que desde logo configura uma ameaça, pois significa que não se ficará por aqui. Com a candura enfatuada que o caracteriza, confessa a apreensão sentida quando pensou que os jovens que lhe era dado confrontar no aliciante mundo das ideias estavam «contaminados pela “doença infecciosa” da Revolução Francesa - a doença da igualdade e da ideologia, como lhe chamou o inesquecível Edmund Burke». Sentimos o arpejo que lhe deve ter percorrido a espinha, o desassossego, a angústia, perante tão terrível eventualidade, e como a seu coração terá entoado lowores à harmonia universal quando descobriu que aqueles alunos, à primeira vista «ardentes defensores de princípios ideológicos e certezas absolutas de tipo jacobino», afinal «são falsos jacobinos», ou como diria Pinheiro de Azevedo, que Espada cita, «é só fumaça» e «o povo é sereno».

Enlevado, Espada vai mais longe e sublinha que «o mais impressionante nestes alunos é que são todos liberais», e para que não restem dúvidas quanto ao conceito explica que o são «no sentido inglês e no velho sentido americano, que os jacobinos analfabetos da televisão chamam hoje “conservador”, precisando depois que «adoram o compromisso e a moderação». Aparentemente, o único motivo de reparo nesta juventude do novo mundo reside no facto de se vestir «de forma extravagante», questão de resto em vias de resolução, pois para isso lá está o nosso Espada, que se apresenta «sempre de fato e gravata», segundo afirma. Espada estará de resto a contribuir de forma decisiva para pôr alguns pontos nos is no campus americano, o que a sua modéstia não permite dizer mas que ressalta de cada linha que escreve. Não se pense que é trabalho fácil. Como o próprio confessa, «quando cheguei olharam para mim como para um animal de uma espécie em vias de extinção». Resta saber se terá sido pelo fato e gravata se por causa de Oxford e Karl Popper que Espada levou na bagagem. Que o vestuário preocupa o nosso educador em terras americanas ninguém duvida, pois até defende para a universidade a imposição de «um rigoroso “dress code” [código de vestuário] (...) para os professores, que já não têm idade (nem forma física) para vestirem como adolescentes». Com os professores vestidos a preceito, à universidade americana só faltaria, no parecer de Espada, ganhar o salutar hábito de servir «vinho do Porto, tal como em Oxford, em todas as recepções». Os americanos que se cuidem. Com Espadas destes nem vale a pena espadeirar, só sucumbir.

Por melhores salários e emprego com direitos

Aumentam as lutas

O protesto dos trabalhadores continua a crescer, instigado pelo aumento do preço dos combustíveis, que agravou a injustiça de muitas actualizações salariais.

A intensificação das lutas, após a grande manifestação de 23 de Março, tem sido simultaneamente previsão e apelo, presente no Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN, dia 6, e no 6.º Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro, dia 7. «O 1.º de Maio pode e deve dar um impulso renovado na reivindicação para um aumento real dos salários», declara a central, no manifesto para as comemorações do Dia do Trabalhador, divulgado esta semana.

É justo que os portugueses exijam aumentos reais dos salários

rem greves com forte adesão nos últimos dias, marcaram nova jornada para a próxima terça-feira.

Na construção e nas madeiras, várias empresas já decidiram aplicar aumentos salariais superiores aos que os representantes patronais teimam em manter nas negociações com os sindicatos. Nas obras, a proposta patronal significa mais 1900 escudos por mês (2500 escudos os operários especializados) e mais 25 escudos de subsí-

Universidade do Algarve estiveram em greve na semana passada os trabalhadores do regime especial dos serviços de Acção Social, pela revisão de carreiras. Também na semana passada, os trabalhadores do semanário «Expresso» aprovaram a realização de um dia de greve, contra a intenção da administração de não aumentar os salários a alguns funcionários. Na Anodipol, em Pombal, esta semana é de greve de uma hora por turno, todos os dias, porque a administração recusa qualquer aumento salarial, apesar de os ordenados serem muito baixos. Em Penacova, cerca de 25 trabalhadores da Agueira Móveis permaneceram segunda e terça-feira à porta da empresa, que os contratou

Calendário

Hoje estão em greve os trabalhadores da refinaria de Sines da Petrogal, admitindo a Fequimetal/CGTP que a paralisação prossiga amanhã e sábado, depois da série de greves realizada desde 3 de Abril.

Dia 18 voltam a parar, nas primeiras cinco horas, os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, decisão unânime tomada em plenário durante a greve de anteontem. Também durante cinco horas, de manhã, fazem greve na próxima terça-feira os trabalhadores da Carris, que anteontem paralisaram a circulação a quase cem por cento. Os trabalhadores do sector ferroviário entram igualmente em greve no dia 18.

Ontem estiveram em greve, no segundo período de laboração, os trabalhadores da construção civil e obras públicas e das madeiras.



Firmes na luta, os trabalhadores da Carris (na foto), do Metro e da CP vão voltar a parar na terça-feira

Na Administração Pública, onde a imposição de 2,5 por cento de actualização salarial suscitou grande descontentamento, está marcada greve para dia 9 de Maio (ver pág. 11).

Os trabalhadores da Carris, do Metro e da CP têm demonstrado a sua determinação de não aceitar o tecto de 3 por cento e, depois de realiza-

ção de almoço. Nova greve está marcada para quarta-feira.

Muitas outras lutas laborais estão em curso ou agendadas. Hoje fazem greve as trabalhadoras que na CM de Lisboa desempenham funções de auxiliares técnicas de educação e que ainda não viram a correspondente carreira profissional criada no Quadro de Pessoal do município. Na

prazo, como indiferenciados e a receber ordenados de 60 contos, ainda não lhes pagou Fevereiro e Março e quis despedi-los sexta-feira.

Carteiros vão parar

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações marcou para os dias 26, 27 e 28 de Abril uma greve dos carteiros do distrito de Lisboa, para exigir dos CTT o reconhecimento formal do horário contínuo que, na prática, já existe. Os carteiros são impedidos de usufruir das pausas para almoço, devido ao

excesso de serviço e de correspondência urgente - se não a entregarem, ainda que para tal não chegue o tempo previsto no horário de trabalho, os carteiros são penalizados com processos disciplinares.

Decorre ainda greve ao trabalho extraordinário e está marcada uma concentração para dia 26.

Congresso do STAL

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local realiza amanhã e sábado, em Portimão, o seu 4.º Congresso, com a participação de meio milhar de delegados.

Sob o lema «Valorizar o trabalho, reforçar os direitos», o congresso tem por objectivos analisar a actividade sindical nos últimos três anos e perspectivar a acção no próximo triénio, «com especial ênfase para a problemática dos ser-

viços públicos», refere a Direcção Nacional do STAL. A nota distribuída à imprensa adianta ainda que também vão estar em foco os problemas da acção reivindicativa, nomeadamente por uma justa revisão salarial.

